

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)
CENTRO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA (DPsi)

PERCEPÇÕES SOBRE A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM
FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO SANTA HELENA

Helena de Freitas Rocha e Silva

Orientadora: Rosemeire Aparecida Scopinho

Relatório final de pesquisa
apresentado à Fundação de
Amparo à Pesquisa do
Estado de São Paulo,
referente às atividades
relacionadas ao projeto sob
o processo 2023/08139-0.

São Carlos - SP

2024

Sumário	
Quadros e gráficos	3
Siglas	4
Resumo	7
Introdução	8
1. REFERENCIAIS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS	10
2. MÉTODOS DE PESQUISA	39
3. CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA	44
4. ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA PARA ENFRENTAR A FOME NO ACAMPAMENTO SANTA HELENA	54
5. DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR NO PDS SANTA HELENA	62
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
7. REFERÊNCIAS	93
Anexos	104

QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico 1. Repasses para a modalidade de Compra com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado de São Paulo de 2013 a 2023 (Conab, 2023).

Quadro 1. Informações sociodemográficas e educacionais dos agricultores.

Quadro 2. Caracterização das pessoas entrevistadas em participação na associação, fontes de renda, vendas públicas e produção orgânica.

Quadro 3. Informações sobre identificação, ocupação, órgão de atuação e conexão com o Assentamento Santa Helena.

Quadro 4. Os desafios e as potencialidades para a soberania e a segurança alimentar identificadas no PDS Santa Helena.

SIGLAS

INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

PNAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PFZ – Projeto Fome Zero

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CAISAN – Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MS – Ministério da Saúde

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MEC – Ministério da Educação

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

Plansan – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

EM – Exposições de Motivos

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PGPM – Política de Garantia dos Preços Mínimos

ASA – Articulação Semiárido Brasileiro

INSAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

PNS – Pesquisa Nacional de Saúde

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

MPA – Movimento de Pequenos Agricultores

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PA – Projeto de Assentamento

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

FHC – Fernando Henrique Cardoso

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Áreas da Reforma Agrária

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

MAPA – Ministério de Agricultura e Pecuária

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos

CIBRAZEM – Companhia de Armazenamento

CFP – Companhia de Financiamento de Produção

MARA – Ministério da Agricultura e Reforma Agrária

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

MDA – Ministérios de Desenvolvimento Agrário

MDF – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PAB – Programa Alimenta Brasil

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

PL – Projeto de Lei

UC – Unidade de Conservação

MPF – Ministério Público Federal

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São

MP – Medida Provisória

PAB – Programa Alimenta Brasil

CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

EJA – Educação de Jovens e Adultos

COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

RESUMO

O projeto foi idealizado a partir da publicação do II Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Contexto da Pandemia da COVID-19, publicado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. Diante dos números publicados, chamou atenção a quantidade de pessoas em situação de insegurança alimentar e, especificamente, no campo. Por isso, definiu-se como campo empírico o PDS Santa Helena, devido à relevância da participação dos assentados nos debates de segurança e soberania alimentar e as parcerias construídas com agentes da Economia Solidária. Foram entrevistados 10 agricultores e 4 profissionais técnicos, verificou-se as demandas sociais e econômicas dos agricultores, observou-se seus hábitos alimentares, condições de trabalho e como a infraestrutura do Assentamento auxiliava ou refreava as potencialidades dos lotes. Por outro lado, se estudou os canais de comercialização dos assentados, suas relações com os mercados institucionais ou com circuitos curtos como as feiras livres, de modo a compreender como essa dinâmica suporta as relações interpessoais entre os pares ou entre eles e a região urbana.

Palavras-chave: Segurança Alimentar, Soberania Alimentar, Assentamento, Reforma agrária

ABSTRACT

The project was created based on the publication of the II National Survey on Food and Nutritional Security in the Context of the COVID-19 Pandemic, published by the Brazilian Research Network on Sovereignty and Food Security. Given the published, attention was drawn to the number of people experiencing food insecurity and, specifically, in the countryside. That's why was defined as empirical field the PDS Santa Helena, because it's relevance in discussions of food security and sovereignty and partnership with Solidarity Economy actors. Were interviewed 10 farmers and 4 technicians, the social and economic demands of farmers were verified, as well their eating habits, labor conditions and how the Settlement's infrastructure helped or hindered the potential of the lots. Finally, a critical analysis of the social vulnerabilities observed in the Santa Helena PDS was carried out and some limitations of the research were discussed.

Key-words: Food Security, Food Sovereignty, Settlement, Agrarian Reform

INTRODUÇÃO

Garantir o direito à alimentação saudável é uma questão multifatorial, pois envolve: reduzir a pobreza, por meio da distribuição de terras e renda; elaborar e implantar políticas públicas de acesso à saúde, educação, moradia e lazer; melhorar a eficácia na logística de abastecimento e transporte dos alimentos para os centros de distribuição; e no campo, especificamente, assegurar o acesso para o agricultor produzir o alimento, sem prejuízo à sua própria saúde e com respeito ao ecossistema. Portanto, quando um ou mais elos dessa cadeia falhou, a segurança alimentar e nutricional da população foi prejudicada. Por isso, foi preocupante quando, no ano de 2022, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) publicou um inquérito sobre o avanço da fome no Brasil entre os anos de 2020 e 2022, no auge da pandemia de COVID-19 no país.

Segundo o inquérito, apenas quatro entre dez famílias conseguiram acesso pleno à alimentação e ele apresentou um número alarmante de 33,1 milhões de pessoas em situação de fome crônica – o último estágio da insegurança alimentar e nutricional. Nesse aspecto, atentamo-nos para a situação do campo, porque a insegurança alimentar foi detectada em 60% dos domicílios rurais; e desses, 21,8% eram lares de agricultores familiares (Rede PENSSAN, 2021). A publicação desse relatório foi acompanhada da reinclusão do Brasil no Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) - uma ferramenta de identificação internacional dos países sobre segurança alimentar e nutricional - do qual havia saído oficialmente em 2014 (Senado, 2022).

Para a obtenção dos números apresentados pelo inquérito da Rede PENSSAN (2022), foi utilizado a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), um instrumento para medir os níveis de Insegurança Alimentar (IA) de uma família. O inquérito utilizaria dados sobre a regularidade das refeições e sobre a obtenção de alimentos em um período de três meses (Marin-Leon *et al.*, 2011). No entanto, por ser um questionário com perguntas fechadas, cujas respostas possíveis eram sim ou não, ele ocultaria as subjetividades das pessoas entrevistadas e limitaria suas vivências singulares com a fome em diferentes etapas da sua vida. Outrossim, ele se utilizaria de um período de três meses anteriores a partir da aplicação da escala, portanto, assumiria o risco de não se atentar sobre as definições de segurança alimentar do sujeito, construídas por experiências individuais e coletivas, transformadas a partir das realidades sociais. Desse

modo, apesar da eficácia quantitativa do instrumento, esses números não possuíam rostos e nem vozes.

Sob a perspectiva das relações sociais natureza-homem, a pesquisa objetivou compreender como o aumento dos cortes às políticas públicas de fomento à agricultura familiar, a violência institucional por órgãos responsáveis por promover assistência técnica e extensão rural aos assentamentos da reforma agrária e a precarização do trabalho campesino contribuíram para o cenário apresentado. Para isso, escolheu-se como campo empírico o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena, um assentamento de reforma agrária regularizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 2003. Os assentados eram participativos em atividades de extensão e pesquisa universitária, faziam parte de movimentos sociais para a justiça no campo e produziam de alimentos para a distribuição e comercialização no Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar e em circuitos curtos, como feiras livres e entregas de cestas. O estudo teve um caráter qualitativo, com o uso de instrumentos como observação participante e entrevistas semiestruturadas e foi analisada sob a ótica das representações sociais, da qual se considera a completude dos sujeitos como uma miríade de construções subjetivas com experiências coletivas a fim de interpretar a realidade social.

Como referência teórica, trabalhamos com os conceitos de *segurança e soberania alimentar*, na qual a primeira seria o acesso permanente de alimentos saudáveis em quantidade, qualidade e variedade o suficiente para não prejudicar outras esferas essenciais da vida do sujeito. Já a soberania alimentar foi uma ideologia elaborada pela Via Campesina, unida por conceitos científicos, saberes populares e demandas dos oprimidos por buscarem autonomia para definir, democraticamente, o sistema alimentar dos seus territórios, sem a interferência de países coloniais ou dominação das grandes corporações agroindustriais.

1. REFERENCIAIS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

1.1. Conceitos de Segurança e Soberania Alimentar

O debate sobre alimentação mundial ganhou maior relevância no contexto da Primeira Grande Guerra, sobretudo devido às crises de escassez em diversas partes do mundo até então. Ações mais concretas só foram discutidas em proporções globais após o flagelo da Segunda Grande Guerra, com a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês), em 1945, cujo objetivo era a erradicação da fome, a diminuição da pobreza mundial e o aumento da disponibilidade de alimentos no mercado. Nessa época, o conceito de segurança alimentar estava atrelado a uma quantidade de recursos suficientes para a população de um país, o que criou uma justificativa para as potências hegemônicas ocidentais imporem barreiras de importação e protecionismo nacional, de forma a que eles pudessem monopolizar os preços dos alimentos básicos (Rego *et al.*, 2015; De Melo *et al.*, 2017).

Sob a lógica de que maior produção agrícola geraria mais gêneros alimentícios, os países com economias mais ricas investiram no avanço de tecnologias capazes de aumentar a produtividade no campo. Por volta da década de 1950 e 1960, a Revolução Verde foi um pacote de diretrizes que combinava produção de insumos mecânicos (maquinários tecnológicos mais produtivos que os seres humanos nas atividades agrícolas), químicos (uso intenso de pesticidas e adubos artificiais) e biológico (melhoramento genético animal e vegetal) aplicados na produção agropecuária. Essas inovações aproximaram o campo e a indústria, de forma que as patentes dessas tecnologias ficaram concentradas em uma parcela pequena de empresários bilionários e financiados, sobretudo, pelos Estados Unidos e Europa Ocidental. Além disso, de modo a evitar as taxações, os donos do capital aplicaram em campos de monocultura de exportação em países como México e Filipinas, cujas legislações eram flexíveis em impostos e mão-de-obra. Dessa forma, a produtividade agrícola cresceu exponencialmente e o alimento se transformou em capital de especulação, cujo preço flutuava de acordo com os interesses do mercado. Diante do cenário onde produzir alimentos era sinônimo de crescimento dos lucros, destacaram-se oligopólios que ditavam os preços dos grãos mundialmente, de modo a controlar a produção de gêneros agrícolas para maximizar os ganhos. Portanto, países emergentes eram pressionados pelo cartel

lobista de indústrias farmacêuticas, químicas e alimentares (Rego *et al.*, 2015; Melo *et al.*, 2017).

Na década de 1970 ficou evidente que esse modelo não serviu para diminuir o problema da fome. A Revolução Verde modificou as dinâmicas do campo, substituiu o trabalho do camponês por máquinas, aumentou a concentração de terras, sobretudo em países periféricos, e manteve o monopólio das sementes e insumos agrícolas sob controle de indústrias. O pequeno e médio produtor não conseguiu acompanhar financeiramente as inovações tecnológicas intensas da agricultura e muitos venderam seu pedaço de terra e buscaram empregos na cidade, ocasionando um êxodo rural. Conforme a massa urbana aumentava, os governos locais não geraram empregos o suficiente para essa população e viram a formação de bolsões de pobreza (Rego *et al.*, 2015).

Diante disso, os gêneros alimentares se consolidaram como mercadoria especulativa na bolsa de valores, cujo preço dependida da oferta de outros insumos no mercado, por exemplo, energia. Portanto, quando ocorreu o primeiro choque no preço do barril de petróleo, em 1973, o custo dos alimentos no mercado financeiro também disparou, a produção diminuiu e ocasionou uma escassez global de alimentos. Nesse ínterim, muitos países periféricos não conseguiram estoques o suficiente para alimentar a população e ocorreu uma crise generalizada de fome, a qual atingiu primordialmente as famílias mais empobrecidas (Rego *et al.*, 2015; Cataño Hoyos & D'Agostini, 2017).

Esse cenário catastrófico fez a FAO organizar, em 1974, a I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, para debater estratégias e soluções para melhorias na distribuição de alimentos e sistemas agroalimentares. A partir disso, o debate sobre a fome foi ampliado para além da disponibilidade de alimentos no mercado, mas foi associado às desigualdades socioeconômicas e ao colonialismo. Apesar disso, as resoluções do congresso fortaleceram os lobistas da revolução verde, pois imperou como estratégia para solução da fome a promoção da produção de alimentos nos países em desenvolvimento, assim mantiveram ações para promoção da segurança alimentar sob o controle das corporativas que detinham monopólios das sementes, dos insumos químicos e da concentração de terras nos países agroexportadores (Cataño Hoyos & D'Agostini, 2017; De Melo *et al.*, 2017; Da Silva, 2020).

O conceito de segurança alimentar também foi modificado após a Conferência, que passou a estar vinculado à capacidade de uma família de comprar o alimento e

incorporou a nutrição como um dos seus princípios. Ademais, a Conferência promoveu acordos bilaterais entre as empresas produtoras de alimentos e governos de países periféricos, com a diminuição de tarifas e impostos, compra e venda de insumos químicos agrícolas e aumento na produção de grãos voltados para a indústria de alimentos. Diante disso, houve uma explosão na oferta de comidas industrializadas no mercados, como as fórmulas prontas, ultraprocessados e desidratados para mascarar a diminuição da presença de alimentos *in natura* nas gôndolas dos supermercados (De Melo et al., 2017; Da Silva, 2020).

Ainda assim, a proporção dos famélicos não diminuiu ao longo da década de 1980 e 1990, o que fez a FAO organizar, em 1996, a Primeira Cúpula Mundial de Alimentação, com a proposta de diminuir pela metade o número de pessoas com desnutrição até 2015. As diretrizes dessa cúpula focaram no aumento da produção de gêneros básicos e reforçar o comércio mundial de alimentos. Ficou estabelecida uma troca na qual os países periféricos venderiam *commodities* agrícolas básicos com o preço definido pelo mercado especulativo, e os países industrializados ofereceriam os alimentos prontos e processados. A segunda Cúpula Mundial de Alimentação, em 2002, intensificou essas estratégias, mesmo que os resultados tivessem sido abaixo do desejado (Belik & Siliprandi, 2012).

Nesse contexto, países do sul global passavam por crises financeiras graves, ocasionado primordialmente por dívidas com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Muitos países da América Central e do Sul viram aumentar o nível de desigualdade no campo gerado pela concentração de terra pelas corporações lobistas de alimentos, migração forçada para as cidades e intensos conflitos por terras, com uma evidente violência contra os camponeses. Por isso, surgiu entre militantes da Via Campesina uma reformulação do debate sobre a fome e escassez de alimentos. Os fundamentos da soberania alimentar foram documentados oficialmente pela primeira vez durante a II Conferência Internacional da Via Campesina, ocorrida no México no ano de 1996 para combater a exploração colonialista dos países ricos (Belik & Siliprandi, 2012; Rego et al., 2015; Hoyos & D'Agostini, 2017).

As reivindicações da conferência expuseram os obstáculos para a superação da fome: a relação desigual entre os países do norte e sul global; as pressões dos órgãos financeiros internacionais sobre a autonomia dos países periféricos; e o desrespeito dos oligopólios mercantis contra as terras dos camponeses e dos povos originários, com

atenção para a intensa exploração dos recursos naturais, expulsão de famílias do campo e apagamento dos saberes tradicionais (Hoyos & D'Agostini, 2017; Da Silva, 2020).

Esses debates ocasionaram em dois documentos importantes para a definição de Soberania Alimentar: a Declaração Final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar (2001); e a Carta de Maputo (2008). A declaração afirmava que as causas da fome e da desnutrição seriam as decisões políticas e econômicas impostas pelos países privilegiados a fim de manter a hegemonia política e econômica, por meio da monopolização dos recursos necessários para manutenção da vida. Ainda dizia que os alimentos não eram mercadorias e que os países periféricos eram capazes de produzir sua própria comida, mas as injunções do neoliberalismo seriam uma barreira para essa realização. De acordo com a declaração:

Entendemos por soberania alimentar o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo dos alimentos que garantam o direito a alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos métodos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. (Tradução livre, Declaração Final do Fórum Mundial, 2001)

Ademais, ela fundamentava como obrigação do Estado a garantia da alimentação saudável ao defender a retirada do controle dos sistemas agrícolas das corporações internacionais e realizar reforma agrária ampla e justa. A Carta de Maputo (2008), por sua vez, reforçava a retirada da produção de gêneros agrícolas do mercado especulativo e defendia a agricultura camponesa sustentável como via para alcançar a segurança alimentar e redução dos impactos das mudanças climáticas.

Portanto, a segurança alimentar partiria de um pressuposto que a fome estaria conectada a disponibilidade de alimentos no mercado e ao poder aquisitivo para a compra em supermercados, e suas estratégias seriam baseadas em trocas comerciais do mercado especulativo. Em contraste, a soberania alimentar trouxe uma visão emancipadora da solução, centrada na autonomia da agricultura camponesa e dos povos originários em praticar uma agricultura sustentável, com respeito aos modos de produção e distribuição. Para isso, seria necessário políticas de Estado no fomento à agricultura familiar, nacionalização e distribuição equitativa de recursos como água e sementes, mas também

implantar serviços básicos como saneamento, saúde, educação e assistência técnica e extensão rural (Belik & Siliprandi, 2012; Hoyos & D’Agostini, 2017).

1.1.1. A evolução dos conceitos de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

Apesar da referência na exportação de gêneros agrícolas, o Brasil passou por sucessivas crises de fome ao longo de sua história, por exemplo, a fome de 1915, provocada por uma longa seca no sertão nordestino e trouxe à superfície um exponencial número de desnutridos, uma migração dos camponeses nordestinos para regiões mais ao sul, e ficou marcada pela criação de campos de concentração dessas pessoas empobrecidas pela escassez de alimentos (Castro, 1984). No período pré-Segunda Guerra, as políticas para tratar essa questão possuíam um caráter assistencialista, focalizadas no abastecimento e distribuição de alimentos para a população mais vulnerável. No Estado Novo, promoveu-se a garantia de alimentação aos estudantes, por meio da política de Merenda Escolar, do fornecimento de alimentos aos trabalhadores urbanos e pela construção dos primeiros restaurantes populares, entretanto, elas camuflavam o problema, pois o número de famélicos aumentava, sobretudo nas regiões interioranas onde o Estado não alcançava (Pinheiro, 2015).

Ao estudar essa questão, o cientista Josué de Castro lançou sua obra “Geografia da Fome” em 1946, a qual expunha a situação miserável de muitos brasileiros. Na contramão do que declarava as Nações Unidas na época, Josué de Castro afirmava que a fome não era um processo natural, mas estruturada pelo interesse de minorias privilegiadas em manter a colonização e a exploração dos mais pobres. Portanto, concluiu o cientista (1984) que era um problema passível de ser solucionado por meio de políticas públicas capazes de garantir a justiça na produção e distribuição de alimentos, reduzir a pobreza na população e promover um Estado independente dos interesses econômicos de países imperialistas.

O modelo econômico adotado pelos governos brasileiros subsequentes escantearam a segurança alimentar e a mantiveram como políticas pontuais e centralizadas no governo federal, com pouco diálogo em esferas públicas. Durante a ditadura militar, o Brasil seguiu a Revolução Verde dos países do norte global, por meio da exportação de *commodities* e importação de tecnologias, ademais trouxe as grandes corporações industriais para operar no território. O amálgama da indústria com o

latifúndio brasileiro aprofundou a desigualdade no campo, concentrou a terra e promoveu milhares de movimentações camponesas para as cidades (Pinheiro, 2015; Damasceno Nogueira, 2019).

Destarte, o Brasil passou por uma grave recessão econômica na década de 1970, após um breve período de “milagre econômico”, a qual aumentou o desemprego e a pobreza entre os brasileiros. Conseqüentemente, a pressão inflacionária mundial fez o preço dos alimentos aumentar. Sem geração de renda e com a comida cada vez mais cara, a insegurança alimentar crescia nos lares. Isso gerou uma ruptura na confiança das pessoas para com o Estado e motivou o crescimento de movimentos sociais que reivindicavam o direito a alimentação adequada e de qualidade (Pinheiro, 2015; Marques, 2010; Da Silva, 2020).

Sob pressão desses movimentos sociais, o governo instituiu em 1972 o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) com o objetivo de mapear os bolsões de pobreza e instituir medidas nacionais voltadas para a população vulnerável. Eram programas assistencialistas e focalizados, como programas de suplementação nutricional e auxílios para adquirir o alimento no supermercado. Ideologicamente, eles estavam fortemente atrelados aos interesses mercadológicos internacionais e beneficiavam, sobretudo, as indústrias produtoras de alimentos. A produção de alimentos no pequeno e médio campo, por exemplo, não estava na pauta, o que prejudicava a soberania alimentar do país (Pinheiro, 2015; Marques, 2010). Em 1985 foi lançada a primeira propostas de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNAN) que tinha como foco o abastecimento e a autossuficiência do Brasil na produção de alimentos, bem como promover estratégias nutricionais para a população. Entretanto, a inflação dos alimentos passava dos 80% e o salário-mínimo estava desvalorizado, isso acirrava a miséria (Marques, 2010).

A década de 1990 e a emergência de um governo que seguia as tendências neoliberais, esvaziou vários ministérios, entre eles, os que cuidavam do mapeamento de insegurança alimentar no Brasil. Observou-se uma disparidade evidente na distribuição de recursos para as secretarias e extinção de programas de alimentação e nutrição. Essas ações causaram descontentamento da população civil e os movimentos sociais se aglutinaram para o Movimento pela Ética na Política, cujo objetivo era lutar pela justiça social e garantia dos direitos humanos. A partir disso, nasceu a Ação da Cidadania Contra

a Fome, a Miséria e pela Vida (Pinheiro, 2015; Marques 2010; Amaral & Basso, 2016; Da Silva, 2020).

Encabeçada pelo apoio do sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, o governo de Itamar Franco estabeleceu como prioridade o combate à fome e à miséria e promove o I Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). No relatório final, o CONSEA estabeleceu como eixos orientadores para as políticas públicas o êxito na produção e acesso a alimentos saudáveis, programas alimentares e nutricionais voltadas para a população mais vulnerável, soberania alimentar e promoção de hábitos mais saudáveis. Entretanto, o CONSEA foi extinto ainda em 1994, antes que pudesse elaborar essas políticas (Amaral & Basso, 2016).

No ano de 1997 foi extinto o INAN frente às problemáticas apresentadas na época, as quais refletiam seus problemas geracionais, tais como ineficiência na distribuição de recursos, favorecimentos a determinados grupos ligados a interesses corporativos, centralização das políticas alimentares no governo federal e dificuldade de diálogo com outros setores da sociedade. Dessa forma, a PNAN foi desarticulada em detrimento de um caminho econômico com maior participação do mercado. Apesar disso, ela continuou como um espaço de resistência dos movimentos sociais, os quais buscavam estratégias para manter a segurança alimentar e nutricional como pauta emergencial, uma vez que a fome continuava alta entre os brasileiros (Pinheiro, 2015; Amaral & Basso, 2016).

O ponto de virada para o debate foi durante o lançamento do Projeto Fome Zero (PFZ), em 2003, cuja base estava no consenso de que a fome no Brasil era causada pela pobreza no campo e o desemprego nas cidades. Além disso, tornou-se evidente que a desnutrição possuía duas faces: uma da fome pela falta de alimentos e outra pelo consumo de alimentos com alta densidade energética e pouca quantidade de nutrientes. Por isso, o contexto epidemiológico da época constatava agravos na situação de saúde dos brasileiros, marcados pela aparente contradição entre o crescimento no número de famélicos, mas também das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como diabetes, hipertensão e cânceres (Pinheiro, 2015; Marques, 2010; Da Silva, 2020).

Dessa maneira, para conseguir articular as propostas do PFZ, o CONSEA foi reconstituído com o objetivo de interlocução do governo com a sociedade civil a fim de determinar diretrizes para as soluções das crises alimentares do século XXI. Ele tem caráter orientador das políticas públicas e serve como um termômetro das demandas das

comunidades. Outra vantagem do PFZ foi sua descentralização das políticas alimentares, com isso, a criação de conselhos regionais e municipais de segurança alimentar, o qual cada região ficaria responsável por administrar os debates e promover os eixos orientadores, conforme as diferenças locais. Isso permitiu conhecer melhor as variedades da cultura alimentar no território e promoveu o respeito os hábitos de vida dessas populações (Pinheiro, 2015; Marques, 2010).

A partir de um marco histórico, o CONSEA elaborou e sancionou da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, a qual estabeleceu a segurança alimentar como:

(...) na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.
(LOSAN, 2006)

Outrossim, a LOSAN determinou que para alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional era necessário garantir o acesso aos alimentos e água, conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos naturais, promoção da saúde nutricional, principalmente de grupos sociais considerados vulneráveis, assegurar a qualidade sanitária dos alimentos, implantação de políticas públicas voltadas para produção, comercialização e distribuição dos alimentos, com respeito às características culturais regionais e formação de estoques estratégicos para o abastecimento das regiões de extrema pobreza (LOSAN, 2006).

Ela também institucionalizou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), para executar e fiscalizar as políticas públicas criadas para o combate à fome, ademais, ele funciona como um instrumento para articular as três esferas de poderes com a sociedade. A LOSAN veio como um reforço à Emenda Constitucional nº 64 que regeu como direito humano inegociável o direito à alimentação adequada e, em sua formulação, observou-se referências à Declaração Final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, pois defendia a autonomia dos povos em decidir sobre como produzir, distribuir e consumir os alimentos e utilização sustentável dos recursos naturais (Marques, 2010; Da Silva, 2020).

Paralelamente a atuação do CONSEA, também foi instituído a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar (CAISAN), uma entidade administradora das políticas de segurança alimentar e nutricional e promotora de articulações entre os órgãos responsáveis pela implantação dessas políticas. Dessa forma, o CONSEA funcionaria como uma agente social definidora de diretrizes para as demandas civis e o CAISAN efetivaria em políticas públicas capazes de abarcar as solicitações (Moraes *et al.*, 2021; Maluf *et al.*, 2021).

A estrutura do CONSEA era composta por 1/3 de agentes políticos (ministros, deputados, desembargadores, entre outros) e 2/3 da sociedade civil, majoritariamente dos movimentos sociais, entre eles se destacaram representantes de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, trabalhadores rurais da reforma agrária, centrais sindicais, entidades dos direitos humanos e pesquisadores. Os conselhos também foram marcados pela presença perene do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, posterior Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Educação (MEC), cujos representantes tinham baixa rotatividade. Isso foi indicado como fator benéfico para os conselhos, pois garantiu uma construção de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) contínuas, sem a ruptura observada quando se trocavam os ministros, por outro lado, registraram-se conflitos devido aos atores civis reclamarem dos membros do legislativo não atenderem suas expectativas de mudanças estruturais e busca de uma soberania alimentar brasileira (Moraes *et al.*, 2021).

Limitações encontradas na literatura se referem ao Conselho se pretender como um espaço de discussão, apresentação e elaboração de políticas públicas, entretanto, muitas ideias debatidas eram pouco exploradas na Câmara dos Deputados, por causa da pressão intensa dos lobistas do agronegócio nas esferas de poder público. Apesar disso, o CONSEA se mostrou um modelo exitoso de articulação, sobretudo pela discussão de temáticas embasadas no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, pois diversas diretrizes propunham uma transformação no modelo econômico brasileiro, com defesa a uma reforma agrária mais rápida e profunda, soberania nacional sobre os recursos naturais, sementes, fauna e flora brasileira e proteção aos povos tradicionais (Moraes *et al.*, 2021).

Uma campanha importante advinda da agenda dos CONSEAs foi o I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (I Plansan), de 2012 até 2015, proposta

como uma ferramenta para gerenciar e executar as políticas de SAN no Brasil. Nas suas diretrizes estavam, em ordem de prioridade:

1. *Promoção do acesso universal à Alimentação Adequada e Saudável;*
2. *Promoção do Abastecimento e Estruturação de Sistemas Descentralizados, de Base Agroecológica e Sustentáveis de Produção, Extração, Processamento e Distribuição de Alimentos;*
- (...)
4. *Promoção, universalização e coordenação das ações de SAN voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais e povos indígenas;*
5. *Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional;*
6. *Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente*
7. *Negociações internacionais relativas à promoção da SSAN/DHA. (Maluf et al., 2021)*

Tais diretrizes eram debatidas nos conselhos e escritas por meio das Exposições de Motivo (EM), posicionamentos dos movimentos sociais em relação a vias para atingir os objetivos. A segunda diretriz obteve o maior número de EMs e foi responsável, entre outras pautas, pela criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), proposição da regulamentação de agrotóxicos e transgênicos, a Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM) e do Código Florestal. Ademais, a inclusão da quinta diretriz demonstrava uma ação intersetorial para promover o direito à alimentação como uma forma de garantir a saúde. Já a sexta diretriz trouxe uma dimensão estratégica do CONSEA para a criação do Programa Um Milhão de Cisternas, contando com a participação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), uma ação que viria a se tornar um programa governamental durante o período de Lula na presidência. Em suma, essas orientações do I Plansan incorporaram muito da literatura da soberania alimentar e foram importantes para a

articulação multisetorial na proposição de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (Maluf *et al.*, 2021).

Dessa forma, o CONSEA em associação com a orientação do governo em políticas de diminuição da pobreza, por meio de programas de distribuição de renda, valorização do salário mínimo, ampliação dos postos de trabalho e fomento à agricultura familiar, contribuíram para observar uma queda considerável da insegurança alimentar entre os brasileiros. Isso culminou na saída do país ao Mapa da Fome da ONU no ano de 2014. Entretanto, essa aparente segurança viria a se mostrar frágil com a recessão econômica a partir de 2015, uma vez que a pobreza voltou a sobressair nos lares brasileiros (Maluf *et al.*, 2021).

O II Plansan foi elaborado e efetivado a partir do ano de 2016, com vistas para o processo de crise política e econômica no governo, a qual afetava o repasse de verbas para diversas políticas públicas, incluindo às voltadas para SAN. Dessa forma, a CAISAN reconhecia, por meio do II Plansan, um olhar mais atento aos grupos sociodemográficos mais afetados pela insegurança alimentar, como famílias monoparentais chefiadas por mulheres negras, comunidades de povos tradicionais, indígenas e quilombolas e de trabalhadores informais. Portanto, observou-se indicadores mais voltados para o aumento da produtividade alimentar do que disponibilidade, como no desafio “1 - *Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional*” – e desafio “2 – *Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural*” (II Plansan, 2016).

Os desafios do II Plansan ainda incluíram mais enfaticamente ações de fortalecimento da agricultura familiar, qualificação técnica e acesso a crédito às famílias que desejam realizar técnicas de produção sustentável, além disso, reconheceram o protagonismo das mulheres no cultivo e reforma agrária (II Plansan, 2016). Também abarcou o alcance à soberania alimentar como um desafio:

Desafio 9 - Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do

Outra adição importante foi o reconhecimento da insegurança alimentar e nutricional (INSAN) não estar ligada necessariamente com a fome. O desafio 6 – *Controlar e prevenir os agravos decorrentes da má alimentação* – refletiam uma inflexão nas causas de morte no país. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) em 2013, óbitos relacionados por DCNTs já compunham 70% do total das mortes no Brasil. Em contrapartida, no mesmo estudo trouxe que doenças infecciosas, mais interligadas com a desnutrição, correspondiam a 12,4% do total de óbitos e que a taxa de desnutrição de crianças menores de cinco anos havia ido de 37,1% em 1974 para 7,1% em 2007 (Louzada *et al.*, 2019).

Os resultados refletiam êxito das políticas de combate à fome, mas foram palco de debates sobre as transformações nos padrões de consumo alimentar dos brasileiros. Desde a década de 1990, observou-se um aumento da quantidade de alimentos ultraprocessados em gôndolas dos supermercados, ao mesmo tempo em que os alimentos *in natura* decresciam. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada em 2008, mostrou que alimentos *in natura* ou minimamente processados faziam parte de dois terços do total de calorias consumidas por dia em um lar de classe média. O relatório da POF feita em 2018, no entanto, demonstrou uma diminuição considerável da aquisição de alimentos *in natura* ou minimamente processados, com destaque para o arroz e feijão, mas um aumento no consumo de alimentos ultraprocessados – refeições prontas industrializadas – em 56% comparativamente com o estudo anterior (IBGE, 2018).

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), inserem-se na categoria de alimentos ultraprocessados produtos comestíveis cuja lista de ingredientes se encontra, predominantemente, compostos químicos de uso industrial. Eles são identificados como hiperpalatáveis, pois em sua composição estão diversos aditivos que buscam mimetizar sabores *in natura*, como edulcorantes, espessantes, emulsificantes, além da extração de óleos e açúcares que não são encontrados isolados na natureza (frutose, lactose, isolado proteico). Esses elementos geralmente são extraídos de gêneros agrícolas comumente utilizados como *commodities* (Louzada *et al.*, 2019).

A gradativa substituição dos alimentos *in natura* para os ultraprocessados na alimentação brasileira é compatível com a inserção das grandes cadeias varejistas nos

territórios urbanos. Aos poucos, redes internacionais como *Walmart* ou *Carrefour* construíram filiais em ambientes onde a agricultura familiar tinha dificuldades de alcançar, como as periferias das cidades. Isso gerou os desertos alimentares - bairros ou regiões onde há dificuldade de encontrar alimentos *in natura* - e os pântanos alimentares - onde se predomina a venda de alimentos ultraprocessados e redes de *fast food* (Santos & Fontão, 2022).

O baixo preço dos alimentos ultraprocessados seria um dos fatores para a concorrência desleal com os alimentos *in natura*. Devido aos incentivos fiscais e a alta produtividade dos *commodities*, o preço para o consumidor tende a ser mais acessível do que um hortifruti vindo da agricultura familiar, cuja produção tende a ter um custo maior. Outro motivo seria o alcance que essas redes varejistas podem chegar ao consumidor, pois geralmente estavam inseridos em centros urbanos longe das zonas rurais, nesse caso, o transporte era um problema de mão dupla, tanto para o camponês chegar com seu produto até o território, quanto para o morador, principalmente àquele com baixa renda, dificultado de ir até ambientes com feiras para adquirir os alimentos *in natura* (Santos & Fontão, 2022). Com isso, concluiu-se que a INSAN consecutivo da má alimentação também atinge mais pessoas em situação de vulnerabilidade, portanto, seria possível em uma mesma região haver casos de desnutrição e prevalência de DCNTs (Louzada *et al.*, 2019).

1.1.2. Observações contemporâneas do crescimento da Insegurança Alimentar e Nutricional

A consolidação do poder das cadeias agroalimentares que controlaram desde a distribuição das sementes até o produto ultraprocessado no prato do brasileiro acentuou as desigualdades no campo. Isso se mostrou mais evidente com a ascensão da pandemia da COVID-19, cujas recomendações de distanciamento social, sem assistência do Estado, para as famílias afetadas ocasionou na perda de postos de trabalho, fechamento das feiras livres e das instituições de ensino – muitas vezes onde o estudante garantia, em média, duas refeições diárias. Consequentemente, aumentou a pobreza e a INSAN nos lares brasileiros, tanto no campo quanto nas cidades. Em contrapartida, as corporações oligopolistas das indústrias farmacêuticas e alimentares tiveram lucros exorbitantes através da exploração mercadológica da saúde.

Segundo o Atlas dos Sistemas Alimentares (2023), com menos recursos, as famílias brasileiras aumentaram o consumo de alimentos ultraprocessados. Cerca de 87% dos domicílios tiveram um declínio na aquisição de algum grupo alimentar *in natura* ou minimamente processado, enquanto houve um crescimento de 11% nas vendas de macarrão instantâneo em relação ao período pré-pandêmico. O motivo estaria nos preços, pois enquanto os primeiros sofreram de inflações e desabastecimento, devido ao desmonte de políticas públicas para aquisição desses alimentos, os segundos tinham um custo muito menor nas gôndolas dos supermercados. E mesmo que o brasileiro conseguisse encontrar nas grandes redes de supermercados o alimento *in natura*, provavelmente que ele estaria contaminado com cargas químicas de agrotóxicos e pesticidas, pois o país liderava de insumos químicos para o controle da plantação na época. Dessa forma, o cidadão padecia da fome oculta, no qual o alimento estaria presente, porém com uma qualidade nutricional baixa que não supriria suas necessidades e o colocaria em risco de desenvolver uma DCNT.

Importante salientar a saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU como uma ação conjunta da sociedade e do Estado para elaborar e promover políticas públicas de distribuição de renda, gerar empregos e fomentar a produção, o transporte e a distribuição do alimento. Portanto, quando executados cortes orçamentários e desmonte de instituições relacionadas à essas áreas, não foi possível atravessar com segurança a recessão econômica a partir do ano de 2014. Até 2019, um ano antes de declarar pandemia, o desemprego subiu e cada vez menos famílias camponesas conseguiam acessar os editais de vendas públicas.

Em 2019, o CONSEA foi extinto mais uma vez pelo governo federal, sem haver uma ação substitutiva, um retrocesso muito forte, porque se quebrou a cadeia de diálogo do Estado com a sociedade civil e suas demandas foram invisibilizadas. Ademais, aprovaram-se nas instâncias superiores de justiça diversas legislações a favor do agronegócio, como a maior permissividade no uso de agrotóxicos proibidos em outros países, flexibilidade de normas ambientais para o avanço da fronteira agrícola e interpretações na lei para aumentar o acesso dos produtores de *commodities* ao crédito rural.

Dessa forma, a emergência sanitária da Covid-19 serviu como catalizador para agravar os problemas na cadeia alimentar. A redução na oferta de editais do PAA, o fim do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o fechamento das feiras livres

tornou o povo carente na disponibilidade de alimentos *in natura* e a mercê dos produtos ultraprocessados, mais baratos e acessíveis. Isso também fez crescer a pobreza no campo, a qual viu sua renda se reduzir drasticamente. O II Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Rede PENSSAN, 2022) expuseram os resultados dessas ações, com 33 milhões de brasileiros em situação de fome, com destaque para o recorte de gênero, raça e classe. Nas áreas rurais, 60% dos domicílios se encontravam em insegurança alimentar e nutricional, entre eles, 21,8% eram em lares de agricultores familiares. Nas famílias onde a pessoa de referência se autodeclara preta ou parda, 65% se encontravam sobre insegurança alimentar, com 19% dos lares chefiados por mulheres negras. A publicação desse documento fez o Brasil entrar novamente para o Mapa da Fome e demonstrou que a fome tem caráter político-estrutural, pois estava ligado diretamente com a renda e acesso aos recursos básicos para sobrevivência.

Para ilustrar essa situação, um estudo conduzido por Costa *et al.* (2023) no Distrito Federal (DF), com 53 famílias frequentadoras de uma UBS na zona rural, identificou como fator de risco para insegurança alimentar morar em um domicílio de terceiros (como aluguel), famílias monoparentais ou chefiadas por mulheres negras, dificuldade no acesso a água tratada e saneamento básico e o desemprego ou trabalhos informais. Foram situações relacionadas com a condição socioeconômica vulnerável corroboradas pelo inquérito da Rede PENSSAN.

Paralelamente, o avanço da fronteira agrícola colocou em risco a biodiversidade e os ecossistemas, pois a monocultura geraria matéria-prima para as indústrias alimentares, por conseguinte, provocaram o desmatamento, a superexploração dos recursos hídricos e o empobrecimento do solo. Dessa forma, o agronegócio ameaçaria a soberania alimentar dos territórios e promoveria a insegurança alimentar, com anuência do Estado Brasileiro. Ainda segundo o Atlas dos Sistemas Alimentares (2023), o agronegócio conseguiu 72% dos créditos rurais para as culturas de soja e milho, o que explicaria o crescimento da área plantada para a soja – dobrou entre os anos de 2009 a 2022. Enquanto o feijão, tradicionalmente produzida e comercializada pela agricultura familiar, reduziu em 37% durante o mesmo período.

Seria necessário refletir sobre o discurso do agronegócio estar alinhado com as políticas neoliberais, apesar dos números indicarem a dependência do crédito estatal para o avanço dos seus interesses sobre o território. Enquanto isso, observou-se em toda a

América do Sul uma política sistemática de desmonte dos projetos para fomentar a agricultura familiar, a partir de cortes orçamentários para aquisição de alimentos e dificuldade de acesso aos créditos agrícolas, os quais serão discutidos mais à frente.

Finalmente, cabe ressaltar algumas medidas de resistência dos movimentos sociais para frear o avanço da insegurança alimentar. Segundo a Via Campesina (2008), isso requer repensar os modelos econômicos dos países dependentes do agronegócio e fortalecer as entidades sociais, camponeses e urbanas pela luta de classes, de defesa dos territórios e de seus recursos. A soberania alimentar necessitaria de ações práticas com embasamento científico de melhor aproveitamento dos recursos de um território e escutar as comunidades tradicionais que ali habitam.

Por isso, a agroecologia seria apontada por diversos cientistas como um modelo a ser implantado como caminho para a soberania alimentar. Como uma ciência elaborada por meio do diálogo entre instituições de pesquisa e movimentos sociais de reivindicação da terra, suas diretrizes buscavam um sistema alimentar sustentável que avalize a permanência do pequeno e médio agricultor na terra, com autonomia para aplicar seus conhecimentos, mas que possa preservar o ecossistema. Para isso, elaborou estratégias para produção sem utilização de agrotóxicos, captação e utilização inteligente dos recursos naturais, assim como identificou as fraquezas de um território e enfrentou-as para melhorar a qualidade de vida da população local (Lizarraga, 2024).

Nesse interim, destacou-se como exemplos da agroecologia como via para fortalecimento camponês: a produção de arroz orgânico do MST no Rio Grande do Sul (RS), sob a união das cooperativas de 14 assentamentos da reforma agrária na região de Porto Alegre, com cerca de 260 famílias produtoras de arroz orgânico, para o intercâmbio de saberes e práticas de manejo do solo sem utilizar insumos químicos. Em 2023, era produzido cerca de 15 mil toneladas de arroz para o PAA e distribuído entre feiras na região de Porto Alegre e Armazéns do Campo, em outros estados brasileiros. Ademais, outra iniciativa experienciada pelo Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com participação de movimentos sociais camponeses de outros países fronteiriços, foi a troca de sementes crioulas – variedades locais não transgênicas que foram guardadas por produtores locais por grandes períodos – em ações cooperativas e feiras agroecológicas. Isso propiciou a criação de Casas de Sementes com redes de proteção à diversidade de gêneros, com estruturas capazes de

preservar essas sementes e visam combater o monopólio da produção e distribuição de sementes do monopólio do agronegócio (Lizarraga, 2024).

Outra forma que os movimentos sociais de direito à terra encontraram para avançar sua luta política foi na integração com as cidades, ao ocupar espaços para comercialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar. Por exemplo, as cestas camponesas, uma iniciativa de aproximação direta do agricultor com o trabalhador urbano, a qual foi ampliada no período pandêmico, devido ao fechamento das feiras. Também se criaram as cozinhas solidárias, com a participação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) para utilizar os espaços nas periferias urbanas e romperia com a lógica dos desertos e pântanos alimentares. Outro centro de distribuição e comercialização que reduziu os custos de logística e transporte são as Raízes do Brasil, presentes em diversas capitais brasileiras com produtos locais e artesanais. Destacou-se em todo o país a realização de feiras urbanas, agroecológicas, orgânicas (Lizarraga, 2024).

Destarte, apenas as ações civis não seriam o suficiente para afiançar uma soberania alimenta. Seria necessária uma atenção maior do Estado por meio de políticas públicas de aquisição e distribuição do alimento, facilitar o crédito agrícola ao pequeno e médio produtor conseguir plantar e extensão técnica e rural para capacitação do agricultor para as novas tecnologias do mercado. O Brasil possuía um histórico de referência nesse âmbito, principalmente no início do século XXI, o qual foi paulatinamente alvo da ação política da extrema direita como veremos doravante.

1.2. Um breve histórico das ações governamentais para a reforma agrária brasileira

A preocupação com a produção de alimentos para o escoamento ultramarino foi um fenômeno intrinsecamente relacionado à história da agricultura no país. Grisa & Porto (2023) mostraram que, desde a Colônia, a configuração de terras no Brasil seguiu o sistema *plantation*, com exploração intensa do solo para monoculturas de exportação e utilização de mão-de-obra escravizada, enquanto a cultura de gêneros alimentícios ficava concentrada em pequenas glebas nos latifúndios, sobretudo, para subsistência dos latifundiários e das pessoas que trabalhavam para eles nessas terras. Dessa forma, o abastecimento e a distribuição alimentar era controlado por esses poucos capitães donatários e, em geral, distante dos centros urbanos. Todavia, quando a concentração no

campo forçou os camponeses a migrarem para as cidades, o que gerou crescimento acelerado delas, essa produção mostrou-se insuficiente e acarretou grandes crises de abastecimento entre os séculos XVIII e XIX.

Durante a ditadura militar, o nacional-desenvolvimentismo alcançou o seu auge e o campo estava irremediavelmente no escopo do crescimento econômico, especialmente, quando associado à indústria. As políticas governamentais importaram a revolução verde das potências capitalistas da época e agravaram a desigualdade social no campo, uma vez que beneficiou grandes latifundiários agroexportadores. Pequenos agricultores ficaram cada vez mais marginalizados, tiveram suas terras griladas, foram expulsos ou coagidos a vendê-las e, então, forçados a migrar para centros urbanos ou ficarem presos aos latifúndios como trabalhadores sazonais (Grisa & Porto, 2023). Isso também acentuou bastante as diferenças regionais do país, pois concentrou a riqueza no eixo Centro-Oeste, Sul e Sudeste e consolidou o Brasil com o título de “celeiro do mundo”. Pelas próximas décadas, esse movimento ficou marcado pelo crescimento do intensivo uso de agrotóxicos e superexploração do solo na produção de monocultura para matéria-prima industrial (*commodities*) (Dutra & Souza, 2017).

Afinal, a Revolução Verde não solucionou o problema da fome, aumentou a miséria e causou inchaço urbano, devido ao êxodo rural. Na luta pelo direito à terra, os movimentos sociais foram marcados por enfrentamentos coletivos e construções de acampamentos como protesto. Outrossim, reivindicavam condições dignas para trabalhar no campo, como acesso aos instrumentos, créditos e sementes para plantar (Dutra & Souza, 2017). A partir dessas reivindicações, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o objetivo de fortalecer o discurso da reforma agrária ampla e efetiva, acabar com os latifúndios e garantir o uso social da terra, presente na Constituição de 1988.

Sob a pressão desses movimentos sociais e o crescente número de ocupações nas décadas de 1980 e 1990, o governo assumiu o controle da reforma agrária no país. Portanto, sob a Lei de nº 8.629/93, surgiu o nome Projeto de Assentamento (PA) que, segundo a Resolução 458, de 16 de julho de 2013, configuraria um plano de ações para realizar uma reforma agrária com envolvimento multissetorial para fixação de um núcleo agropecuário familiar, enquanto supriria as necessidades das famílias camponesas e promoveria espaços de convivência.

Nesse sentido, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), regulamentado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) seria uma modalidade de PA no qual se priorizavam atividades com baixo impacto ambiental e assegurava a preservação da área demarcada, sob responsabilidade das famílias assentadas (INCRA, 2013).

Os PAs e PDSs possibilitaram a reconstrução de identidades sociais a partir da chegada de diferentes configurações familiares, favoreceram a construção de espaços coletivos, como associações e cooperativas, promoveram maneiras de diversificadas de técnicas de plantação, como uma alternativa à monocultura, e recuperaram os ecossistemas, uma vez que, geralmente, são demarcadas em áreas muito degradadas (Le Tourneau & Bursztyn, 2010; Afonso & Scopinho, 2015). Dessa forma, foram importantes para a produção alimentar, pois abasteceram as áreas urbanas que o modelo agroexportador não alcançava, como feiras de rua, mercados locais, alimentação escolar e restaurantes populares. Em 1985, a regulamentação dos espaços de assentamento, tal como a emissão de documentos, assistência técnica e facilitação aos créditos passaram a ser de responsabilidade do INCRA.

Durante a década de 1990, precisamente nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1996-2002), os movimentos sociais de luta pela terra pressionaram pelo cumprimento da Carta Magna. Portanto, observou-se um aumento no número de PAs, com o seu auge em 1998, 100 mil famílias assentadas. Também foram elaboradas as primeiras políticas da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um método de financiamento e custeio às atividades agropecuárias e de favorecimento da agricultura familiar, e o Programa de Crédito Especial para Áreas da Reforma Agrária (PROCERA), cujo objetivo era fomentar a produtividade agrícola dos assentados de reforma agrária (Rezende, 1999; Grisa & Porto, 2023). Todavia, aconteceram à época os mais brutais massacres contra camponeses já registrados após a redemocratização, como o Massacre de Eldorado de Carajás (1996) e o Massacre de Corumbiara (1995). Ademais, o segmento político de FHC, apoiado em conceitos neoliberais, fomentou a “reforma agrária de mercado”, tida pelos críticos como uma maneira de apropriação da luta pela terra pelo Estado e submissão da agricultura familiar ao modelo do agronegócio (Cattelan *et al.*, 2020).

Quando o sindicalista Lula da Silva (2003-2010) assumiu a presidência do Brasil, trouxe uma esperança de alcançar a justiça social na luta pela terra, uma vez que a campanha do político foi marcada por promessas de reforma agrária ampla. Com isso, criou-se em 2003 o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), cujo objetivo era garantir o direito aos camponeses o direito à posse da terra, diminuir a pobreza no campo e gerar emprego e renda. Entretanto, o tom mediador adotado por Lula ao tentar conciliar a luta de classes entre sem-terra e grandes empresários rurais suprimiu esse Plano, o qual terminou em 2007, com resultados aquém do esperado. A reforma agrária no governo Lula priorizou o repasse de recursos financeiros aos assentamentos, portanto, houve maior efetividade na aplicação do capital e, outrossim, fortaleceu o INCRA. Porém, ele enfrentou críticas por ter feito pouca desapropriação de terras (Campos, 2023; Cattelan *et al.*, 2020). No final do segundo mandato de Lula, em 2010, já se apresentava um declínio na homologação de assentamentos e o agronegócio agia com bastante força no mercado.

Sua sucessora, a presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), apoiada por Lula durante a sua campanha, pouco falou sobre reforma agrária quando foi eleita. Na época, diminuiu a homologação de novos PAs em comparação com seus antecessores e, já em seu primeiro mandato, percebeu-se uma queda na distribuição de verbas aos programas voltados para agricultura familiar. Ainda em seu primeiro governo, a inclusão, em 2013, do público da agricultura familiar ao acesso ao Plano Safra, uma linha de crédito de incentivo agrícola, foi considerada uma conquista. No segundo mandato, com a popularidade em baixa e uma composição política desfavorável no Congresso Nacional, Dilma Rousseff afastou-se dos movimentos sociais em uma busca infrutífera de manter o seu cargo político. Seus dois governos acabaram com somente 21 desapropriações de terras e uma crescente insatisfação dos camponeses pelas dificuldades de acesso às políticas públicas de fomento à agricultura familiar (Cattelan *et al.*, 2020).

Com o questionável processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, assumiu, em 2016 o seu, então, vice-presidente Michel Temer (2016-2018). O governo Temer incrementou uma lógica ultraliberal importada de países do norte global, como Estados Unidos e Reino Unido, cujo alicerce estava na redução da participação do Estado nos segmentos econômicos que, inevitavelmente, passavam pelo corte expressivo de investimento em órgãos públicos. No campo não foi diferente, em 2016 se decretou a Medida Provisória (MP) n. 759/2016, cujas vendas de terras destinadas à reforma agrária

para empresas privadas foram flexibilizadas (Campos, 2023). Portanto, o governo Michel Temer se encerrou com um projeto de reforma agrária enfraquecido para os camponeses.

Com a eleição de Jair Bolsonaro (2018-2022) para presidente da República, continuaram-se as ações neoliberais do governo Temer, mas com maior agressividade contra os movimentos sociais, inclusive os de luta pela terra. Em seu discurso, afirmou não admitir ocupações de terras e defendeu o armamento no campo, como forma de defesa às ocupações. Essas tendências de causar o desmonte generalizado de todas as conquistas no campo foram concretizadas com a escolha da ruralista Tereza Cristina (DEM-MS) para o Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA), onde foram incorporados os programas de reforma agrária. Essa escolha culminou em, praticamente, não haver registros de criação de novos PAs nesse período e verificou-se, no campo, um índice Gini¹ de 0,867 pontos, o maior número já registrado no século XXI no Brasil (Campos, 2023).

Assim, é importante observar como essa política de desmonte dos projetos de reforma agrária levou a uma crise na produção alimentícia e sucedeu-se uma inflação crescente dos gêneros agrícolas, um dos fatores apontados para o agravamento da insegurança alimentar no Brasil.

1.3. Contextualização histórica do Programa Fome Zero

Eventos importantes do começo do século XX, como a grande seca de 1915 e a Primeira Grande Guerra, ampliaram os debates quanto à necessidade de suplementação alimentar para a população. Por isso, em 1920, o Brasil criou a Superintendência de Abastecimento, junto com as primeiras políticas de crédito agrícola, paralelamente, observou-se o crescimento de feiras urbanas. A partir dos anos de 1950 e 1960, as políticas alimentares passaram a ser basilares e elas se somaram à preocupação nutricional. Nesse momento, em consonância com as resoluções da FAO, a qualidade dos alimentos fornecidos aos brasileiros passou a ser tão importante quanto a quantidade, por isso, inseriu-se a necessidade de adequar o consumo de calorias e nutrientes à rotina do trabalhador. Nessa época, surgiram os primeiros estabelecimentos governamentais com

¹Um instrumento para medir indicadores de desigualdade econômica, em uma escala de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maiores os níveis de concentração em uma região.

refeições a preços acessíveis (Restaurantes Populares) e a preocupação com a alimentação escolar cresceu (Grisa & Porto, 2023).

Durante as décadas de 1980 e 1990, foram elaborados diversos programas com teor assistencialista para fornecer refeições à população mais vulnerável. E as políticas agrárias da época, a “reforma agrária de mercado”, visavam o abastecimento nacional de alimentos. Elencaram-se algumas contradições, como o esvaziamento de pastas importantes de fornecimento alimentar e nutricional para a população e o caminho político neoliberal adotado no período reduziu o tema às ações conjuntas de grande participação de indústrias privadas de alimentos industrializados (Grisa & Porto, 2023).

Em 1990 foi criada a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a partir da fusão da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), da Companhia de Armazenamento (CIBRAZEM) e da Companhia de Financiamento de Produção (CFP), sob o regime da Lei nº 8.029/1990, e ficou sob responsabilidade do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA), posterior MAPA. A CONAB nasceu como uma empresa pública auxiliadora do Governo Federal a elaborar estratégias políticas voltadas para a agricultura. Era responsabilidade da CONAB gerar dados sobre a produção agropecuária do Brasil, assim como reger as políticas públicas de abastecimento. Em conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a CONAB era o órgão executor de editais para o PAA e o PNAE, assim como o oferecimento de cursos técnicos sobre políticas públicas voltadas para agricultura familiar e segurança alimentar (CONAB, 2017).

A política unificadora de todos os programas de alimentação existentes até então foi o PFZ, em 2003, como uma extensão de uma das principais promessas da campanha do recém-presidente eleito Lula da Silva, tirar o Brasil do Mapa da Fome. O PFZ culminou na criação de programas institucionais para redução da fome e trouxe o protagonismo da agricultura familiar nesses projetos. Ainda, suscitou debates sobre melhoria da qualidade nutricional dos alimentos, com o foco na produção com utilização mínima ou, até mesmo, sem agrotóxicos, em acordo com o crescimento de pesquisas que expunham as maleficências desses produtos para a saúde humana e ambiental (Grisa & Porto, 2023). Além disso, o papel da reforma agrária foi incluído no PFZ como PNAN e reforçou a importância da distribuição de recursos, da dinamização econômica baseada na regionalização e do fomento da produção familiar no combate da insegurança

alimentar (Schmitt, 2005). As políticas de maior destaque para agricultura familiar foram o PAA e o PNAE.

O PAA passou a funcionar em diversas esferas públicas, a partir do governo federal, por meio dos MDA e o MDF, com a aquisição e estoque de safras que permitiam ao agricultor escoar o excedente da produção e vender de acordo com os melhores preços do mercado. Nos âmbitos municipais e estaduais, restabeleceu-se o CONSEA para interconectar atores locais com instâncias superiores para negociar recursos. Além disso, a compra direta de alimentos dos agricultores familiares abastecia instituições públicas, como Restaurantes Populares. O PAA foi importante para abrir o caminho dos assentados da reforma agrária para participarem da economia local, assim como favoreceu a educação sobre agricultura familiar (Camargo *et al.*, 2013).

A regulamentação ocorreu por meio da Lei 10.696/03, a qual instituiu uma política de preço mínimo para certos alimentos e aquisição dos produtos pelos agricultores familiares regularizados no PRONAF, cujo destino era para políticas públicas de combate à insegurança alimentar. Dentre as modalidades estabelecidas no PAA estão: Compra com Doação Simultânea; Compra Direta; Apoio à Fomentação de Estoques; Incentivo a Produção e Consumo de Leite (inserida após a revogação da lei em 2021); Compra Institucional; e Aquisição de Sementes (MDS, 2003). Esse programa foi muito importante para inserir pequenos e médios produtores em um cenário de mercado mais competitivo e garantiu a compra dos seus produtos excedentes. Além disso, permitiu a integração desses produtores com os mercados institucionais (Schmitt, 2005).

Desde a sua implantação, até a década de 2010, o PAA se destacou pela contribuição para a geração de renda no campo e pela eficiência em combater a insegurança alimentar, tanto em domicílios rurais quanto urbanos. O auge dos repasses de verba pública para a modalidade Compra com Doação Simultânea, a mais acessada pelos agricultores familiares, foi em 2014, com R\$95.484.966,71 no estado de São Paulo (CONAB, 2023). O Gráfico 1 mostra os cortes sofridos nessa categoria desde então.

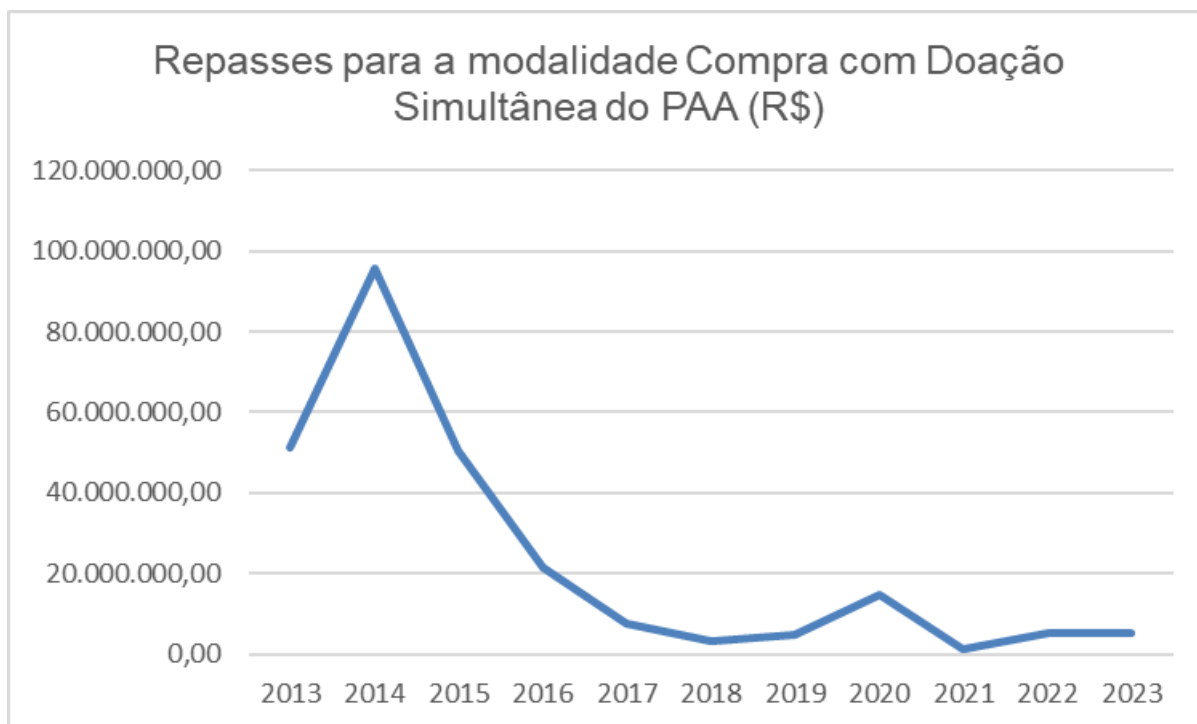


Gráfico 1. Repasses para a modalidade de Compra com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado de São Paulo de 2013 a 2023 (Conab, 2023).

Esses cortes se acentuaram, sobretudo, após 2015 e atingiram seu menor valor no ano de 2021, por reflexo dos cenários políticos apresentados no item anterior deste relatório. Sob os riscos para uma política pública, as mudanças no cenário político afetariam a sua execução. Em 2016, governava o, então, presidente interino Michel Temer que, em uma das suas primeiras ações, emitiu uma MP que extinguiu o MDS, responsável pelas modalidades Compra com Doação Simultânea, Compra Direta e Compra Institucional, e o MDA, que cuidava dos estoques dos alimentos adquiridos. Ambos ficaram com o *status* de secretaria e passaram a pertencer à Casa Civil, assim como o encargo de homologar PAs e prestar assistência a eles. De acordo com Henig (2023), o qual analisou a trajetória política do PAA, esse esvaziamento foi uma escolha política que atendia aos interesses do agronegócio, pois ele prejudicou muito os pequenos agricultores que não conseguiam competir com os preços dos grandes produtores no mercado tradicional de atacarejo².

² Termo usado para designar um projeto de negócio que une as características de um atacado, supermercado que fornece produtos em grande quantidade, geralmente, para revenda e o varejo, local de compra de pequenas quantidades para consumo individual ou familiar.

Outra esfera afetada foram os repasses para os agricultores, reduziram-se as aberturas de novos editais e isso deixou muitos fornecedores fora do programa. Conseqüentemente, houve uma redução no estoque de alimentos angariados, o que afetou a distribuição para setores mais vulneráveis da sociedade (Henig, 2023). Somente em 2020 ocorreu a transferência de valores acima de 10 milhões de reais para o PAA no estado de São Paulo, por consequência da pandemia de COVID-19 e da impossibilidade de realizar as feiras urbanas, por isso foi necessário um esforço governamental para comprar os excedentes de produção dos agricultores. O PAA fora extinto no ano de 2021 e incorporado no Programa Alimenta Brasil (PAB), o qual estabeleceu uma série de mudanças na lei 10.696/03.

Dentre as alterações estão a substituição da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), para o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Outrossim, a nova lei reduziu a exigência das cooperativas em ter membros comprovadamente agricultores familiares, de 60% para 50%, e propôs uma ampliação da definição de agricultura familiar, com a inclusão de termos como “formas associativas de organização da agricultura familiar” e uma nova definição para Empreendimento Familiar Rural:

Art. 2º, VI: empreendimento vinculado à UFPA, instituído por pessoa jurídica e constituído com a finalidade de produção, beneficiamento, processamento ou comercialização de produtos agropecuários, ou ainda para prestação de serviços de turismo rural, desde que formado exclusivamente por um ou mais agricultores familiares com inscrição ativa no CAF. (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2024)

Com críticas ao termo “guarda-chuva” da agricultura familiar, essas medidas favoreciam os interesses de mercado das grandes cooperativas agropecuárias e promoveram a inclusão de grandes latifundiários como agricultores familiares e os tornava aptos a receber os recursos destinados para pequenos e médios produtores (Christofolli *et al.*, 2021). Ademais, a nova lei incluiu o percentual mínimo de 40% do recurso destinado à compra de leite fluído, o qual era produzido, predominantemente, em estabelecimentos agropecuários. De acordo com análise do Christofolli *et al.* (2021), essa seria uma manobra dos grandes produtores leiteiros do Brasil para garantir um mercado de escoamento do leite fluído, uma vez que o consumo deste vinha perdendo para o consumo de leite em pó.

Com a eleição do presidente Lula da Silva, em 2023, o PAA foi reinstituído em uma lei própria, a Lei Nº 14.628/23, a qual incluiu também o Programa Cozinha Solidária. Ela trouxe bastante da lei original de 2003 e afirmava que:

Art. 5º Poderão fornecer produtos ao PAA os agricultores familiares, os pescadores artesanais, os aquicultores, os carcinicultores e os piscicultores que se enquadrarem no disposto na [Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006](#), bem como os demais públicos beneficiários que produzam em áreas rurais, urbanas e periurbanas, conforme regulamento. (Ministério da Agricultura e Pecuária, 2023)

A Lei nº 11.326/06, pautou sobre a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, portanto, a lei do ano de 2023 voltou a conceituar agricultura familiar como empreendimento que não detivesse uma área maior que quatro módulos fiscais, usasse mão-de-obra majoritariamente do próprio domicílio e tivesse a renda originada das atividades econômicas do lote. O primeiro ano do PAA como programa independente fez repasses semelhantes aos números do ano de 2022, portanto, seria imperioso acompanhar se essas medidas serão suficientes para fortalecê-lo.

Camargo *et al.* (2020) estudou os efeitos da redução dos recursos do PAA no assentamento Córrego Rico, em Jaboticabal/SP. A autora observou que a perda da comercialização com mercados institucionais diminuiu a área destinada para lavoura anual, em contrapartida aumentou a área de lavoura permanente como cana-de-açúcar e eucalipto. Além disso, 56% dos entrevistados afirmaram haver atrasos no pagamento do PAA, e a política de preço fixo prejudicou produtos sazonais. Assim, em 2019, o principal destino dos produtos do assentamento foi com comerciantes atravessadores e feiras livres, os mercados institucionais participaram somente em 17% do escoamento dos produtos.

Outro estudo que investigou as limitações causadas pelos cortes do PAA foi realizado por Fernandes *et al.* (2022). Essa pesquisa trabalhou em 21 polos produtivos no município de Iapécu Mirim/MA, no qual aproximadamente 44,12% da população residia em zona rural, e, no momento do estudo, contou com análise de 538 agricultores familiares. Foi constatada baixa escala na oferta de produtos (cerca de 243,22 kg/beneficiário/produtor/ano), com grande parte destinada ao autoconsumo e venda de excedentes. Ainda assim, prevalecia a diversificação dos produtos plantados e a demanda da população em adquirir esses alimentos, o que justificaria uma maior atenção das

autoridades para aumentar a disponibilidade de recursos do PAA. A conclusão mostrou a dificuldade das famílias em acessar os editais e teve atrasos nos pagamentos, com a retenção da verba pelo Ministério da Agricultura.

O PNAE era um programa mais antigo, resgatado da década de 1950, para consolidar um dos fundamentos da Constituição de 1988, o qual garantia o direito ao acesso à alimentação escolar a todos os estudantes da rede básica de ensino. Ele atuou de forma centralizada até o ano de 1994, com os recursos geridos pelo Governo Federal e, a partir desse ano, descentralizou-se e a logística de repasse de recursos e eficácia no fornecimento de refeições balanceadas para os estudantes da rede pública passou a ser de responsabilidade dos governos municipais, em convênio com a União (Seminotti, 2017). Ainda na década de 1990, instituiu-se que 70% da verba destinada à alimentação na escola fosse encargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O PFZ incorporou o PNAE como uma das suas agendas e, em 2009, regulamentou-o por meio da Lei nº 11.947/09, e dispõe o artigo 4:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2009)

Um marco importante nessa lei foi a imposição de que uma porcentagem mínima (30%) dos produtos adquiridos fosse produzida por agricultores familiares, preferencialmente de produtores locais. Além disso, organizou a prioridade da compra dos produtos pelos assentamentos da reforma agrária, pelas comunidades indígenas e quilombolas e por grupos formais e informais de mulheres (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2009). Ainda, o PNAE era interdisciplinar, pois constituiu a participação de múltiplos atores sociais como estudantes, cozinheiras e cozinheiros, nutricionistas, técnicos da vigilância sanitária, agricultores familiares, entre outros profissionais para a construção de cardápios adequados que respeitassem as regionalidades no país e fornecessem alimentação saudável nas escolas.

De acordo com Baccarin *et al.* (2017), dessa forma, existiram algumas dificuldades para os pequenos e médios agricultores acessarem os recursos do PNAE. O autor destacou as barreiras sanitárias, principalmente no manejo de alimentos de origem animal, os quais precisavam estar minimamente processados para passar pela vigilância, e isso demandava um convênio com alguma indústria frigorífica. Outrossim, a participação nas chamadas públicas era facilitada em municípios nos quais a agricultura familiar estaria mais economicamente consolidada e teria maior organização entre os agricultores por meio de associações e cooperativas, dessa forma, assentamentos muito recentes e com pouca capacidade de organização acabavam sendo preteridos na seleção dos editais do PNAE.

Durante a pandemia COVID-19, as escolas foram fechadas em uma ação de segurança epidemiológica para barrar a propagação da doença. Por conseguinte, o PNAE foi descontinuado em muitas cidades. Muitas críticas foram feitas a esse processo, pois, no estado de São Paulo, não houve uma ação coordenada para consolidar estratégias de continuidade do programa, deixaram-se a substituição a cargo de cada governo municipal elaborar suas próprias regras como, por exemplo, um cartão a ser utilizado em mercados locais, e isso acabou deixando muitos agricultores sem o dinheiro do Programa.

Ainda em 2020, um Projeto de Lei (PL) tramitou em caráter de urgência pelo deputado Vitor Hugo (Partido Liberal - GO), e constituiu alterações na Lei nº 11.947/09. Entre as mudanças estavam o acréscimo de 40% dos recursos do FNDE destinados para a compra de leite fluído para atender as demandas dos grandes produtores de laticínios, interessados em ter uma reserva de mercado; além disso, retirou-se a prioridade na compra de produtos por assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, em um alinhamento com o discurso político do, então presidente, de mesmo partido (Christofolli *et al.*, 2021). Em 2023, o PL foi revogado e retornou ao texto de 2009, com o acréscimo dos grupos formais e informais de mulheres no texto.

Outro mercado crescente eram as agroindústrias familiares, ou seja, produtos artesanais minimamente processados (geleias, derivados de leite, doces, entre outros), isso agregaria valor aos produtos fornecidos e forneceria uma alternativa à venda *in natura*, cujo preço de mercado seria menor e teria menor durabilidade, portanto, permitiria uma dinamização na economia de uma família (Duarte *et al.*, 2020). Essas possibilidades para agricultura familiar trariam benefícios como geração de renda

familiar, criação de novos postos de trabalho e valorização dos saberes tradicionais dos territórios.

Sob essa estrutura conceitual, o presente trabalho objetivou investigar as percepções de segurança e soberania alimentar em famílias assentadas no PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Santa Helena. Especificamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agricultores assentados e profissionais familiarizados com a rotina deles e procurou-se:

- Conhecer os hábitos alimentares, modos de produção e a percepção dos assentados quanto à importância da agricultura familiar;
- Averiguar as vivências dos assentados em relação de situações de fome e insegurança alimentar, antes e depois da implementação do PDS;
- Pesquisar os canais de comercialização de alimentos do assentamento com outros segmentos da sociedade;
- Compreender a importância que as famílias dão ao trabalho na terra e como isso impacta na socialização com os demais setores da sociedade.

2. MÉTODOS DE PESQUISA

2.1. Campo Empírico

Durante a pesquisa de campo, o PDS Santa Helena na região de São Carlos abrigava 14 famílias em 13 loteamentos, com um lote para área comunitária. Optou-se por esse campo empírico devido ao pioneirismo na implantação desse tipo de assentamento e se reconheceu sua importância da distribuição de alimentos para as escolas municipais da cidade de São Carlos, assim como a participação nas vendas públicas e nos circuitos curtos de alimentação – feiras livres, nas universidades e entrega domiciliar de cestas com hortifruti.

Além disso, ponderou-se pela sua particularidade no desenvolvimento de técnicas de cultivo agroecológicas e produção de alimentos orgânicos, o qual era uma referência na cidade. Seus moradores também eram participantes em projetos das universidades locais e isso foi um fator positivo para aderência ao estudo.

2.2. Procedimentos

Conduzimos a pesquisa pelo método qualitativo, com o uso de instrumentos como a observação participante e entrevistas semiestruturadas coletivas e individuais com os moradores do PDS Santa Helena e com profissionais envolvidos com as atividades do Assentamento. Conforme postulou Minayo *et al.* (2002), a pesquisa qualitativa seria uma forma de investigar realidades que não podem ser quantificadas, no campo das ciências sociais, seria possível compreender aspirações, afetos e comportamentos com métodos que se opõem ao Positivismo e a objetividade estatística.

A entrevista semiestruturada foi uma técnica de coleta de informações a qual consistiu em elaborar perguntas disparadoras e registrar as respostas dos atores sociais sujeitos da pesquisa (MINAYO *et al.*, 2002). O roteiro contemplou três blocos temáticos: informações socioeconômicas e educacionais dos entrevistados e suas trajetórias até a chegada ao PDS Santa Helena; Modos de produção e comercialização; e Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional. As entrevistas foram realizadas nos lotes e a prospecção se deu pelo método “bola de neve”, no qual uma pessoa indicava a outra. O roteiro da entrevista está detalhado e apresentado no Anexo 1.

Em um segundo encontro com os agricultores que aceitaram participar da pesquisa, bem como as entrevistas com os técnicos, ponderou-se sobre as particularidades dos campos de atuação de cada ator envolvido, destarte, não houve uma estrutura formalmente definida, mas perguntas disparadoras sobre a construção da Associação, as políticas de SAN no município de São Carlos, a Economia Solidária, a segurança hídrica no Assentamento e a relação do PDS com movimentos sociais. Algumas perguntas disparadoras foram contempladas no Anexo 2 do documento.

Os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual a entrevistadora explicou em voz alta e linguagem acessível os objetivos do projeto e os direitos do participante, o TCLE está descrito no Anexo 3. Não participou da entrevista: quem não aceitou o uso de imagem e voz para a gravação das entrevistas, ou, não concordou os termos do TCLE. Devido ao pedido de discrição por parte de alguns moradores e para atender às normas éticas, a entrevistadora optou por substituir seus nomes por A(número) para os agricultores e T(número) para os técnicos.

Para o registro das respostas, foi utilizado o método de gravação e transcrição, de modo a preservar a fala do entrevistado *ipsis litteris* e para as observações, houve um diário de campo das visitas aos lotes.

Dessa forma, aceitaram conceder entrevistas e visitas 10 agricultores, sem repetir os lotes, e 4 técnicos.

2.3. Análise do discurso

A Análise do Discurso (AD) seria um dos modos de avaliar da pesquisa qualitativa, sob conecta a linguística, a sócio-histórica e a psicanálise na interpretação dos elementos de uma pesquisa de campo.

Considera-se que a linguagem não seria pura e descontextualizadas, mas carrega símbolos verbais e não verbais como memórias, percepções, sentimentos e emoções. O enunciado não deve ser encarado em sua literalidade e cabe ao pesquisador um olhar crítico da palavra e compreender que todo discurso seria ideologicamente carregado. Por isso, a AD trouxe muito da concepção epistemológica do materialismo histórico e dialético, pois entenderia que o sujeito não estaria isento dos valores culturais e sociais do tempo e espaço ao qual ele pertence. A condição sócio-histórica também ressaltaria a importância do próprio analista em se posicionar como indivíduo socialmente inserido,

com valores e ideologias pré-existentes, ou seja, ao contrário do positivismo, o pesquisador não estaria neutro quando for fazer a entrevista ou as suas observações (Caregnato & Mutti, 2006).

Finalmente, a AD trabalharia com a triangulação entre a forma do discurso, os sentidos entrelinhados nele e uma lente interpretativa de um referencial teórico, geralmente documentada na literatura.

Portanto, utilizamos como referencial teórico para interpretar a fala dos entrevistados as representações sociais. De acordo com Jodelet & Loprete (2015), elas são representações psíquicas de compreensão da realidade a partir de um sujeito social com seus repertórios e potencialidades. Para o que a autora chamou de “discurso interpretativo dominante”, coloca a pesquisa em uma análise psicológica e social sob as lentes do sujeito e suas condutas sociais. Portanto, no campo das representações sociais é essencial um olhar atento nos processos comunicativos, nas atribuições simbólicas e afetivas, por meio da socialização, da educação e como um objeto é descrito pelo sujeito.

A noção de sujeito para a Psicologia Social, em especial para o campo das representações sociais, também passou por preocupações em interpretar o indivíduo como um ser biopsicossocial, por conseguinte, assim como postulações de como o indivíduo modifica a natureza, ou vice-versa. Para Moscovici (1970, apud. Jodelet & Loprete, 2015), a relação Sujeito-Objeto seria mediada por um “Alter”, como uma representação dos fenômenos psicológicos e sociais inconscientes. Jodelet & Loprete (2015) destacaram dois pensamentos a partir da subjetivação: um associado às lentes históricas-culturais, por meio das vivências, espelhos identitários e componentes simbólicos na construção das representações sociais do sujeito; outro introduz o fator social como inerente na análise da conjuntura do sujeito, como o ambiente histórico, político, econômico e cultural seria relevante para moldar a subjetividade, o que explicaria o dinamismo das transformações das representações sociais em diferentes contextos, assim como a similaridade dos discursos em comunidades.

Moscovici se atentou para a importância da análise psicológica e social nas representações sociais, pois elas seriam dependentes da estruturação mental do sujeito e como ele se posicionaria psiquicamente diante de um aspecto da realidade, ainda que não descarte a essencialidade do comportamento coletivo no processo de subjetivação (Oliveira, 2004). A partir dessa base, o autor construiu duas dimensões das representações

sociais: a objetivação, quando o sujeito se apropriou, conceitualizou e formulou o objeto e concretou uma ideia ou símbolo; e a ancoragem, uma etapa onde esse objeto assumiria um lugar na hierarquia de valores do sujeito, ao lado de todas as experiências, vivências e julgamentos, dessa forma, ele seria atribuído de significações e representações da realidade (Nogueira & DiGrillo, 2020).

Ao incorporar essa ideia em seus estudos, Jodelet & Loprore (2015) descreveram três esferas das representações sociais: o subjetivo como a experiência propriamente dita com todas suas emoções, o repertório adquirido ou a ser processado; o intersubjetivo, no que pertence as trocas e as interações sociais na totalidade dos seus conflitos e os consensos; e o transubjetivos, as ideias e os valores que amalgamam as duas esferas anteriores, nesse campo que estaria a coesão de um grupo social, assim como o sujeito socializado e socializante.

A Teoria das Representações Sociais na contemporaneidade seria multidisciplinar, pois se alicerçaria também com a sociologia, por meio, principalmente, de Durkheim. O primeiro, Moscovici trouxe a concepção da representação coletiva na exterioridade, coercitividade e generalidade na constituição do sujeito, no entanto, o autor se afastou da unilateralidade da interação indivíduo-coletivo de Durkheim ao afirmar que o sujeito não era uma tábula rasa preparado para abstrair sem filtro os estímulos externos. Outros autores sociólogos incorporaram o diagnóstico de Marx quanto ao sujeito manifestar representações do modo de produção em que vivem, portanto, se o indivíduo estiver inserido em um sistema econômico e político opressor, ele tenderia a interpretar a realidade como opressora (Santos & Dias, 2015).

Na pesquisa psicológica em assentamentos rurais, as lentes das representações sociais aparecem na dicotomia entre o acordado entre sujeitos que retornam à terra e as instituições federais versus a realidade tangível em um determinado período. Algumas questões, majoritariamente àquelas que dependem de ações práticas dos governos e políticas públicas, apareceram com frequência na literatura, apesar da variedade regional, climática ou cultural onde foram assentados. Na região do PDS Santa Helena, outros estudos em assentamentos mostraram a discrepância de expectativas e interesses entre os atores sociais envolvidos (Melo & Scopinho, 2015; Scopinho, Gonçalves & Melo, 2016).

Para a presente pesquisa, as representações sociais foram referências teóricas para validar as experiências de insegurança alimentar dos sujeitos da pesquisa, assim como

compreender os significados que atribuem à fome e assim, a partir de uma triangulação com a literatura interdisciplinar, categorizar os elementos apresentados nas entrevistas.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA

3.1. Caracterização do campo empírico

O PDS Santa Helena foi homologado oficialmente em 2005, estava localizado a cerca de 1,4 km do município de São Carlos e abrigou as 14 famílias acampadas na época. A fazenda de 102,5 hectares foi dividida em treze loteamentos com cerca de 5,4 hectares, uma reserva legal (aproximadamente 5,7 hectares) e uma área comunitária onde ficava a escola para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) Novo Horizonte. A estrutura era assistida pelo INCRA. A região da fazenda localizava-se estrategicamente, pois era uma área de recarga do Aquífero Guarani, por isso a importância de preservação ambiental da área (Saravalle *et al.*, 2016).

Pela sua condição de PDS, havia uma série de exigências para a manutenção do Assentamento, como a obrigatoriedade de 20% da área como Reserva Legal, determinação para produção agrícola de forma sustentável e com o uso mínimo de agrotóxicos e baixo desmatamento (Arruda *et al.*, 2017). Inicialmente, representantes do Ministério Público Federal (MPF) emitiram pareceres para transformar a área da Fazenda Santa Helena em Unidade de Conservação (UC) de proteção integral – impeditivo para atividades agropecuárias. A proposta do INCRA para o assentamento contou com o apoio político da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) e com a pressão da ocupação pelos e pelas trabalhadores/as rurais sem-terra (Tafuri, 2019).

Quando ainda estava na condição de acampamento – ou seja, ainda não oficializado como um assentamento de reforma agrária – as pessoas encontraram um solo bastante desgastado pela exploração intensiva de cana-de-açúcar pelo grupo Copersucar e viveram em condições precárias, porque moravam em barracas de lona sem chão e precisaram sobreviver da doação mensal de uma cesta básica por família, visto que eram impedidos de tratar ou plantar na terra, devido à documentação da área não estar pronta (Arruda *et al.*, 2017). Além disso, as pessoas não podiam sair do acampamento ou procurar emprego na cidade, sob o risco de sofrerem violência por parte dos vizinhos chacareiros.

Mesmo após a oficialização da fazenda como um PA, aquilo que as pessoas chamavam de “luta” (a luta pela conquista da terra) continuava árdua. Foram necessários

vários meses para o tratamento da terra degradada pela monocultura da cana-de-açúcar ali existente e preparação do solo para nova plantação. Outrossim, antes das famílias participarem dos primeiros editais de contrato com o PAA e o PNAE, existiu o problema do excedente de produção, pois não tinha escoamento devido à dificuldade dos agricultores de vender no mercado tradicional. Além disso, um grupo de 8 famílias optou pelo esforço de produzir produtos orgânicos com técnicas agroecológicas, o que os levaram a treinamentos intensos e muita burocracia na obtenção do selo orgânico, para conseguirem negociar com os preços competitivos do mercado.

Em 2011, foi formado oficialmente a Associação dos Produtores Rurais do Santa Helena, em vista de uma necessidade de organização para participar dos fóruns de discussão política, assim como facilitar o acesso aos créditos bancários e participação nos editais dos recursos materiais (maquinário, sementes) e imateriais (infraestrutura) para melhoria do Assentamento. A partir disso, os agricultores conseguiram fazer suas DAPs ao PRONAF - um documento que permite a identificação de agricultores familiares no território brasileiro - e começaram participar das vendas públicas, nessa época, ainda de forma individualizada. A integração dos agricultores para inscrição em chamadas públicas como Associação ocorreu somente a partir de 2013. Apesar disso, a entrada na Associação não foi uma unanimidade no assentamento, pois havia divergências quanto ao pagamento dos valores adotados para cada família (cerca de 10% da venda da produção no PAA e 20% do PNAE). Até o momento da escrita deste relatório, os membros mais ativos da Associação pertenciam às 8 famílias que escolheram trabalhar com a produção orgânica.

Os levantamentos de informações censitárias das famílias do PDS Santa Helena basearam-se na dissertação de Arruda *et al.* (2017), um estudo sobre o diagnóstico de Segurança Alimentar no Assentamento, que trouxe uma perspectiva socioeconômica das famílias na época. Dado que a pesquisa foi realizada dez anos após a homologação, ele foi importante para a construção de uma cronologia do campo empírico.

Destaca-se dos elementos da pesquisa de Arruda *et al.* (2017), em relação a coleta de esgoto, 11 famílias possuíam rede de esgoto e cisternas de captação de água da chuva, 9 possuíam fossas sépticas e 1 família fazia prática de reciclagem do seu lixo e compostagem orgânica. Quanto ao tratamento de água, 10 famílias possuíam caixa d'água com clorador e as 4 restantes tinham o filtro de barro.

Aspectos socioeconômicos levantados pelo trabalho da autora dão conta de que 11 famílias tinham a mulher como responsável pelo domicílio e metade das famílias eram compostas por idosos acima de 65 anos. Outrossim, a maioria das famílias possuíam, pelo menos, um adulto sem alfabetização completa e somente uma família tinha um integrante com educação superior (Arruda *et al.*, 2017).

Em relação à produção agrícola, as exigências do modelo de assentamento priorizavam a plantação de gêneros compatíveis com o solo e o clima local, de modo a não precisar de produtos químicos para a preparação do terreno. As produções variaram entre hortifruti, como abacates, folhas, mangas, bananas e verduras, como arroz, feijão, batata-doce e mandioca. Das famílias produtoras, metade (7) optaram por uma produção diversificada, enquanto 4 não diversificaram e 3 famílias não produziram para o mercado, somente para autoconsumo (Arruda *et al.*, 2017).

Em 2011, no entanto, uma sentença judicial afirmava que a presença do assentamento, naquele terreno, infringiu a lei nacional de uma área ter, no mínimo, 20% destinada para o reflorestamento, inclusive com uma possível ordem de desestruturação do Assentamento (Arruda *et al.*, 2017). Durante a observação de campo, feita em 2023 nesta pesquisa, houve uma assembleia realizada na Escola Novo Horizonte com a presença de um representante do INCRA e dos assentados para a definição de novas diretrizes para cumprimento da ação judicial. Nessa primeira assembleia, o INCRA sugeriu um mapa de reflorestamento, o qual foi rejeitado, pois muitos moradores alegaram que as definições das áreas a serem reflorestadas iriam suprimir grande parte do espaço de plantação dos lotes individuais e, após debates, ficou acordado que cada morador fizesse um Sistema Agroflorestal (SAF) em seu lote que fosse proporcional ao tanto destinado ao plantio.

A energia elétrica no Assentamento foi colocada somente em 2009, quatro anos após a homologação do terreno, após uma batalha na justiça que efetivou o Programa Luz para Todos, um programa do governo estadual em convênio com o governo federal para a instalação de energia elétrica em áreas rurais (Ministério de Minas e Energia, 2021). No ano de 2022, foi aprovado um projeto na Câmara Municipal de São Carlos, em parceria com a Universidade Federal de São Carlos, para instalar células fotovoltaicas de captação da luz solar.

Sobre as áreas coletivas, a Escola Novo Horizonte foi fruto da pressão dos assentados para aprovar um projeto da Câmara Municipal de São Carlos, por demandas das dificuldades de mobilidade por parte dos moradores mais velhos, os quais gostariam de estudar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), eles optaram por sua construção entre um projeto de construção de uma Cozinha Solidária. Ademais, em 2023 foi concretizado um projeto de uma horta comunitária, de acordo com os assentados, uma ideia que promoveu a socialização entre os moradores do Santa Helena e trouxe conscientização sobre a importância da produção agroecológica.

A questão da água foi um problema levantado durante a pesquisa, pois no início do Assentamento, ela era trazida manualmente pelos assentados nas represas ao redor da área, e, além de servir para lavagem de roupa, irrigação e banho, também era a que eles bebiam. Isso gerou diversos problemas de saúde, como infecções gastrointestinais, e os moradores pressionaram a prefeitura de São Carlos para furar poços artesianos, com sistemas de filtragem, capazes de abastecer os lotes. Dois poços foram cavados, porém não tinham forças o suficiente para enviar água para os moradores de lotes nos extremos do terreno, devido aos problemas com as bombas d'água. Feitas com material de baixa qualidade elas quebravam várias vezes por falta de manutenção, somando-se o fato de que não havia rede de tratamento e, muitas vezes, a água chegava suja e contaminada até as pessoas. Até a conclusão deste relatório, alguns habitantes ainda precisavam buscar água dos poços dos vizinhos de chácaras ou comprá-las na cidade.

O fato de o terreno fazer vizinhança com uma lavoura de cana-de-açúcar, para abastecimento da Copersucar, foi outro problema muito relatado. Os assentados reclamaram que o agrotóxico, pulverizado por avião, na plantação de cana-de-açúcar seria derivado pelo vento até suas lavouras. Por sua produção não utilizar nenhum tipo de agrotóxico, isso causou diversos prejuízos ao plantio dos moradores do Santa Helena, inclusive com registro de nascimento de animais mal-formados. No ano de 2023, para atender uma demanda dos residentes, o vereador Djalma Nery (PSOL-SP), colocou em votação na Câmara dos Vereadores de São Carlos o Projeto de Lei nº 513/2023, que proibia a pulverização de venenos de forma aérea. O PL foi aprovado com ampla margem (13 favoráveis e 1 contra), porém, foi vetado pelo prefeito de São Carlos, Airton Garcia (PSB) (São Carlos em Rede, 2023).

Em 2023, iniciou-se um projeto de construção de uma agroindústria de cana-de-açúcar para a produção de açúcar orgânico. Em fase de desenvolvimento, a expectativa dos assentados é que ela gere empregos nos estágios do processamento da cana-de-açúcar (plantio, corte, moenda, fabricação de açúcar) e a venda seja revertida para geração de renda para os moradores do PDS Santa Helena. Os recursos para a construção dessa agroindústria ainda não foram totalmente liberados.

3.2. Caracterização das pessoas entrevistadas

O Quadro 1 traz informações sociodemográficas e educacionais dos 10 agricultores que aceitaram participar da pesquisa:

	Idade	Gênero	Raça/Cor	Estado de origem	Estado civil	Sabe ler/escrever
A1	63	Feminino	Preta	Paraná	Casada	Ler e escrever
A2	73	Masculino	Branco	Mato Grosso	Divorciado	Ler
A3	78	Masculino	Preto	Bahia	Casado	Não
A4	54	Masculino	Branco	Bahia	Casado	Ler e escrever
A5	87	Masculino	Branco	São Paulo	Viúvo	Ler
A6	87	Feminino	Branca	Alagoas	Viúva	Ler,
A7	50	Masculino	Pardo	São Paulo	Solteiro	Ler e escrever
A8	63	Feminino	Preta	Paraná	Casada	Ler e escrever
A9	53	Masculino	Branco	Paraná	Casado	Ler e escrever
A10	80	Masculino	Branco	Bahia	Casado	Ler e escrever

Quadro 1. Informações sociodemográficas e educacionais das pessoas entrevistadas.

Foram entrevistados/as 7 homens e 3 mulheres. Quando perguntados sobre a identificação de cor de pele, 60% das pessoas se autodeclararam brancas, 30%, negras e uma pessoa, parda. Em relação ao estado civil, 60% estavam casadas, 20% viúvas, uma estava divorciada e uma estava solteira.

Quanto ao local onde nasceram, 30% dos indivíduos vieram do Estado do Paraná, 30% da Bahia, 20% de São Paulo, uma pessoa, do Mato Grosso e uma de Alagoas. Sobre a pergunta se eles sabiam ler e/ou escrever, 60% liam e escreviam, 30% apenas liam e uma pessoa não lia e nem escrevia. Todos os entrevistados afirmaram passar a maior parte da infância e adolescência nas regiões de origem, em propriedades rurais dos pais e por algum motivo precisaram se mudar para a cidade em busca de emprego. Os motivos para a saída inicial da terra foram expulsão (40%), vendas por dificuldades financeiras (20%) e não especificados (40%).

Em relação a idade das pessoas entrevistadas, sete (70%) tinham mais de 60 anos, ou seja, consideradas legalmente idosas e entre elas, três (42,9%) possuíam idade superior a 80 anos. Sobre esses entrevistados, quatro (57,1%) relataram alguma DCNT durante a entrevista, como hipertensão ou doenças cardíacas e duas (28,6%) viviam sozinhas em seus lotes.

Um estudo conduzido por Arruda *et al.* (2017) informou que 42% das famílias assentadas no PDS Santa Helena estavam em algum grau de insegurança alimentar. Portanto, quando perguntado sobre os hábitos alimentares, observou-se a prevalência de arroz, feijão, algum tipo de legume e uma “mistura”, a qual poderia ser, preferencialmente, carne vermelha ou, mais recorrente, frango e ovos. O almoço foi identificado como a refeição mais importante para os entrevistados, enquanto o café da manhã era descrito como pão, quando tinha, leite e café e a janta, as sobras do almoço, refeições entre as três principais foram descritas em duas entrevistas. Produção para o autoconsumo foi identificado em todos os lotes visitados e quando questionados sobre o que poderia melhorar na alimentação, muitos disseram precisar de dinheiro para comprar itens que não conseguiam produzir na fazenda, como a carne vermelha.

O Quadro 2 apresenta informações sobre a participação dos entrevistados na Associação dos Produtores Rurais do Santa Helena, atuação nas vendas públicas com o PAA e o PNAE, principal fonte de renda do lote e verificou a prática da produção orgânica e agroecológica:

	Associação dos Produtores Rurais do Santa Helena	Vendas públicas para a prefeitura	Principal fonte de renda	Produção orgânica e agroecológica
A1	Administração	Sim	Vendas públicas e feiras	Sim
A2	Associado	Não	Aposentadoria	Não
A3	Associado	Sim	Vendas públicas	Sim
A4	Administração	Não	Professor	Sim
A5	Não faz parte	Não	Aposentadoria	Não
A6	Não faz parte	Não	Aposentadoria do falecido marido	Não
A7	Não faz parte	Não	Venda atravessada	Não
A8	Administração	Sim	Feiras livres	Sim
A9	Associado	Sim	Vendas públicas e mercados	Sim
A10	Associado	Sim	Aposentadoria	Sim

Quadro 2. Caracterização das pessoas entrevistadas em participação na associação, fontes de renda, vendas públicas e produção orgânica.

Das pessoas entrevistadas, sete (70%) faziam parte da Associação, e, entre elas, três (30%) estavam em algum cargo administrativo. Entre os não associados, dois (66,7%) afirmaram não colaborarem, pois não produzem o suficiente para participar dos canais de comercialização. Além disso, um (33,3%) mencionou a taxa de adesão como motivo para não atuar na Associação.

Quando perguntados se faziam parte das vendas públicas da prefeitura, mais especificamente o PAA e o PNAE, cinco (50%) pessoas estavam com contratos ativos para o comércio direto de alimentos. Das pessoas que não faziam essas comercializações, uma (20%) somente plantava para autoconsumo; duas (40%) já fizeram vendas para a prefeitura, mas pararam de fornecer, pois tiveram queda da sua produção, uma (20%) nunca participou dos programas, pois trabalhava com suinocultura e negociava com empresas privadas para fazerem o processamento da carne e uma (20%) não era regularizado pelo INCRA, portanto não possuía o DAP e não podia participar dos editais.

Notou-se que no ano de 2023, os agricultores do PDS Santa Helena não conseguiram se candidatar ao edital do PNAE, devido a um atraso na burocracia da Associação. Realizaram uma eleição muito próxima ao prazo do edital e eles não

conseguiram certifi  -la a tempo. Portanto, eles como Associação ficaram invi  veis de participar do PNAE naquele ano.

Os programas de fomento à agricultura familiar eram a principal fonte de renda para as pessoas que deles participavam, por isso tiveram uma queda no faturamento doméstico quando não conseguiram um contrato com o PNAE. E, das pessoas que não faziam vendas no PAA, uma (20%) tirava sua renda por ser educador; duas (40%) recebiam a aposentadoria; uma (20%) recebia uma pensão do falecido marido, porque ela não conseguiu uma previdência e uma (20%) realizava a venda atravessada, ou seja, comercializava sua produção com outros agricultores que negociavam nos mercados institucionais. Três outros entrevistados também faziam venda atravessada para outros moradores do Santa Helena, mas não confirmaram que essa fosse a principal fonte de renda do lote.

Seis (60%) agricultores entrevistados afirmaram estar engajados na produção orgânica e agroecológica, em busca do selo para vender oficialmente em mercados privados. Tr s (40%) não participavam desse grupo e uma pessoa afirmou utilizar adubo em sua plantação.

De acordo com a Grisa & Schneider (2015), reconheceu-se a importância da implementação das políticas públicas alimentares para incorporação dos setores mais vulneráveis da sociedade, que não conseguiriam competir com grandes conglomerados alimentícios no mercado. Era uma oportunidade de fomento à agricultura sustentável e incentivo à diversificação de produtos, ao mesmo tempo, forneceu alimentos regionais para centros urbanos e rurais próximos. Entretanto, destacou-se que teria uma dificuldade logística para execução do Programa que exigiria uma articulação intensa entre os setores da sociedade e prejudicou assentamentos que:

- I. Não possuíam uma relação amigável com as instituições governamentais locais;
- II. Estariam na fase inicial de estruturação e infraestrutura e;
- III. Teriam uma desorganização social articuladoras políticas para estabelecer esse laço com os governos (Grisa & Schneider, 2015).

Para o PDS Santa Helena, foi necessário muito trabalho de preparo da terra, consolidação dos agricultores como produtores respeitados e articulação política para que isso acontecesse. Mas para isso se manter, precisou-se de um esforço constante da Associação, da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) e da Economia Solidária para pressionar os agentes institucionais sobre os seus direitos.

O Quadro 3 traz as informações sobre os técnicos entrevistados, sua identificação, ocupação, órgão representante e qual sua aproximação com o Assentamento Santa Helena:

Identificação	Ocupação	Órgão de atuação	Conexão com o PDS Santa Helena
T1	Pesquisador	UFSCar	Pesquisa e extensão universitária
T2	Coordenadora do fórum	Economia Solidária	Coordenação de feiras
T3	Economista	COMSEA*	Assessoria de infraestrutura
T4	Vereador	Câmara dos vereadores	Emendas parlamentares
T5	Diretora geral	EMBRAPA **	Pesquisa e extensão

Quadro 3. Informações sobre identificação, ocupação, órgão de atuação e conexão com o Assentamento Santa Helena. *Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Foram procurados profissionais que atuassem próximos aos agricultores do PDS Santa Helena e de alguma forma estivessem envolvidos em projetos ou políticas públicas de assistência técnica e extensão rural. Das pessoas que aceitaram dar entrevistas, duas (40%) trabalhavam com pesquisa e extensão, uma trabalhava na Economia Solidária na área de assessoramento das feiras livres do município, uma atuava como economista e conselheira no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e uma era vereadora.

Evidenciou-se a importância da articulação política do PDS Santa Helena para a obtenção de recursos para infraestrutura do assentamento, como a instalação de luz elétrica, a construção da Escola Novo Horizonte e da agroindústria de sucoalcooleira artesanal. Sobretudo a administração da Associação estava muito envolvida em pressionar o governo local para trazer progressos ao assentamento, ainda lutava por um assento

permanente no COMSEA. Em entrevistas, agricultores contaram que a consciência política se desenvolveu enquanto movimento dos/as trabalhadores/as rurais sem-terra, por meio do envolvimento com a FERAESP e a conexão com outros movimentos sociais, como o MST e o MTST.

Outrossim, observou-se como extensionistas e pesquisadores foram essenciais para a organização econômica dos assentados. Por meio de atividades fomentadas pelas universidades públicas e pela capacitação, os agricultores puderam estruturar a Associação para funcionar, na prática, como uma Cooperativa e participarem dos editais de venda públicas.

Em suma, as informações extraídas das conversas forneceram elementos importantes para analisar o cotidiano do Assentamento em sua concretude, sob a lente de diferentes atores sociais.

4. ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA PARA ENFRENTAR A FOME NO ACAMPAMENTO SANTA HELENA

A partir das informações coletadas, fez-se uma triangulação com os principais pontos abordados para a discussão da pesquisa, elementos nas falas dos entrevistados que traziam as estratégias de sobrevivência dos assentados durante o período de ocupação e acampamento.

Entendemos como estratégias um conjunto de ações intencionais ou não, mediante aos recursos disponíveis de um indivíduo, grupo ou instituição para contornar um determinado problema. Elas envolvem um processo dinâmico dos saberes tradicionais e a criatividade que podem ou não provocar mudanças sociais. As estratégias de sobrevivência pressupõem, muitas vezes, ações de como os sujeitos ressignificam o cotidiano para se adaptar a uma situação limite (Costa & Rodrigues, 2002).

O Quadro 4 mostra os principais eixos temáticos de estratégias para enfrentar a fome utilizadas pelos agricultores do PDS Santa Helena. Eles foram didaticamente divididos entre técnicas de conhecimento pessoal e ações coletivas.

Saberes tradicionais	Plantações de subsistência; enterrar comida abaixo do solo para não estragar; caça e pesca; trabalho informal.
Ações coletivas	Partilha da cesta básica; auxílio dos familiares da cidade; compartilhar refeições.

Quadro 4. Categorias das estratégias de sobrevivência dos entrevistados.

4.1. Ações coletivas como estratégias de sobrevivência

Durante o período de busca de informações, principalmente por meio de entrevistas com os agricultores, sobre o período de ocupação e início do processo de assentamento no território, observou-se uma época de precariedade na condição das pessoas. Por ter sido uma área com intensa exploração do solo pela plantação de cana-de-açúcar, foi relatado uma aridez no solo e falta de vegetação nativa, portanto, não havia como os acampados plantarem naquele solo. Dessa forma, enquanto esperavam pela assistência do INCRA na emissão de documentos e preparação do solo, eles ficaram à mercê da escassez de alimentos e de necessidades básicas de consumo de água e higiene.

A única ajuda que recebiam de instâncias superiores era uma cesta básica por família, a qual deveria bastar pelo mês. Dessa forma, as falas dos agricultores possibilitaram entender como eles significaram a insegurança alimentar que viveram. Quando questionados sobre a fome, muitos eram categóricos em afirmar que não passaram fome, porém, viviam com o básico. Por meio disso, foi importante validar essa experiência como precária e árdua, mas como uma consequência da necessidade de sobreviver com o mínimo em um período de escassez. Essas estratégias apareceram nas entrevistas tanto como formas individuais de eles, enquanto sujeitos, contornaram a fome, assim como enquanto uma comunidade, superaram as dificuldades da ocupação.

Primeiro, isso apareceu por meio da partilha. Durante o acampamento, o solo era muito pobre para plantação de excedentes para venda e o INCRA fornecia aos assentados uma cesta básica por família. Muitos agricultores afirmaram que os mantimentos não eram suficientes para muitas famílias que tinham mais membros do que outras. Portanto, uma estratégia adotada coletivamente foi unir as cestas básicas de todas as famílias e redistribuir proporcionalmente. Isso é demonstrado na fala de dois agricultores:

No começo aqui, a gente vivia de cesta básica, era quatro/cinco saquinhos de leite para cada um. Mas como eu era sozinho, o que eu fazia? Tinha família que tinha quatro, cinco, seis filhos, eu deixava um saquinho comigo e passava. (A2, 73 anos)

A gente dividia as cestas básicas, fazíamos a divisão, tinha, família maiores e menores, não vinha produtos de limpeza e higiene. (A1, 63 anos)

Outra forma de ação coletiva para atravessar esses períodos de incertezas foi por meio do compartilhamento de refeições. Um episódio desses foi relatado pela agricultora A1, quando faltou cesta básica por dois meses e os alimentos não perecíveis da cesta estavam se esgotando, nesse momento, ela colheu o feijão e mandioca da plantação de subsistência, próximo a lona e matou um frango para cozinhar uma refeição, sobretudo para as crianças:

Eu me sinto orgulhosa de ter tido disposição para trazer meus filhos e lutar por uma coisa que é de direito da gente. Por Deus ter dado esse clarão na nossa mente, entende? Teve dias que olhava e não tinha arroz, o feijão ainda estava plantando, colhi alguns verdes e descasquei na mão, porque não dá para bater ainda. Tinha um frango, matei ele e limpei rapidinho. E aí

arranquei a mandioca e cozinhei aquela panelona. Os meninos comeram, foram chegando gente e foram comendo. E eu sempre falo, o que tiver ali, a gente come. (A1, 63 anos)

Nessa descrição, observou-se como os agricultores se aproveitaram de todas as partes de um alimento para conseguir maior volume de comida e não passar fome, como colher o feijão ainda verde e descascá-lo a mão, utilizar, além da carne, a banha e os ossos do frango como complemento no refogado. Nesse sentido, Woortmann (2013) descreveu o simbolismo das vivências para a construção de hábitos alimentares. A autora explicitou, por meio da definição de *habitus* de Bourdieu, que as práticas alimentares seriam uma forma de comunicar um saber social incorporado, portanto, a junção dos ingredientes disponíveis naquele momento, sob um sentimento de angústia pela falta de mantimentos, em uma refeição completa remete a muitas estratégias camponesas para a sobrevivência na escassez.

Em um relatório sobre hábitos e ideologias alimentares em grupos de baixa renda, encontrou-se nas pesquisas com comunidades de baixa renda classificações de alimentos como “fortes” ou “fracos”, em relação ao teor nutritivo de um alimento, ou seja, quanto maior seu teor energético e maior produção de saciedade, mais forte seria aquela refeição. Tradicionalmente em comunidades camponesas, os alimentos mais saciáveis eram preparados na hora do almoço, pois isso permitiu ao lavrador trabalhar por longas horas da tarde sem a sensação de fome (Woortmann, 1978; Canesqui, 2005). A comida preparada por A1 possuiu muitos elementos do que seria considerado alimentos fortes, como a mandioca, o feijão e o frango, isso seria condizente com a situação vivida na época de incertezas se iria haver uma próxima refeição.

Também se destacou nas entrevistas individuais como as famílias que tinham parentes aptos a auxiliarem com mantimentos tiveram relativamente mais segurança do que outras. A literatura mostra que essa é uma estratégia muito comum e importante para reforçar os laços sociais de uma comunidade (Romanelli & Bezerra, 1999; Duval *et al*, 2009, Gonçalves & Scopinho, 2010, Tecchio *et al.*, 2019). O fato de os barracões estarem muito próximos favorecia uma dinâmica na troca de saberes e solidariedades, muitos dos entrevistados foram categóricos em definir que a união foi um fator essencial para a resistência das famílias em permanecerem ocupadas. Esses elementos foram resgatados anos depois, durante a realização das entrevistas, em relatos de venda atravessada entre

vizinhos que não possuíam condução para vender na feira da cidade e na conquista de direitos básicos para o Assentamento, como a luz elétrica e a Escola Novo Horizonte.

Conforme Sabourin (2011), a reciprocidade seria um modelo econômico alternativo ao capital no qual predominaria a troca mútua de saberes, mercadorias e trabalho em uma comunidade. Nesse caso, ela se diferenciaria da simples troca mercantil, pois carregaria uma série de categorias simbólicas e afetivas, portanto, em uma comunidade camponesa, seria importante para criar laços de amizade e confiança, uma vez que fazem parte de uma mesma organização. Para as famílias acampadas na fazenda Santa Helena, a reciprocidade na divisão de tarefas e refeições fizeram parte da união de um desejo em comum de permanecer e viver de um pedaço de terra.

4.2. Saberes tradicionais como estratégias de sobrevivência

Além das ações coletivas, encontramos representações dos saberes tradicionais pelas pessoas como estratégias para o enfrentamento da fome. Destaca-se, primordialmente, a plantação de subsistência para o autoconsumo, ao redor das áreas de barracões. De acordo com os agricultores, antes de sair o alvará para o assentamento da fazenda e a limpeza do terreno pelo INCRA, não era permitido plantar em grande escala. Portanto, durante esse período, utilizaram-se dos conhecimentos previamente adquiridos, seja pela infância na roça ou pela experiência de ocupação de terra, para plantio de subsistência.

De acordo com Duval *et al.* (2009), o cultivo para autoconsumo e subsistência foi uma das técnicas mais antigas para garantir uma segurança alimentar no campo diante de uma incerteza. Priorizou-se a produção de alimentos com teor energético e proteico como arroz, mandioca, feijão e outras leguminosas. Além do fator da garantia do alimento, o plantio também favoreceu a construção de laços comunitários e criou conexões afetivas entre os membros da comunidade que partilham da colheita daquele alimento. Por esse motivo, foi outra estratégia de sobrevivência muito relatada em estudos anteriores, principalmente em regiões com predominância de famílias de baixa renda e assentamentos rurais (Romanelli & Bezerra, 1999; Gonçalves & Scopinho, 2010, Tecchio *et al.*, 2019).

Por outro lado, a produção para o autoconsumo foi representado pelos entrevistados como uma justificativa de que não passaram fome, uma vez que tinham o pouco para se alimentarem. Identificamos, no entanto, a falta de variedade no consumo

alimentar das pessoas e o racionamento de comida para contornar a fome. Dessa forma, não seria possível afirmar que houve segurança alimentar, mas uma alternativa para escapar da subnutrição crônica, o último estágio da fome:

Não faltou comida para comer, faltou dinheiro. Arroz, feijão sempre tivemos, quando não tem outra coisa, fazer o que? Come só arroz e feijão. (A5, 87 anos)

No início tivemos dificuldades, mas não a fome, porque não produzíamos e para manter a terra tínhamos uma alimentação bem restrita, chegamos arroz puro, ou só feijão, macarrão, de dormir e pensar que no dia seguinte não teria nada. (A9, 56 anos)

A comida vinha através das cestas básicas e do trabalho que fazíamos ou na cidade ou nas fazendas próximas daqui. Depois começamos a comer um pouco que plantamos, batata, mandioca, feijão, depois começamos a criar uns franginhos. (A1, 63 anos)

A caça e a pesca foram outros elementos relatados pelos entrevistados para obter alimentos durante os períodos mais difíceis. Como a fazenda está localizada a beira de uma represa, foi nela que as famílias conseguiam realizar as necessidades básicas de higiene, como o banho e a lavagem de roupa, além disso, conseguiam pescar alguns peixes para complementar as refeições com alguma proteína. A caça do tatu, uma espécie comum na região, também apareceu na fala de alguns entrevistados:

Comíamos tatu, pois era o que tinha por aqui. Eu tenho comigo a lei da natureza, só permitir matar um animal para se alimentar, nunca para vender ou por pura maldade. Eu considero isso. (A1, 63 anos)

Apesar de ser conhecido como um animal onívoro, as características culturais de uma sociedade tornam o ser humano seletivo na hora de classificar um elemento como comestível ou não, utilizando-se de categorias simbólicas para diferenciar o “nós” e “outros”, por exemplo, a cultura brasileira considera imprópria o consumo de carne de animais domésticos (cães e gatos), devido à proximidade afetiva com essas espécies (Canesqui, 2005). Assim, conforme escrito por Woortmann (1978), a forma de obtenção do alimento e sua preparação são elementos para detectar mudanças sociais. A caça e a coleta são associadas com um estado mais primitivo por estar diretamente ligado a

natureza e, conforme for graduando as formas de aquisição do alimento, tais como a agricultura e a compra no mercado, seria percebido, sobretudo para indivíduos urbanizados, como uma variação do estado de “dificuldade” para a “estabilidade”. Quando, no momento da entrevista, a A1 se enxergava em uma posição mais estável como agricultora, ela reforçou não se utilizar mais da caça.

Como alternativa para se manterem na terra sem poder produzir dela, as famílias acampadas recorreram às suas experiências práticas para se tornarem trabalhadores informais e conseguirem alguma renda, ou até mesmo, trocar sua força de trabalho por alimentos. Um dos trabalhos mais descritos durante as entrevistas foi a colheita de laranja em chácaras vizinhas, um trabalho sazonal, mas que garantia a sobrevivência no acampamento por um tempo e sem precisar sair da região, pelo medo das represálias. Também foi mencionado trabalhos na cidade, sem especificar, apenas classificados como “bicos”:

Já passamos por situações muito difíceis, aí meu marido arrumava um emprego aqui ou ali, meus filhos ajudavam. (A8, 63 anos)

Muitas vezes fazíamos bicos nas chácaras aqui perto e trabalhava de manhã para comer a noite. Aprendemos a fazer reserva para os momentos entre as colheitas. (A9, 56 anos)

No início do assentamento, foi muito difícil, embora alguns trabalhassem fora, tínhamos a preocupação de não deixar o acampamento sozinho, pois eramos constantemente ameaçados, nos revezávamos e nos cuidávamos, protegíamos, éramos nossos próprios seguranças e guarda. Eu trabalhava em usinas, colheita de laranja em vários sítios e fazenda por perto. (A1, 63 anos)

A venda da força de trabalho como uma forma de complementar a renda do trabalho no campo ou, no caso do estudo, como estratégia para adquirir recursos para resistir ao acampamento, foi bastante documentada na literatura que estuda outros agrupamentos rurais (Romanelli & Bezerra, 1999; Duval *et al.*, 2009, Gonçalves & Scopinho, 2010, Scopinho *et al.*, 2016, Tecchio *et al.*, 2019). Seria semelhante ao que Woortmann (1978) trouxe do exemplo dos meeiros, que produzem para a subsistência, porém, não consegue ainda produzir o excedente para fazer que a plantação seja a principal fonte de renda, por isso precisava vender sua força de trabalho para conseguirem

sobreviver. O exemplo trazido pelos entrevistados se assemelha bastante aos “boias frias”, trabalhadores rurais nos campos dos outros sem vínculos empregatícios, comumente sazonais, inclusive, a origem da expressão advém das marmitas desses trabalhadores, preparadas nas primeiras horas do dia, quando chega o horário do almoço estão frias.

Uma última estratégia para se analisar, relacionada a um saber tradicional, foi o de enterrar o alimento embaixo da terra para não azedar. Sabe-se da importância da refrigeração de determinados alimentos a fim de aumentar a vida útil do produto e a importância da geladeira para isso. No entanto, em uma situação precária como a do acampamento, no qual havia muitos barracos de lona muito próximos uns dos outros e na falta de eletrodomésticos, foi necessário encontrar alternativas para armazenar os alimentos que não eram consumidos na hora, bem como garantir que não haja perda da produção:

Nós enterrávamos comida no chão para não azedar. Fazíamos arroz, para não azedar colocávamos em uma sacolinha de plástico, enterrava no chão porque é frio, porque o barraco era tão quente. Eu fiquei anos e anos fazendo isso. (A2, 73 anos)

A utilização da terra fria para refrigeração foi uma forma de saber tradicional muito difundida para armazenagem do produto em comunidades de povos tradicionais. Esse tipo de conhecimento, normalmente adquirido por meio da convivência, se mostrou importante em momentos de necessidade para suprir uma falta de recursos. Posteriormente, a técnica foi reutilizada pelos agricultores, mas dessa vez para armazenar medicamentos quando ainda não havia luz elétrica no Assentamento:

Nós tínhamos uma senhorinha, que morava lá no assentamento, e ela tinha muito problema de bronquite, de asma, então tinha que tomar injeção direto, e a injeção tinha que ficar na geladeira. Então o que eles faziam, cavavam a terra e colocava a injeção lá dentro para não estragar. (A8, 63 anos)

A análise das informações sobre as estratégias de sobrevivência no período de ocupação foi importante para compreender os significados que os agricultores possuem da fome e do trabalho na terra no momento da entrevista. Semelhante ao mostrado no trabalho de Tecchio *et al.* (2019), as pessoas não reconheciam passar por períodos de fome, mas estavam distantes do que seria considerado Segurança Alimentar e Nutricional.

O cenário observado foi do abandono do Estado para a situação dessas pessoas, então, foi preciso buscar alternativas para sobreviver na precariedade e na pobreza, essa resiliência foi utilizada para a construção da identidade de agricultor assentado que quer trabalhar na produção da terra.

Também foi importante observar como o contexto praticamente se repetiu durante a pandemia da Covid-19, pois muitos agricultores reviveram a experiência da incerteza durante esse período, principalmente pela maioria de pessoas idosas e pelo corte nos programas de vendas, assim pela queda significativa da renda. Dessa forma, foram verificadas as mesmas estratégias para passar por esses anos de pandemia, tal como o auxílio da comunidade, o racionamento de produtos e o autoconsumo. As famílias que possuíam uma rede de apoio da família ou mantiveram canais de comercialização com clientes físicos sofreram menos do que outras, que perderam totalmente a renda com o fechamento das feiras livres, semelhante ao descrito em outros estudos em regiões campestres de outras partes do país (Claudino, 2020; Breitenbach, 2021; Cardoso, 2023)

5. DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR NO PDS SANTA HELENA

Conforme explicitado, a soberania alimentar seria um conjunto de práticas e ações estatais para fortalecer o camponês para que ele possa ter autonomia na agricultura de forma sustentável, assim como fornecer alimentos para os circuitos de comercialização e ser distribuído para a população (Via Campesina, 2008). Nesse preâmbulo, discutiram-se políticas de fomento à agricultura familiar, o respeito pelas tradições dos povos originários, pela educação cultural alimentar regional, a aproximação entre sabedoria popular e científica em uma via de mão única para a sustentabilidade e cultivar valores de sociabilidade e solidariedade entre os atores rurais e urbanos. Sob esses aspectos, estaria afiançada a segurança alimentar e nutricional.

Portanto, de acordo com a teoria da soberania alimentar, o poder estatal seria capilar em proteger o produtor familiar das violências, das intempéries e das vulnerabilidades biológicas do campo. O Estado forneceria medidas para o trabalhador rural se apropriar dos meios de produção e trabalhar com segurança, dignidade e autonomia por meio de: crédito agrícola, políticas públicas de infraestrutura da zona rural, redução da pobreza, desapropriação de terras e justiça social.

Por outro lado, o mesmo Estado imporia, por meio de escolhas políticas e econômicas, obstáculos para a permanência no campo, apesar da homologação de um assentamento da reforma agrária. Outrossim, ficaram evidentes durante a pesquisa de campo desafios como falta de titulação do terreno, falta de acesso ao crédito para comprar maquinário e ferramentas, morosidade na resolução das demandas dos assentados e violência hierárquica por parte das instituições, recorrentes durante a pesquisa na literatura sobre assentamentos.

Dessa forma, após reunirmos as informações atreladas às leituras científicas sobre os temas, analisamos os desafios e as potencialidades do PDS Santa Helena para a segurança e a soberania alimentar. O Quadro 4 apresenta uma divisão dessas categorias que serão discutidas no decorrer do capítulo:

Desafios	Distanciamento das instituições federais e municipais nas demandas dos assentados; Alta dependência de ONG's e programas de extensão universitária; Injustiça hídrica; Dificuldade em acessar os canais de comercialização; Vulnerabilidade pelo envelhecimento;
Potencialidades	Circuitos curtos de comercialização; Agroecologia e produção orgânica; Proximidade com movimentos sociais que possibilitam capacitações; Envelhecimento ativo;

Quadro 4. Os desafios e as potencialidades para a soberania e a segurança alimentar identificadas no PDS Santa Helena.

5.1. O envelhecimento e sua relação com saúde e doença no meio rural

Primordialmente, o envelhecimento como parte do processo de luta para a permanência no campo foi um assunto relevante durante as entrevistas. De acordo com Oliveira & Feliciano (2023), a senescência deveria ser enxergada por meio de lentes multidimensionais, as quais abarcam a cultura, o espaço e a memória. Para os autores, os projetos neoliberais de governo transformaram o envelhecer como um evento catastrófico no qual o sujeito perderia sua validade pelos altos custos da sociedade para mantê-lo. Os idosos do século XXI, portanto, viveram uma dicotomia com as mudanças sociais provocadas pelo crescimento econômico das eras industriais e pós-industriais, por um lado, o aumento da longevidade e, por outro, a invisibilização e o preconceito por não serem produtivos o suficiente para alimentar o sistema capitalista.

No entanto, diversas pesquisas apontaram a falácia do idoso não produtivo, pelo contrário, se o sujeito for estimulado pelas proteções sociais, redes de apoio e acesso aos serviços básicos, ele pode manter um nível de altivez capaz de mantê-lo autônomo e contribuinte para as comunidades e as famílias (Pereira *et al.*, 2020; Gomes *et al.*, 2020; Oliveira, 2022; Konrad & Ferretti, 2023). Isso se sustentou na PNAD (2015), porque verificou-se um crescimento de 5,88% para 9,2% dos idosos que são referências

familiares, ou seja, possuiriam um ou mais parentes dependentes em casa. Dessa forma, o envelhecimento não poderia ser identificado como um fenômeno homogêneo e estudar como diferentes economias lidaram com esse processo seria uma das formas de retratar a distribuição de recursos para a população, a preocupação com efetivar políticas públicas de promoção à saúde e um indicador da soberania alimentar, como veremos nessa sessão.

O PDS Santa Helena foi caracterizado por muitos atores em processo de envelhecimento:

Alguns produtores que já são mais idosos ou alguns problemas de saúde avançados e, nesse processo todo, vão participando menos desses processos de venda, isso é algo que a gente vem percebendo. (T1, pesquisador)

Notou-se questões relativas à saúde nas entrevistas com os agricultores, particularmente quando se tratava do trabalho na horta. Alguns trouxeram como as doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs) afetaram a disposição em plantar e tratar da terra e resultou na diminuição da produção e, conseqüentemente, afastamento do agricultor dos canais de comercialização, tanto as vendas públicas quanto os mercados de proximidade:

Tenho uma horta, mas está parada porque fiz um tratamento dentário que incluiu cirurgias e precisei ficar de repouso, no momento temos poucas coisas plantadas. (A8, 63 anos)

Ele (meu filho) quem vende para mim. Porque eu tinha o nome para vender na prefeitura, depois, como eu não vendi, cancelaram meu nome. Mande cancelar, não tenho nada para vender. (A5, 87 anos)

Porque eu sou sozinho, fica difícil de eu ficar correndo atrás de tanta coisa, por fim não fazer nada. Eu tirava dez carros de milho e tinha a máquina, fazia o fubá e misturava ração, fazia uma ração balanceada. Eu tenho a máquina, tenho tudo ali. Mas parei, eu cansei, é como um caminhão patinar e não sair do lugar. (A2, 73 anos)

Conforme Scopinho (2009), assegurar a saúde estaria além de combater a doença, faria parte de uma série de ações sociais e econômicas de modo a garantir ao trabalhador controle sobre os meios de produção, acesso aos bens de consumo coletivos, como cultura, organização e apropriação dos espaços. Especificamente ao trabalhador rural, um

ambiente saudável estaria aliada com os recursos do território, como o modo de cultivar, a preservação dos rios e dos mananciais, bem como uma relação harmoniosa com o bioecossistema do campo. Conforme identificado, alguns agricultores apresentaram a presença de pragas que inviabilizariam sua produção, portanto, houve um ponto de conflito que prejudica a segurança e a soberania alimentar nesses lotes. Por outro lado, outros agricultores apontaram a presença de aves silvestres como algo benéfico, como um símbolo da vida selvagem retornando após uma devastação pela cana-de-açúcar.

Além disso, pesquisas como as de Gomes *et al.* (2020) e Konrad *et al.* (2023) associaram a importância da autonomia como parte do envelhecimento ativo e saudável, ou seja, a liberdade para planejar e executar escolhas pessoais de como viver cotidianamente, sob sua própria soberania. Os estudos apontaram os fatores biopsicossociais envolvidos nesse processo, dentre os quais, para o idoso no campo, isso abarcaria o trabalho com a terra. Por conseguinte, levantou-se entre os entrevistados quanto tempo eles passavam em suas produções, as respostas variavam entre horários precisos (das seis da manhã ao meio-dia, depois das quatro da tarde até as oito da noite), ou em marcações temporais (do nascer do sol até anoitecer).

O trabalho na agricultura possuiria mais dimensões do que a geração de renda, esteve associado com a reprodução social de um modo de vida, a identidade enquanto camponês e assegurar uma segurança alimentar, pois ele não estaria totalmente dependente da comida do mercado. Nesse contexto, conforme ponderou Scopinho (2009), o trabalho foi uma forma de resistência ao agravo de saúde com o avanço da idade dos agricultores. Além disso, ele também pôde ser identificado como um fator de insatisfação quanto aos resultados ficavam aquém das expectativas, devido à falta de ferramentas necessárias para auxiliar na perda da mobilidade ou quando plantar em grande quantidade não fornecer o retorno adequado para a manutenção da qualidade de vida do camponês:

Planto sob orientação do INCRA, querem que eu plante banana, infelizmente me falta ajuda no dia a dia, então muitas vezes as aves atacam a plantação, mas no meu quintal eu planto tudo que posso, adoro plantar. (A6, 87 anos)

Eu tinha verdura nesse quintal aqui embaixo, agora é só abacateiro, aí tinha um neto comigo e minha mulher também me ajudava, mas dava alface, repolho, couve. Depois foi diminuindo, diminuindo (a família)

e hoje (estou só). Olha, eu plantei melancia esses dias e não consegui comer nenhuma, porque deu bicho. (A5, 87 anos)

Os relatos apresentados corroboram com os escritos de Ferraz *et al.* (2017), onde assinalaram os riscos associados do trabalho no campo para a pessoa idosa. Fatores como a exposição aos acidentes com ferramentas e maquinários, maior contato com agentes biológicos contaminantes (bactérias, fungos e vírus) e descuido com a ergonomia, somados com o aumento da morbidade pela idade avançada, exibiram a vulnerabilidade do sujeito idoso no ambiente rural.

Como fator protetivo para os agricultores, a memória foi um elemento reforçador para assegurar a permanência no campo. Verificou-se isso na trajetória dos agricultores até chegarem ao Assentamento Santa Helena. A partir de uma pergunta disparadora, houve uma riqueza de respostas que aludiram a infância e a juventude, passaram por outras formas de trabalho, além da agricultura, e pela presença em outros acampamentos, marcados por diversos despejos ao longo da sua jornada pela conquista da terra.

Os entrevistados passaram a infância e a adolescência no campo. Então, a partir de uma necessidade – financeira, territorial, condições do campo – precisaram se deslocar para a cidade. Certos relatos envolveram o processo de venda forçada das terras ou expulsão pelo proprietário delas, e isso coincidiu com o movimento de êxodo rural a partir da década de 1970, com a modernização do campo e o agravamento dos conflitos entre latifundiários e camponeses pela ocupação de terras. Isso pôde ser demonstrado a partir das falas seguintes:

Meus pais tinham uma terra, depois, venderam. Quando nós não tínhamos condições (de manter), ele vendeu. Nós gostávamos muito da roça. Ele (o pai) gostava da roça. Então, eu vim para São Carlos. (A3, 78 anos)

Eu plantei muito, com 38/40 anos, eu morava lá em Dois Córregos (SP), e plantava 15 alqueires de milho, 4/5/10 alqueires de arroz e feijão. Tinha o maquinário completo para plantar, tinha caminhão, tinha animal também, depois vendi minha parte, saí. (A5, 87 anos)

E eu conheci o mundo, tenho carteira de motorista profissional, dirigi carreta, só que a idade chegou né, então lá fora a você não consegue mais emprego. A gente voltou para o lugar que viemos. (A2, 73 anos)

O movimento de retorno ao campo aconteceu, majoritariamente, quando o trabalho na cidade era precário e a pobreza era iminente. A partir de muitos relatos, foi possível delinear um processo de coletividade, pois nesse deslocamento, eles encontraram diversas outras famílias, com histórias semelhantes, que se agregaram à causa. Entretanto, tomou-se o cuidado de não romantizar essas passagens que foram marcadas por situações de: violência; precariedade de condições; e expulsões de outros acampamentos. Foi nesse período que aconteceu contato com movimentos sociais, como o MST e os sindicatos rurais, na busca pelas oportunidades no país:

Eu morei em São Simão (SP) por dois anos e pouco. Não, não saiu nada. Então, eu fui para (a fazenda) Olhos d'água (Itapuí-SP), também não saiu nada. Eu e minha mulher fomos para Itapuí fazer umas roças, não deu certo, deixei tudo para trás. Nós paramos, só que meu colega falou que tinha uma terra boa aqui (São Carlos), com certeza já estava ganho, então nós viemos. (A3, 78 anos)

Então, nós saímos atrás de um pedaço de terra, em 2000, e nós fomos para Bauru (SP), ficamos lá por nove meses e precisamos sair. Então, nós fomos para a beira da pista, na centrovía, a prefeitura (de Bauru) arranhou um lote, um terreno para nós ficarmos, com um ano nós saímos e fomos para (a fazenda) Olhos D'água, lá em Itapuí (SP). Lá nós ficamos um ano e sete meses, dava para plantar, nós plantamos arroz, tudo quanto é tipo de coisa até precisarmos sair. (A8, 63 anos)

Não foi fácil. Foi uma vida que eu decidi querer um pedaço de terra e comecei a acompanhar a luta, eu fui despejado três vezes (...) Fizemos uma entrada em Brotas (SP), que era uma terra antiga dos bisavós do Fulano, que também invadiram e tomaram as terras, nesse meio tempo, eles (quem ocupava a fazenda) organizaram e conseguiram um documento, eles apresentaram e não tivemos a chance, então voltamos para São Carlos. (A2, 73 anos)

Um trabalho conduzido por Lima (2020) mostrou que, em diferentes regiões brasileiras, houve esse padrão quando se trata do movimento de retorno à terra. As histórias de vida das pessoas entrevistadas por Lima, na região de Alagoas, mostraram muitas similaridades com os relatos dos assentados do PDS Santa Helena, em São Carlos. O autor refletiu como essa volta ao campo seria uma quebra na lógica capitalista, uma vez que o modelo capitalista provocou o êxodo rural, por meio da mecanização do campo

e a concentração de terras. Dessa forma, o regresso dessas pessoas para o rural iria contra esse raciocínio.

Além disso, de acordo com Woortmann (2016), a memória seria um termo polissêmico, porque remeteria às tradições originárias das famílias que conduziriam uma narrativa carregada de emoções e sentimentos vivenciados no momento do relato. Por isso, de acordo com a autora, a memória estaria em algum lugar entre a mudança e a continuidade. Para os agricultores, sobretudo os mais velhos, a infância na roça contribuiu para a continuidade no lote e a resiliência em permanecer na terra, mesmo que a máquina do capital tentasse expulsá-los mais uma vez. Sob outra perspectiva, a memória também apareceu como um elemento de angústia:

Eu tinha, quando cheguei aqui, dez bezerrinhas, fiz um bom pasto no fundo. Cresceram, viraram gado, procriaram, então minha mulher morreu, tinham duas vacas dela e vendi. Ela queria que eu comprasse uma condução, não comprei em lugar nenhum, quando ela morreu, eu comprei essa caminhonete, faz 12 anos que eu a tenho. Eu a comprei, paguei, minha mulher morreu, foi embora sem ver a condução. (A5, 87 anos)

Um estudo conduzido por Chunkai *et al.* (2019) trouxe, sob o contexto chinês, que a viuvez em idosos foi um dos fatores associados com maior incidência de sintomas depressivos, entre esses, os suportes familiares e sociais tenderam a protegê-los da depressão, mesmo em caso de falecimento do cônjuge. Em Gomes *et al.* (2020), essa também foi uma condição negativa para a autonomia dos mais velhos, especialmente em idosos longevos (acima de 80 anos). No meio rural, as redes de apoio seriam fortalecidas por meio do sentimento de identificação com o território, das práticas de solidariedade e da organização coletiva. Para o PDS Santa Helena, observou-se que a trajetória em comum de luta pelo retorno à terra aproximava os assentados, mesmo diante de alguns conflitos.

Evidenciou-se o trabalho em conjunto com os jovens nos lotes estava associado com maior engajamento na produção agroecológica e maior esperança com o futuro no campo. Isso condiz com a literatura, pois relações de solidariedade comunitária e intergeracionais proporcionavam um ambiente mais saudável para o envelhecimento. A compreensão de que não estarão desamparados quando a mobilidade ficar restrita foi descrito como fortalecedor de uma saúde mental e redutor das incertezas quanto ao

porvindouro (Scopinho, 2010; Chunkai *et al.*, 2019; Pereira *et. al.*, 2020; Konrad *et al.*, 2023):

Ainda não conseguimos gerar uma renda fixa para o jovem, é uma coisa que estamos batalhando: melhorar mais a questão da nossa horta, aumentar o mercado de vendas e finalizar nossa agroindústria da produção do açúcar mascavo, rapadura e melaço. Então, vamos conseguir acessar os mercados com tranquilidade, com quantidade, para gerar renda para os garotos. (A1, 63 anos)

O que consigo, eu vendo, mas não vendo na feira, porque não tenho carro, não tenho ninguém para ajudar. Se tivesse um carro era mais fácil. Aí vendo para o pessoal daqui mesmo. (A6, 87 anos)

Para outros, no entanto, permanecer na terra não era uma opção viável para o futuro dos jovens. Constatou-se que o descrédito nas instituições, o descontentamento pela falta de titulação do lote e os obstáculos na obtenção de crédito agrícola diminuiu a esperança de permanência para alguns idosos entrevistados:

Perdoem quando eu falo, mas existe também uma grande dificuldade para se formar até um pé de bananeira. São muitos os frutos que não deveríamos enfrentar dificuldades (em cultivar), mas enfrentamos. É uma batalha grossa essa. Nós tínhamos ainda como ter esperança, mas pela idade, diminui essa esperança. (A10, 80 anos)

Eu tenho um filho que trabalha há 23 anos em uma empresa, ele queria sair de lá e arrumar uma casinha aqui, plantar e vender as coisas na feira. Falei para ele não fazer isso. Como pegar o trabalho de 23 anos e apoiar em uma terra que nem eu tenho documento? Hoje eu sou dono, amanhã... Vem ano, sai ano, tem liminar para nós saímos daqui. (A2, 73 anos)

Segundo demonstraram Almeida *et al.* (2017), o suporte social compensou os idosos em suas fragilidades orgânicas, além disso, mesmo quando os indivíduos moravam sozinhos, a proximidade com a comunidade fornecia mais segurança na realização de atividades. Quando noticiaram o isolamento, houve evidências de maior dependência de medicamentos, maior aparecimento de sintomas depressivos. Paralelamente, um estudo de Tomé & Formiga (2021) reforçou esses aspectos da sociabilidade, no qual a fragilidade das relações familiares foram um elemento para maior desesperança entre os participantes.

Finalmente, coube compreender as representações de segurança e soberania alimentar para os agricultores. Outrossim, os trabalhos apresentados classificaram as DCNTs como negativamente relacionado ao envelhecimento ativo (Gomes *et al.*, 2020; Pereira *et al.*, 2020; Konrad *et al.*, 2023). Conforme *World Health Organization* (WHO, 2005), o modo de consumo alimentar de um indivíduo seria um dos fatores comportamentais determinantes para uma maior qualidade de vida na senescência. Tanto a desnutrição quanto o consumo excessivo de calorias, por ingestão perene de alimentos com alto teor de gordura, provocavam a longo prazo o aparecimento de doenças cardíacas, diabetes e hipertensão, a convivência com esses quadros reduziria significativamente seu bem-estar, agilidade e resiliência.

Durante as entrevistas, o aparecimento de DCNTs foi identificado como limitador para o cultivo, pois se sentiam cansados mais rapidamente ou precisavam deixar o trabalho para fazer tratamentos longos e esgotantes. Reconheceu-se que a produção para o autoconsumo seria promotora de uma segurança alimentar, tanto aos que buscavam melhorar a qualidade da alimentação por recomendações médicas, quanto àqueles com dificuldade de mobilidade para ir até a cidade comprar em supermercado:

Carne vermelha pelo menos 3 vezes por semana, aqui em casa estamos com deficiência de vitaminas e o médico recomendou comer carne pelo menos 3 vezes por semana, mas também comemos frango, ovo, ou o que tiver. Minha alimentação no café da manhã é pão, ou batata doce cozida, faço algumas coisas, mas sempre faço alguma coisa. No almoço e na janta usamos como mistura o que tem, no momento não temos muita produção. (A8, 63 anos)

Comemos o que plantamos, frutas, verduras, arroz, feijão e carne, o que falta aqui é um posto médico mais próximo para atendimento. Nossa alimentação é boa, só precisa de mais dinheiro. Às vezes falta carne e algumas coisas, pela dificuldade de ir à cidade. (A3, 78 anos)

Consoante a Grisa & Schneider (2008), o autoconsumo se configuraria como uma estratégia de sobrevivência e de reprodução social e cultural no campo, além de fortalecer a autonomia do camponês, forneceria uma segurança alimentar e seria um caminho para a soberania alimentar. Essa prática apareceu em estudos sobre assentamentos da reforma agrária como um elemento positivo em relação ao sujeito na cidade (Duval *et al.*, 2009; Gonçalves & Scopinho, 2010; Scopinho, 2010; Grigol *et al.*, 2022).

No entanto, a segurança e a soberania alimentar também podem ser ameaçadas quando a pessoa não estiver nas condições favoráveis para o trabalho na agricultura. Por ser um labor com grandes riscos físicos, biológicos e ergonômicos, as limitações orgânicas da idade seriam desafiadoras para todo o preparo da terra. Portanto, assegurar a permanência do indivíduo na produção requereria ações voltadas para a promoção do envelhecimento ativo e suporte material para melhoria das condições e da qualidade de vida dessas pessoas.

5.2. Obstáculos ao acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural

Observou-se como as instituições governamentais de assistência estavam apartadas para assistir as demandas dos agricultores. Especialmente, relatou-se a morosidade na participação do INCRA no processo de implantação das políticas públicas no Assentamento, assim como a ausência do poder executivo de São Carlos na construção de infraestrutura básica como: energia elétrica e redes de saneamento básico. Diante das pressões dos agricultores, a prefeitura local repassava as responsabilidades para o INCRA, enquanto este não fornecia respostas. De acordo com o MDA (2020), entre as diretrizes estratégicas do INCRA estariam a democratização do acesso à terra por meio da regularização de assentamentos rurais, da estrutura fundiária, com a intensão de reduzir a pobreza no campo. Uma vez que os assentados pioneiros no PDS Santa Helena seguiram uma direção mais pacifista e legalista da reforma agrária, eles o reconheceram a instituição pela conquista oficial da terra, assim como os mecanismos de tratamento do solo para que possa ser plantado.

As inconsistências se consolidaram ao longo dos anos, quando a presença do órgão federal se escasseou ao ponto de não serem mais acompanhados. Segundo Figueredo (2019), em sua pesquisa sobre a política de reforma agrária conduzida pelo INCRA, o instituto passou muitos anos sem abertura de concurso público para novos funcionários, enquanto outros se aposentaram, dessa maneira, sua atuação ficou mais regionalizada, em média uma pessoa para cuidar de diversos assentamentos. Essa distância com o órgão dificultou aos agricultores do PDS Santa Helena o acesso às políticas públicas de assistência técnica e extensão rural (ATER) no tempo de quase dez anos de assentamento, até se organizarem em uma associação para concorrer os editais de comercialização pública. Salientou-se uma divisão entre os entrevistados: uns possuíam uma relação

neutra com o INCRA; outros se mostraram descrentes sobre a atuação deles dentro do Assentamento:

E estou aqui trabalhando com bastante dificuldade, porque eu não estou regularizado pelo Incra ainda e eu não consigo vender, fazer vendas públicas, não tenho DAP ainda. Eu estou esperando uma DAP para eu poder trabalhar melhor. (A7, 50 anos)

Hoje, como se faz uma plantação aqui? Nós não temos documento, nós não temos dinheiro, como vamos ao banco fazer empréstimo? O INCRA vem fazer empréstimo aqui para nós? Quem vem emprestar dinheiro para agricultura? Até vem emprestar, mas quando chega aqui, você não aguenta pagar os juros, você ganha muito pouco aqui dentro. Nós fizemos o PRONAF no começo, foi bom, os juros baixinhos, o primeiro, depois acabou. (A2, 73 anos)

Falta de técnico, falta de apoio e acesso aos créditos, não sentimos o apoio, muitas vezes até para análise das terras tivemos que recorrer em particulares. (A9, 53 anos)

Conforme a quarta diretriz do INCRA, ao qual impute sob responsabilidade do órgão o licenciamento ambiental, acesso a crédito, assistência técnica e articulação com as políticas públicas regionais aos assentamentos (MDA, 2020), percebeu-se uma negligência ao PDS Santa Helena. Assim como demonstrado por Figueredo (2019), apesar do crescimento no número de assentamentos homologados e da importância política para o reconhecimento da pressão camponesa por terra, durante o período de atuação do instituto na reforma agrária, não se pode afirmar uma proatividade no acompanhamento e fiscalização desses territórios. Destacou-se a dificuldade em acesso à créditos pela falta de titulação dos lotes, uma realidade muito comum em outros projetos de assentamento, até 2015, 85% das famílias ainda não tinham qualquer título (Figueredo, 2019). Na percepção dos assentados do PDS Santa Helena, isso foi um elemento considerado dificultador para a sobrevivência do trabalho de produtor rural.

Ademais, uma decisão judicial de que o território deveria manter 50% da sua área total preservada foi outro ponto de conflito. Em uma assembleia conjunta com um representante do INCRA, ficou acordado que cada lote domiciliar haveria um sistema agroflorestal (SAF), de modo o solo seja ocupado com o manejo de árvores nativas em consonância com a plantação de gêneros agrícolas ou forrageiras. Alguns agricultores

habituaados com a produção agroecol3gica já utilizavam SAF em seus terrenos. Porém, outros apresentaram dificuldades técnicas e de compreensão em como administrar esse sistema e relataram não receber nenhuma informação do INCRA em como implantar o SAF:

Tenho péssima relação com INCRA, nos colocam muita carga, aqui em casa já temos plantas de cobertura do solo, árvores comuns e frutíferas, mesmo assim queria que fizéssemos o cinturão verde, mas temos o SAF. (A8, 63 anos)

Eu não gosto muito da imposição do INCRA, gosto de ter liberdade para plantar o que eu quiser. Mas, se a gente plantar do jeito que eles querem (com imposição do SAF) não vai sobrar espaço para plantar mais nada. (A6, 87 anos)

Nesse sentido, entendeu-se a importância da Economia Solidária (EcoSol) para preencher algumas lacunas nas demandas dos agricultores. A EcoSol proporcionou uma fonte de conhecimento para que os agricultores do PDS Santa Helena pudessem ter consciência dos seus direitos como assentados e buscassem mecanismos legais para conquistá-los. Por exemplo, a criação da Associação dos Produtores Rurais do Santa Helena ocorreu por meio da orientação da gestão da EcoSol  época, a partir disso que os assentados conseguiram se inscrever nos primeiros editais de vendas públicas e puderam escoar os excedentes da plantação. Ademais, o EcoSol atuou como mediador em vários programas de implantação de políticas públicas, como o Projeto Luz para Todos e conduzir a licitação do trator fornecido pelo INCRA, o qual estava retido na prefeitura de São Carlos por vários meses antes dos assentados puderem ter o acesso.

Compreendeu-se uma forte aproximação entre o PDS Santa Helena e a EcoSol de São Carlos por meio do núcleo universitário por meio do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol), o qual fomentava projetos de extensão e pesquisa que trouxeram benefícios diretos para o PDS Santa Helena:

Na época já tinha muitos projetos de extensão, como na área de resíduos, de saúde mental e agricultura familiar, então, eles (o NuMI) ajudavam nas assembleias, porque lá tem muito conflito, então, ajuda técnica para como organizar uma reunião, como fazer uma relatoria. (T2, coordenadora do economia solidária)

A Economia Social e Solidária surgiu na segunda metade do século XX como alternativa a uma economia capitalista. “Social”, pois considera as diversas formas de conexões interpessoais como parte fundamental da economia, enquanto “solidária”, porque atua sob os princípios da solidariedade, reciprocidade e desenvolvimento social acima dos princípios mercantis (Coraggio, 2017). Nesse sentido, o NuMI-EcoSol de São Carlos compactuava com os princípios elaborados de economia social e solidária, visto que era autogestionário e trabalhava com foco na sustentabilidade, produção de alimentos orgânicos, preservação e reciclagem. O município de São Carlos era uma referência regional em EcoSol, devido à sua legislação, a construção do fórum de EcoSol e o Conselho Regional de Segurança Alimentar e Nutricional:

Enquanto nós lutamos para manter o conselho, manter o fundo, não conseguimos andar e ter coisas novas. Nós no Numen não temos mais projetos, só conseguimos fazer as coisas por meio de verba, que vem muito pouca a partir da prefeitura. (D.L., coordenadora do economia solidária)

Dessa forma, o fórum do EcoSol funcionava, na prática, como uma instituição de teor assistencialista para os agricultores do PDS Santa Helena para cobrir lacunas do governo federal e municipal. Isso se mostrou preocupante, porquanto os assentados ficavam dependentes dos projetos de extensão e pesquisa promovidos pelo NuMI-EcoSol, de maneira que quando os recursos diminuíssem, essas pessoas permaneceram sem assistência. Para que os produtores tenham acesso aos projetos ofertados pelo EcoSol, seria necessário que eles se apresentassem espontaneamente, o que muitas vezes foi considerado incompatível com o estilo de vida de alguns agricultores mais reservados, os quais eram excluídos dessas iniciativas, como produção agroecológica e orgânica, por exemplo.

Portanto, ponderou-se as distâncias entre a teoria e a prática no que concerne a participação dos assentados no projeto de desenvolvimento sustentável segundo consta o INCRA. Para alguns agricultores, as exigências para manter o lote com uma produção sem insumos químicos foi enxergado como uma imposição, pois tinham dificuldade em lidar com as pragas:

Tem a presença de muitas pragas que contaminam as frutas, as mandiocas. Aqui a terra até produz, mas as pragas não deixam muito prosperar. (A6, 87 anos)

Porque há muita praga na terra, porque tudo que você plantar, se você não pulverizar um veneno, não tira nada. É couve, o bicho come, a alface tem a lagarta, tem o caramujo, está cheio de caramujo por aqui. Senão por um adubo e fazer cobertura, não tem como. (A5, 87 anos)

Essas questões apresentaram semelhanças ao estudo de caso de Melo e Scopinho (2018) em uma cooperativa de um assentamento localizado na região de Ribeirão Preto. A omissão dos órgãos públicos na concretização de direitos básicos também foi uma frustração evidenciada pelas autoras, ao mesmo tempo em que era preciso serem trabalhadores essencialmente corretos para se sentirem merecidos a acessar esses direitos. Ao mesmo tempo, houve um reconhecimento da importância do modelo de assentamento PDS, entretanto, seria insuficiente a disposição de recursos materiais e imateriais para garantir o cumprimento das obrigações. Notou-se que mesmo os agricultores mais engajados na agricultura orgânica e agroecológica estavam angustiados com quantidade de carga imposta a eles para comercializarem seus produtos:

Existem políticas de crédito que o INCRA e a assessoria técnica ajudam na facilitação para acessar o PRONAF, mas eles falam que a burocracia é muito grande. E existem agricultores que, por terem mais dificuldade de mão de obra, a família está mais idosa ou problema com água, ou outras dificuldades no lote, as vezes não conseguem acessar as políticas de forma plena. (T3, economista)

Os obstáculos pelos quais os agricultores passavam, assim como a conflituosa relação com o INCRA e outros órgãos federativos foi documentada na literatura de outros assentamentos em uma região próxima ao Santa Helena (Gonçalves & Scopinho, 2010; Melo & Scopinho, 2015; Scopinho & Melo, 2017). O sentimento de esperança pelo assentamento no território e a homologação da terra foi, gradativamente, substituído pela sensação de abandono por parte do Estado, com um acúmulo de fatores da relação desigual e hierarquizada, na qual os assentados devem fornecer o máximo e lidar com o descaso de políticas públicas para a manutenção do Assentamento.

Assim como articulado por Scopinho (2010), a qualidade de vida no trabalho depende de um equilíbrio entre o planejamento da execução do trabalho e o investimento nas necessidades básicas do trabalhador. Por conseguinte, a precariedade ocorre quando há um descumprimento dos direitos sociais que garantam a saúde do sujeito. À vista disso, o trabalhador rural produz no campo como uma forma de sobrevivência biopsicossocial,

pois, ao mesmo tempo, ele interagiria e transformaria os sentidos da realidade conforme suas vivências e necessidades, o que ele produziria para comer seria, também, o produto a ser comercializado. Refrear o trabalhador das políticas de ATER diminuiria suas potencialidades no trabalho e isso levaria à desconexão das interpretações sociais.

A perda do edital do PNAE 2020 foi outra frustração dos agricultores, pois atrasaram o envio da documentação em decorrência da organização das eleições da Associação dos Produtores Rurais do Santa Helena. Esse elemento apareceu como desestimulante para a produção de hortifruti granjeiros:

Foi horrível porque perdemos esse ano, o preço era muito bom. Aí desanimamos em plantar os itens que são comprados. O dinheiro da merenda escola faz muita diferença na nossa vida. Faz falta porque esse dinheiro é usado na melhoria do sítio, aquisição de maquinário, etc. (A8, 63 anos)

O dinheiro do PNAE faz falta, porque era um contrato com garantia de venda e sabemos o que plantar. Acabamos que sem o PNAE perdemos muito. Falta de técnico, falta de apoio e acesso aos créditos, não sentimos o apoio, muitas vezes até para análise das terras tivemos que recorrer em particulares. (A9, 53 anos)

A participação dos agricultores do Santa Helena nas vendas públicas foi efetivada em 2013, quase dez anos após a homologação do território. A articulação para que eles pudessem comerciar via Associação se deu com a assessoria do pesquisador e da economista, técnicos entrevistados no projeto, os quais auxiliaram na gestão da Associação para encaminhar toda a burocracia necessária na formalização dos programas, além de promover articulação com o maior número possível de agricultores para produzir as quantidades necessárias nos editais:

Não foi simples e fácil, para os produtores também foi difícil, porque aumentou o custo, você imagina que os preços dos produtos não são aqueles ideais e você ainda aumenta o custo de comercialização. (T1, pesquisador)

Nós acabamos atuando nessa parte da assistência técnica, na parte da comercialização, mas na parte da agronomia, da agroecologia é algo que é um gargalo para ajudar a estruturar o planejamento de plantio,

para ajudar em relação a algum tipo de dificuldade que venha a acontecer. (T3, economista)

O auge das vendas no PDS Santa Helena foi nos anos de 2018 e 2019, pois eles conquistaram um edital concorrido da CONAB. Porém, com a chegada da pandemia da COVID-19 em 2020, e conseqüentemente o fechamento das escolas, o corte do PNAE desestruturou esse crescimento, esse momento também coincide com o menor número de repasses de verbas do governo federal para as políticas públicas de fomento à agricultura familiar e, além disso, as feiras livres foram fechadas em decorrência do isolamento social sanitário para conter a doença. Portanto, para muitos agricultores, a entrega de cestas com hortifruti se tornou o único canal de comercialização entre os anos de 2020 e 2022, quando puderam concorrer mais uma vez por um edital na CONAB. Assim mostrou alguns relatos sobre o período pandêmico:

Teve o desmonte do PAA de forma geral, por conta da conjuntura política nacional, então esse foi um canal que já estava se desmobilizando e a pandemia veio piorar um pouco esse quadro, a merenda escolar, que era o principal canal de compra pública, foi totalmente desmobilizado, também desmobilizou completamente a feira de produtores orgânicos também, que mesmo depois da volta das atividades não conseguiu voltar ao que era antes. (T1, pesquisador)

Durante a pandemia também acho que a prefeitura foi pouco atuante com os agricultores em geral, pois as escolas fecharam e simplesmente não teve entregas. (T3, economista)

E esse ano (2023), a gente volta a acessar a CONAB. Ficamos 3 anos sem acessar, pois não foi encaminhado recurso para fazer as compras do necessário, vieram poucos recursos e nem todos foram contemplados. (A8, 63 anos)

Esse foi um cenário semelhante ao investigado na literatura sobre a sobrevivência dos assentamentos de reforma agrária durante o período da pandemia. A interrupção dos meios de trocas entre produtores e setores urbanos, a interrupção de programas de incentivo à agricultura familiar e os cortes orçamentários para os mercados de vendas públicas levou diversas famílias camponesas à miséria e agravou casos de insegurança alimentar (Bastos *et al.*, 2022; Silva *et al.*, 2023; Costa *et al.*, 2023; Aleixo *et al.*, 2023). De acordo com as averiguações, o retorno para uma estabilização do PAA ainda se mostra

abaixo da demanda necessária e os agricultores ainda não estão conseguindo acessar suficientemente os canais de comercializações (Bronoski, 2023; Nakamura, 2023).

Destarte, o retorno às vendas públicas pelo PNAE após um grande período de incertezas aparentou ter ampliado as dificuldades latentes no projeto. Triches (2015) trouxe quais as mudanças necessárias para a efetivação de uma política sólida de alimentação escolar: cuja base seria a articulação entre os atores urbanos e os agricultores familiares, de modo que o cardápio escolar incluía alimentos produzidos localmente. Isso requer quebrar muitos elos consolidados pela cadeia alimentar agroindustrial que acostumou diversos setores da sociedade com produtos ultraprocessados e hiperpalatáveis e os afastaram das raízes regionais da alimentação camponesa. Portanto, inseridos em um sistema que não os favorecem, os camponeses encontram obstáculos para acessar esses espaços e se sentem desmotivados a diversificar a produção.

Pesquisas sobre a implantação do PNAE no território brasileiro elencam como principais adversidades: a precariedade na formação técnica; a falta de documentação do território; normas sanitárias que produzem uma competitividade injusta com cooperativas agroindustriais; e conflitos entre produção dos agricultores e profissionais responsáveis pelos cardápios escolares, como nutricionistas (Triches, 2015; Baccarin *et al.*, 2017; Assis *et al.*, 2019). As insatisfações com os mercados institucionais apareceram com maior frequência em relação à competitividade injusta com pecuaristas em grande escala e a dificuldade de produção de alimentos que os estudantes comam nas escolas.

Ante aos descontentamentos com os mercados institucionais, alguns agricultores visaram apostar nos mercados de troca como principal canal de venda. As feiras livres foram identificadas como uma fonte importante de renda. Nesse âmbito, o EcoSol forneceu capacitações e consultoria para os agricultores conseguirem ingressar na Feira de Orgânicos da Praça XV, uma das maiores feiras orgânicas de São Carlos, muito disputada entre os agricultores familiares. Pois era necessária uma capacitação técnica, a certificação de produção orgânica e o cadastramento da barraca.

Sabourin (2011) classificou as feiras livres como mercados de proximidade, na qual prevaleceriam sentimento de solidariedade pela intercomunicação entre os atores envolvidos e ofertariam respostas endógenas às necessidades regionais da população, uma corrente defendida pela economia solidária, em contraste com os mercados de

concorrência, com sistemas de troca mercantil e voltadas exclusivamente para o lucro. Isso ocorreria, pois, seriam espaços onde as transações eram diretamente entre agricultor e o consumidor, o que geraria mais sociabilidade e empatia. Os agricultores agregaram a essa teoria, pois encontraram nas vendas atravessadas, as feiras e as cestas de hortifruti alternativas para escoar seus produtos quando não produziam o suficiente para as vendas públicas. No entanto, algumas intercorrências chamaram atenção para a inclusão dos camponeses nesses canais de comercialização:

Uma agricultora já comentou uma vez que compensa mais fazer feira do que plantar e é ruim isso, porque plantar também é uma coisa importante. (T1, coordenadora do EcoSol)

Ou seja, as produções estavam cada vez menos diversificadas, pois os agricultores tendiam a vender somente os gêneros com o melhor preço e com maior demanda. Esses produtos eram os minimamente processados, como caldo de cana e pasteis. A medida de permitir somente duas barracas com o mesmo produto por feira gerou uma grande fila de espera e causou insatisfação nos feirantes. No entanto, no que concerne à pesquisa de campo, esse não pareceu ser um fator preponderante para a falta de motivação dos agricultores em plantar, outros componentes apareceram mais fortes como o adoecimento em decorrência do envelhecimento, a infraestrutura de saneamento precário e a morosidade dos órgãos públicos em ouvir as demandas dos assentados, sob o cenário de desgaste da confiança no poder público, eles tenderam se estabilizar naquilo que fornece mais sustentabilidade financeira. A literatura mostrou que as cadeias curtas de produção – onde se inseriram as feiras livres e a venda de cestas – como fomentadoras da diversificação, trocas socioculturais e promotoras da agricultura familiar nos centros urbanos (Silva et al., 2017; Verano & Medina, 2020; Izidoro *et al.*, 2021).

Outro ponto de controvérsia, ora trazido como elemento favorável, ora como desfavorável, foi a Associação dos Produtores Rurais do Santa Helena. Entendeu-se a diferença conceitual entre associação e cooperativa, na qual a primeira estaria mais embricada na organização coletiva social para participação política e a segunda, como um órgão autogestionário de cooperação participativa nas vendas, cuja fundamentação estaria na equidade da distribuição de recursos entre os associados. No entanto, no PDS Santa Helena, ambas formas de organização foram mescladas na Associação. Enquanto os

assentados ainda não eram organizados formalmente, havia muitas barreiras no acesso aos canais de comercialização e políticas públicas para o Assentamento:

E as vendas públicas, no começo tínhamos associação, mas eles não nos aceitavam na secretaria da agricultura. Plantávamos, colhíamos, e jogávamos fora um monte, hoje que temos lugar para vender, não conseguimos nem produzir, pode isso? (A8, 63 anos)

Nessa época, chegou na prefeitura um trator para o assentamento, só que se a associação não tivesse pronta, não poderia ser entregue, ficou lá na secretaria da agricultura de junho até outubro. (A8, 63 anos)

A Associação funcionava como um espaço de reuniões entre os assentados a respeito das demandas do território, assim como na participação coletiva dos canais de vendas públicas, como o PAA e o PNAE, sob o contrato de que 10% dos valores arrecadados nesses editais eram revertidos para a manutenção do espaço, ademais, aqueles que não faziam parte da comercialização pública pagavam uma taxa de dez reais por mês. A gestão era composta de presidente e vice-presidente – cuja função era representar os assentados nos diálogos com instâncias políticas – e o tesoureiro com vice-tesoureiro, responsáveis por administrarem as finanças e as documentações para a manutenção da Associação. Constatou-se que a Associação dos Produtores Rurais do Santa Helena era um espaço importante para a socialização e o debate sobre as necessidades dos assentados:

E, na minha avaliação, por mais que tenham conflitos entre as pessoas, de alta e queda no trabalho, um dos diferenciais do Santa Helena, entre outros assentamentos, é eles conseguirem manter a associação funcionando regularmente como espaço de encontro para discutirem os problemas. (T1, pesquisador)

Para os agricultores, observou-se uma divisão em relação aos benefícios de ser um associado. Por um lado, aqueles com maior participação nas reuniões, cujas fontes principais de comercialização eram as vendas públicas, descreveram favoravelmente a Associação e elencaram, principalmente, como um meio de interlocução com vereadores e secretários/as públicos para conseguir emendas para o progresso do Assentamento, na construção de obras coletivas, como a Escola Novo Horizonte, a Horta Comunitária e a agroindustrial sucroalcooleira orgânica. Além disso, uma agricultora trouxe que a Associação foi uma forma comunicação entre os lotes para manutenção dos vínculos

sociais. Já para outros entrevistados menos engajados nas questões políticas, a Associação foi descrita como cobradora de um preço injusto para se manter associado e não enxergavam melhorias diretas para seus lotes, uma vez que não faziam vendas para a prefeitura. Dos três entrevistados que trouxeram esses pontos, dois não faziam mais parte, pois não viam sentido em se associarem.

Melo & Scopinho (2017) explicitaram as contradições no discurso entre a teoria e a prática no que refere o cooperativismo, pois, a despeito da autonomia gerada pelos processos organizativos, participativos e autogestionários, esta não se reverteria na concretude nas demandas dos sujeitos, de modo a ainda predominar a precariedade no trabalho de produção do campo. Scopinho (2012) detectou, por meio de um estudo sobre cooperação entre assentados na região de Ribeirão Preto, como a cooperativa e a associação tal como imperaria na legislação não estaria preparada para receber sujeitos que saíram de uma condição marginalizada e não foram, devidamente, capacitados para lidar com as cargas burocráticas, dessa forma, a autonomia estaria esvaziada em sua proposição.

Um estudo de caso na cooperativa do Assentamento Mário Lago, conduzido por Melo & Scopinho (2015), corroborou as informações levantadas pela pesquisa de campo em relação às opiniões a respeito dos processos organizativos de uma associação. Entre os fatores avaliados, os sujeitos enxergavam a cooperativa como uma ferramenta de trocas comerciais, sem incorporarem um projeto político e social, tal como teorizam os estudos sobre economia social e solidária. Em consideração das autoras, isso abduziria o sentido do trabalho ao vinculá-lo somente com a mercantilização e, sob a ótica da Psicologia Social, seria um fator de risco para o adoecimento psíquico na manutenção de um imaginário social consolidado em conceituar os trabalhadores do campo como não merecedores de produzir e administrar a terra.

Finalmente, uma potencialidade do PDS Santa Helena esteve na linha de frente do trabalho agroecológico desenvolvido pelas famílias ao longo dos anos. Borsatto (2023) estudou como os grandes oligopólios se apropriaram dos sistemas alimentares hegemônicos para concentrar indústrias de insumos, sementes transgênicas e maquinários e lucrar pela dependência do trabalhador do campo em seus produtos. Consoante ao autor, a alternativa a esse sistema exploratório seria a agroecologia, a qual agregaria conhecimentos científicos e populares, buscaria uma aproximação das ciências do campo

com as ciências humanas ao trazer o fator sociocultural quando for elaborar ações de pesquisa e extensão na circulação de alimentos. A Via Campesina (2008) apontou a Agroecologia como um dos caminhos para alcançar a Soberania Alimentar.

Nesse ínterim, os agricultores do PDS Santa Helena evidenciaram a importância do aprendizado nas práticas agroecológicas e na produção orgânica. Ofertar alimentos saudáveis para a população e contribuir para a manutenção da biodiversidade local trouxe mais significado ao trabalho no campo:

Depois que fizemos os plantios e reflorestamos, tem muitos pássaros diferentes, tucano, pássaro preto, as árvores nativas que colaboraram. (A1, 63 anos)

A gente fornece para a escola, merenda escolar, vende na feira, então as pessoas que vão adquirir nossos alimentos, nós estamos com a consciência de que não estamos contribuindo para um desgaste ou algum problema de saúde de quem vai consumir nossos produtos. (A4, 56 anos)

Já fui intoxicado duas vezes lá no Paraná com veneno de café, veneno de algodão e fiquei péssimo mesmo, então estou insistindo nisso daí (orgânico). (A9, 53 anos)

As respostas dos agricultores estavam em consonância com que apareceu em Marafon (2023) sobre as acepções da agricultura além da produção de alimentos. Ela também contribuiu para construção de paisagens e incorporação da biodiversidade, portanto, não se poderia dissociar natureza e sociedade, uma vez que ambas ocupariam o mesmo espaço. Por isso, ao relatarem a volta dos animais para o Santa Helena, após intensas explorações do solo e diversificarem a paisagem com sistemas agroflorestais, esses agricultores entendiam a sua contribuição para a melhoria da qualidade do território, dessa forma, eles conseguiram se apropriar desses sítios e transformar a significação anterior à ocupação.

Destarte, o movimento agroecológico na América Latina possuiu proeminência a partir dos movimentos sociais, cuja pauta esteve em pressionar o poder público para fornecer meios de subsidiar a autonomia dos camponeses, por meio de políticas públicas, a fim de produzirem em conformidade com um sistema sustentável e socioecológico (Borsatto, 2023; Marafon, 2023). Entretanto, com o intuito de tornar esse caminho

duradouro para os camponeses, caberia ao Estado fornecer ATER para a capacitação em manejo sem uso de insumos químicos, subsidiar o excedente dos custos para viabilizar a produção orgânica diversificada e, sobretudo, solucionar os conflitos com latifundiários vizinhos que espalham agrotóxicos na plantação dos agricultores orgânicos.

Em uma questão exploratória de como os movimentos sociais foram importantes para o desenvolvimento dos agricultores e do Assentamento, uma agricultora contou como foram as capacitações para o manejo com orgânicos que produz em seu lote:

Nós fizemos via Secretaria da Agricultura e o Senar, sindicato rural, tem apoiado bastante, fizemos vários aprendizados, foi bem interessante, apresentar manejo, melhorar a produção orgânica. (A1, 63 anos)

Novamente, observou-se como organizações do terceiro setor foram essenciais para assessorar os assentados no desenvolvimento do PDS, assim como o NuMI-EcoSol e a EMBRAPA. Esse cenário esteve em congruência com Gonçalves & Scopinho (2010), cuja pesquisa sobre os sentidos que os assentados do PDS Mario Lago davam a agroecologia e ao desenvolvimento sustentável. Os autores ressaltaram a preocupação ambiental como potencial aliada para a apropriação dos camponeses dos meios de produção, porém, quando isso se tornou apenas um discurso e as ações práticas foram negligenciadas, a permanência no território ficou mais dificultada.

5.3. A injustiça hídrica como obstáculo para a segurança e soberania alimentar

A questão da água foi a mais citada entre os entrevistados, pois, até a conclusão deste relatório, não havia um poço artesiano e eram obrigados a comprar água potável para consumo. O único sistema de água era por meio de uma bomba d'água que precisava de constantes manutenções. Esse recurso tão essencial para a garantia da qualidade de vida dos agricultores, bem como a produção das lavouras e desenvolvimento dos seus produtos foi negligenciado. Entretanto, a água seria um elemento essencial para garantir a soberania alimentar de uma comunidade, uma vez que ela estaria envolvida em processos de irrigação de lavouras, hidratação dos animais, componente do processamento de matéria prima nas agroindústrias e para consumo ou higiene pessoal.

Em um acompanhamento junto a um parlamentar da Câmara dos Vereadores da cidade de São Carlos, questionou-se sobre a falta de abastecimento de água para os agricultores do Santa Helena, uma vez que foi uma reclamação unânime nas entrevistas:

Lá eles têm um privilégio, uma sorte digamos assim, diferente de outros assentamentos, como o (Assentamento) Nova São Carlos não tem isso, de ter uma represa. E dentro do próprio assentamento, tem uma represa que fornece a água para os lotes e são poucos lotes. (T4, vereador)

De acordo com Shiva (2006), a escassez estaria relacionada com a mercantilização da água e da apropriação dos mananciais autogestionáveis por megacorporações, portanto, a guerra por água se afinaria com a privatização do recurso contra as comunidades ribeirinhas que perderam seus direitos fundamentais. Essa seria, segundo a autora, uma consequência da violência gerada pela revolução verde, pois esse sistema aumentou a demanda de água para agricultura e indústria, gerou desbalanceamento e apropriação do recurso a quem pode pagar pelos canais de desvio dos cursos d'água e centralizou a tomada de decisão da distribuição naqueles que seguiam a lógica do mercado.

Nesse sentido, considerar-se-ia uma forma de terrorismo ambiental a destruição de bacias e aquíferos, de modo a negar que a população mais vulnerável tenha acesso seguro à água doce (Shiva, 2006). Isso se refletiu a partir dos agricultores, quando eles se viram obrigados a consumir água contaminada da represa, a fim de sobreviver da sede, no entanto, isso converteu em intoxicação:

O A3, que estava bebendo essa água da represa, começou a dar problema de estômago, foi ao médico e viu que era contaminação da água. (A8, 63 anos)

As meninas bebendo água da represa, o intestino dos meninos começou a falhar, vieram aqui um dia fazer uma reportagem contra nós, porque deixávamos as crianças tomarem água da represa. Uns bebem água da represa até hoje. E eu trago da cidade. Eu só tenho água para a horta, para os animais, mas é do riozinho aqui, não dá para beber. (A2, 73 anos)

Para garantir acesso a água potável e segura para o consumo e higiene pessoal, foi prometido a escavação de poços artesanais para captação de água do Aquífero do Guarani

e, por meio de bombas elétricas, ela seria distribuída para os lotes do Assentamento. Até a conclusão do projeto, o PDS Santa Helena possuía dois poços artesianos com as bombas inoperantes por defeito. Dessa maneira, os agricultores apontaram algumas dificuldades para realização das tarefas diárias e para condução da agricultura:

Estou aqui a quase 18 anos e falta de água é o nosso problema, as bombas queimam e de vez em quando ficamos sem água para tudo, comer, aguar as plantas, para nossa higiene, já chegamos a ficar 3 dias sem água. (A8, 63 anos)

O maior problema é a água. No começo, foi feito uma promessa que teríamos água. Sem o acesso a água muitos não conseguem prosperar, os poços ficam até 1km, as bombas não suportam, quebram muito, a água potável para beber e fazer comida, contamos com ajuda das chácaras vizinha. (A9, 53 anos)

A questão da água está numa luta, uma demanda difícil ainda, porque a gente conseguiu o recurso para fazer um poço de consumo de água doméstico, e o recurso foi enviado para o SAAE. Tivemos vários encontros, várias conversas e até hoje não resolveu de vim fazer o poço. (A1, 63 anos)

Apesar dos esforços para contatação com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos (SAAE), onde, a princípio, estaria a verba para a construção de novos poços artesianos e manutenção das bombas, o projeto não obteve resposta. Assim, foi necessário o questionamento para os sujeitos entrevistados, agricultores e técnicos, para compreender melhor como foi acordado a realização das obras. De acordo com duas agricultoras, o dinheiro estaria retido no SAAE e a comunicação seria morosa e constantemente adiada. Já segundo uma técnica do Economia Solidária, a questão seria por causa interesses políticos da gestão vigente, a qual não enxerga o PDS Santa Helena como uma prioridade na agenda de distribuição de serviço de água e esgoto.

Observou-se que o PDS Santa Helena vivia um processo de injustiça hídrica, porque, apesar da descrição documental do terreno estar assentado em um ponto estratégico para a preservação do Aquífero do Guarani, o que garantiria certa facilidade para os assentados acessarem água de modo sustentável, isso não foi necessariamente verificado. De acordo com Zwarteveen & Boelens (2011), a escassez hídrica seria um fenômeno determinado pelas relações de poder e interesse do recurso, mais do que uma

questão meramente ambiental, por esse motivo, populações mais vulneráveis ao avanço do capital se mostraram mais ameaçadas pela falta d'água do que outros atores privados, e essa seria uma injustiça hídrica.

Diante disso, ressaltou-se o conflito dos assentados com a usina sucroalcooleira Coopersucar, vizinha a eles, cujos aviões dispersores de agrotóxicos ameaçavam as plantações orgânicas e a criação de animais dos lotes que faziam divisa. Praticamente, a área do Assentamento era uma ilha rodeada pela plantação de cana-de-açúcar da usina, o que os torna vulneráveis às ações dela. Similarmente, Zwartveen & Boelens (2011) descreveram que as relações de poder não se perpetuavam somente por meio das leis e hierarquias explícitas, mas por regras invisíveis e articuladas a parecer natural. Por isso, a escassez hídrica, assim como a fome, foi encabeçada como estrutural, devido a desigualdade socioeconômica e a distribuição desigual dos recursos.

Assim, estar sobre uma reserva de água doce por si só não garantiu a segurança hídrica do Assentamento, pois isso exigiria: vontade política de reconhecer os direitos dos agricultores a uma parcela justa do recurso; medidas técnicas adequadas para o transporte e distribuição para os lotes; e assegurar a administração efetiva da infraestrutura de captação, ou seja, empregar métodos eficazes para que os próprios moradores locais consigam se organizar (Zwartveen & Boelens, 2011).

Destarte, conforme a citação de T2 sobre a falta de interesse na instalação dos poços artesianos pelo SAAE, por causa da gestão vigente no período do projeto, se relacionaria ao que se apurou em outros países da América Latina, cujos conflitos contra a privatização dos serviços de água e esgoto duraram por décadas e as comunidades camponesas, tradicionais e baixa renda foram as mais afetadas pelas lutas históricas. Durante o crescimento do neoliberalismo na década de 1990, o setor hídrico entrou na mira das megacorporações pelo alto valor econômico e energético que ele prometia. Portanto, países latino-americanos se tornaram espaços de experimentação para as parcerias público-privadas, pressionadas pelo Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), isso resultou em uma guerra que opôs os setores lobistas apropriadores dos mananciais e as comunidades que se viram prejudicadas, por causa da desapropriação e pelo alto custo que os serviços chegavam até a população de baixa renda (Van Der Berge, 2011).

Um exemplo de experimentação que resultou em uma crise contemporânea foi o Chile, na qual o Código das Águas de 1981 foi uma herança do período ditatorial e estabeleceu um sistema privativo do domínio das águas. Por conseguinte, a desigualdade hídrica possui respaldo legislativo por não definir prioridade no destino dos recursos hídricos, ao seguir uma fila de chegada que favorece setores poderosos economicamente, e pela falta de reconhecimento da importância dos povos originários para a preservação das fontes de água potável. A situação se agravou por ser um mecanismo inserido constitucionalmente e dificultou a reversão do código, mesmo por governos com discursos de defesa a soberania nacional das águas, como da Michele Bachelet (2006 – 2010) (Lucic & Quiroz, 2011). Consequentemente, previu-se que o Chile viveria uma crise de desabastecimento até 2040, segundo o Instituto Mundial de Recursos (IMR), porque a má gestão dos recursos hídricos desencadeou soluções falhas na chegada de uma seca severa no país (Gutierrez, 2024).

Isso se aproximou perigosamente das diretrizes adotadas pelo novo Marco Legal do Saneamento, por meio da Lei nº 14.026/2020, a qual universalizou os serviços públicos de saneamento ao transferir a responsabilidade pela gestão federal para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e abriu espaço para parcerias público-privadas com base na competitividade e na livre concorrência. Na prática, as empresas poderão disputar regionalmente o controle pelos serviços de água e esgoto e consolidaria o direito à água como mercadoria especulativa no Brasil (Alvez *et al.*, 2023).

E a escassez de água potencialmente desencadeou conflitos pelo acesso aos recursos, uma vez que eles estariam ameaçados, diferentes atores sociais brigaram pelo controle das fontes de água quando há o risco de desabastecimento, inclusive internamente. Há indícios de que isso ocorreu no PDS Santa Helena, devido a fala de um agricultor:

Como eu falo para você que dá uma produção boa? Chega a seca e começa a ser um contra o outro, porque um usa mais água que o outro, mas falta água. Água é pouca, não serve para todo mundo. (A2, 73 anos)

Os estudos que buscaram compreender os processos sob a lente da justiça hídrica documentaram como setores econômico-políticos poderosos controlam o direito da água como material discursivo para promover a acumulação capitalista, entre eles, a naturalização da escassez, como fator meramente ambiental. O argumento mascarava

estresses hídricos, como a seca, e desabastecimento como um fenômeno da natureza, sem considerar a insuficiência de investimento em infraestrutura, técnica e administrativa do poder público em comunidades menos abastadas (Jacobó-Marín, 2022). Observou-se tal situação em alguns agricultores do PDS Santa Helena:

Meu filho traz a água para beber de casa. Agora para molhar as plantas e do rio através das mangueiras, mas quando dá problema eu carrego no balde mesmo. Até parece o sertão, o sacrifício é a falta de água. É muito complicado, pois hoje não posso manter a horta. (A6, 87 anos)

Perdoem quando falo, mas existe também uma dificuldade muito grande para se formar até um pé de bananeira. São muitos os frutos que a gente não deveria ter a dificuldade, mas a gente enfrenta. E é aí que enfrenta a dificuldade com a seca. (A10, 80 anos)

Conforme o relatório registrado pelo Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden, 2024), a região de São Carlos enfrentou uma estiagem severa no ano de 2023, o qual foi registrado como o ano mais seco nos últimos 100 anos, cuja uma estação inteira ficou sem precipitação. Esse prejuízo prejudicou os agricultores em suas produções, os quais encontraram dificuldades no crescimento de hortaliças e frutas, portanto, tiveram dificuldade de atingir as metas necessárias para o PAA e gerar excedentes para vender nas feiras livres.

Ademais, concordante com os teóricos sobre a injustiça hídrica, as comunidades camponesas possuíam baixa prioridade estatal para investimentos em infraestrutura, por isso seriam os mais afetados nos processos de desapropriação. Estudos constataram que a desapropriação hídrica ocorreria, predominantemente de duas formas: formalizada e outorgadas pelo Estado; ou de maneira informal, com o acúmulo de capital pelo tratamento da água como uma mercadoria e, por conseguinte, afastamento dos usuários dos seus direitos (Jacobó-Marín, 2022). Os agricultores relataram a lentidão e inacessibilidade em conversar com o órgão responsável pelo serviço de água e esgoto no Assentamento e como eles se sentiam escanteados na busca pelos seus direitos de produzir, por meio de custos altos nas tarifas e pela baixa qualidade de material na construção de mecanismos de captação de água:

Tínhamos os custos, vinha a energia com aquele valor enorme, tivemos que fazer vaquinha, rifa, até o pessoal da Economia Solidária fez rifa,

porque chegaram a cortar duas vezes durante a pandemia, ficou sem água nenhuma. (A1,63 anos)

A questão da água está numa luta, uma demanda difícil ainda, porque a gente conseguiu o recurso para fazer um poço de consumo de água doméstico, e o recurso foi enviado para o SAAE. Tivemos vários encontros, várias conversas e até hoje não resolveu de vim fazer o poço. (A1, 63 anos)

Nós fomos atrás deles (da prefeitura) para trazer água para nós, eles trouxeram umas caixas de Eternit, umas caixas velhas, que era água para nós e nunca chegou um caminhão-pipa para encher. (A2, 73 anos)

Finalmente, uma evidência de que a escassez de água não proveio de um estado natural foram as semelhanças observadas nos desafios enfrentados pelos agricultores do PDS e da literatura em outros assentamentos da reforma agrária. Mesmo em regiões cujos índices pluviométricos e climáticos eram diferentes da região de São Carlos, diversos artigos abordaram as precariedades na implantação de políticas públicas para levar serviços de saneamento para as comunidades rurais. Com obras inoperantes, ausência da gestão regional para as demandas dos assentados e repasse insuficiente de investimentos, muitos assentamentos precisaram recorrer a parcerias público-privadas para que pudessem garantir, ao menos, fossas sépticas em seus terrenos, de forma individualizada (Galizoni *et al.*, 2006; Lener & Ferreira, 2016; Silva *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2020; Alvez *et al.*, 2023; Ribeiro *et al.*, 2024).

Um estudo, realizado em um assentamento em Restinga de Jurubatiba (RJ), cuja homologação se deu em condições semelhantes ao Santa Helena (solo desgastado pela cana-de-açúcar), expôs que, em oito anos desde a regularização da fazenda como assentamento, a escassez hídrica e má qualidade da água era um problema grave, mesmo assentado em cima de um aquífero de água doce (Lener & Ferreira, 2016). Outro, conduzido por Silva *et al.* (2019) tratou a questão hídrica em um assentamento no semiárido brasileiro, onde o abastecimento da água era feito por carro-pipa e isso prejudicava, na percepção dos assentados, a plantação e manejo dos gêneros agrícolas, além da falta de água para questões básicas como higiene, consumo e limpeza da casa. Assim como os assentados do PDS Santa Helena, essas pessoas também esperavam que as instituições públicas solucionassem o problema.

Alvez *et al.* (2023) trouxeram a situação do Assentamento Pequeno William, na região do Distrito Federal, no qual carece de atendimento de saneamento básico por causa de uma obra inacabada para captação e distribuição de água entre os lotes. Dessa maneira, os assentados se utilizaram de soluções baseadas na natureza para combater a escassez hídrica, como poços escavados manualmente e a implementação de um sistema agroflorestal para tornar a captação da chuva mais eficaz na umidificação do solo e necessitar de menos água para irrigação, ressalta-se que essas técnicas são para a sobrevivência dos assentados, não atendem uma demanda necessária para promover a segurança hídrica do Assentamento.

No PDS Santa Helena, os agricultores conseguiram enfrentar as altas despesas energéticas na distribuição de água com a construção de placas fotovoltaicas em uma parceria de pesquisa e extensão com a EMBRAPA. No entanto, prevaleceu os manifestos de que a água fornecida para consumo doméstico apresentava níveis de sujeira impróprios para o consumo, enquanto as bombas estiverem com defeito.

Em suma, pareceu-nos que os agricultores assentados no PDS Santa Helena se encontravam em vulnerabilidade. Considerando a definição de segurança alimentar e nutricional, ao qual um dos requisitos seria o acesso permanente ao alimento, não foi possível identificar segurança e soberania alimentar entre as pessoas entrevistadas, pois encontramos demandas às necessidades básicas para a sobrevivência e permanência na terra.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) seria uma condição que um indivíduo ou uma família possui de adquirir alimentos em quantidade e qualidade compatível ao seu modo de vida, de maneira que não prejudicaria a sua saúde física ou emocional. Além da falta de alimentos, a SAN compreenderia a expectativa de fazer refeições balanceadas, diversificadas e perenes.

Por isso, a pesquisa investigou em quais situações houve privação de alimentos para os entrevistados. Tivemos relatos de escassez de comida nas vivências dessas pessoas, geralmente, referente ao período de trajeto entre os acampamentos e no início do PDS Santa Helena. Em face do exposto, eles precisaram encontrar estratégias de sobrevivência para enfrentarem a fome. Portanto, muitos recorriam a doações de familiares quando lhes faltavam recursos, mas também elaboraram ações coletivas e soluções baseadas em saberes tradicionais, de modo a transformar a realidade biopsicossocial, como comunidade ou indivíduos, por meio da construção de novas memórias alimentares. De acordo com Arruda *et al.* (2017), a maioria dos moradores do Santa Helena se encontravam em Insegurança Alimentar Leve, seguida de Insegurança Alimentar Moderada durante os primeiros anos de Assentamento, antes de se integrarem aos mercados institucionais.

Em momentos mais contemporâneos, percebeu-se uma melhoria no acesso aos alimentos em quantidade e qualidade, principalmente por causa das plantações de hortifrutis dos lotes, a venda do excedente e o recebimento de aposentadoria, o que forneceu maior segurança financeira. Evidenciou-se que seus hábitos alimentares se constituíam de vegetais, frutas, laticínios, ovos e carnes, dos quais, a maioria era adquirido no próprio lote. As carnes e alimentos ultraprocessados eram descritos como desejosos e de difícil acesso por razão do e da dificuldade de se deslocar até a cidade para comprar comida em supermercado. Algumas pessoas, especialmente os mais velhos, relataram vontade de modificar a alimentação e incluir grupos alimentares para manutenção da saúde, porém, não contavam com visitas de profissionais. Apenas aqueles com condução tinham acesso aos serviços de saúde no município.

De acordo com a Via Campesina (2008), a Soberania Alimentar seria um princípio norteador da luta camponesa pela reforma agrária, pois expandiu o conceito de SAN que, além do acesso aos alimentos, daria aos povos os direitos para produzirem e opinarem

sobre as políticas agrícolas, com respeito às diversidades socioculturais dos territórios. Nesse sentido, a Soberania Alimentar se sustentaria pelos pilares da agroecologia, sustentabilidade ambiental e fortalecimento das comunidades locais (Altieri, 2010). Nesse sentido, acentuou-se a elaboração das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (o PAA e o PNAE) como benéficas quando priorizaram a compra de alimentos dos agricultores familiares (Vinha & Schiavinatto, 2015). Da mesma forma como propôs o Projeto de Desenvolvimento Sustentável de fazer um consórcio entre a produção agroecológica e o fortalecimento das técnicas de produção camponesa.

Dessa forma, a Soberania Alimentar incluiria as diversidades ambientais envolvidas na produção do alimento: a fertilidade do solo, a disponibilidade de recursos hídricos e obtenção de sementes e materiais para garantir a autonomia na plantação. Por conseguinte, quando há comprometimento em algum desses elementos, a independência dos agricultores fica prejudicada.

Portanto, identificou-se na pesquisa uma situação de vulnerabilidade do PDS Santa Helena em relação à Soberania Alimentar, pois havia o descaso das instituições públicas aptas a fornecer assistência técnica e extensão rural para os moradores, por conseguinte, somado ao cansaço dos agricultores e a inacessibilidade aos serviços de saúde básica para um envelhecimento ativo, gerou a descrença na produção agrícola dos lotes. Ademais, constatou-se déficits em redes de infraestruturas básicas capazes de suprir as necessidades dos lotes, como o fornecimento de água potável.

Algumas limitações a serem levantadas foi a subjetividade da realidade apresentada. Em razão da opção por uma pesquisa qualitativa, a qual seguiu uma forma mais livre de entrevistar os sujeitos, a generalização não seria permitida. Apesar das apresentações de situações semelhantes a outros processos organizativos ao redor do Brasil e do mundo, cada situação possui a sua singularidade e elementos particulares na vida e na memória dos atores envolvidos, inclusive do pesquisador.

Além disso, o estudo foi tomado com base no discurso dos agricultores e dos técnicos entrevistados, longe de compreender uma totalidade dos fatos. Cuidou-se para analisar as informações obtidas com o olhar crítico e cético e cruzou-se com outras fontes, como documentais e científicas. Portanto, seria axial outras pesquisas no campo da Psicologia Social para o aprofundamento na situação do camponês no Brasil e como a violência sofrida no campo pode afetar a saúde dessa população.

7. REFERÊNCIAS

- Afonso, M. L., & Scopinho, R. A. (2015). Mulheres camponesas: identidades que resistem. **Revista de Estudos Universitários - REU**, 41(2).
- Aleixo, S., Fernanda, M., & Schottz, V. (2024). Impacto da pandemia na execução do PNAE em municípios do estado do Rio de Janeiro no ano de 2020. **Segurança Alimentar E Nutricional**, 30, e023036–e023036. <https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8673513>
- Almeida, J. A., Santos, A. S., Nascimento, M. A. de O., Oliveira, J. V. C., Silva, D. G. da, & Mendes-Netto, R. S. (2017). Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(2), 479–488. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.27102015>
- Altieri, M. A. (2012). AGROECOLOGIA, AGRICULTURA CAMPONESA E SOBERANIA ALIMENTAR. **REVISTA NERA**, 16, 22–32. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i16.1362>
- Alves A. M., Maria, L., & Dias C. M. (2022). Paisagem de injustiça hídrica no Assentamento Pequeno William do MST no Distrito Federal: práticas agroecológicas de sobrevivência ou soluções baseadas na natureza (SbN)? **Revista Epistemologias Do Sul**, 6(2). <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/4032>
- Agência Senado (2022). Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. Brasília, DF. <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>
- Amaral, V. R. do, & Basso, D. (2016). Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica. **COLÓQUIO - Revista Do Desenvolvimento Regional**, 13(1), 181–200. <https://doi.org/10.26767/386>
- Arruda, T. P. de, Cardozo, D. R., Almeida, L. M. de M. C., Ferrante, V. L. S. B., & Filho, R. B. (2017). Entraves e soluções da comercialização: resultados do Método Índice UFScar para o PDS/Assentamento Santa Helena, São Carlos/SP/Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Ano XXVI(2), 31–44.
- Assis, T. R. de P., França, A. G. de M., & Coelho, A. de M. (2019). Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros | Este artigo resulta de pesquisa apoiada pela Fapemig. **Revista de Economia E Sociologia Rural**, 57, 577–593. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.187826>
- Baccarin, J. G., Triches, R. M., Teo, C. R. P. A., & Silva, D. B. P. da. (2017). Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **Revista de Economia E Sociologia Rural**, 55, 103–122.

- Belik, W., & Siliprandi, E. (2012). Hábitos Alimentares, Segurança e Soberania Alimentar. In Qualidade de Vida Evolução dos Conceitos e Práticas no Século XXI. **Ipes Editorial**, (1), 187 – 195.
- Breitenbach, R. (2020). ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS DA PANDEMIA NA AGRICULTURA FAMILIAR. **Desafio Online**, 9(1).
<https://doi.org/10.55028/don.v9i1.10941>
- Bronoski B. (2023). Promessa do governo Lula para tirar o Brasil da fome, PAA contratou menos da metade da demanda da sociedade. **O Joio e o trigo**. Disponível em: <
<https://ojoioetrigo.com.br/2023/12/promessa-do-governo-lula-para-tirar-o-brasil-da-fome-paa-contratou-menos-da-metade-da-demanda-da-sociedade/>>
- Cal Bastos, R., de Souza, G. B. P., & de Loreto, M. das D. S. . (2023). Impactos da Pandemia em Alimentos e Agricultura: Estratégias mitigadoras no contexto do PNAE do município de Coimbra/MG, Brasil. **Desenvolvimento Em Questão**, 21(59), e12230.
<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.12230>
- Camargo, R. A. L., Bocca, M. F., Almeida, O. L., Pinotti, L. R. R., & Micheletto, A. P. (2020). Plantar prá que? Os efeitos do esvaziamento do PAA no assentamento Córrego Rico - SP. **Retratos De Assentamentos**, 23(1), 143-180.
- Camargo, R. A. L., Baccarin, J. G., & Silva, D. B. P. da. (2013). O PAPEL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR. **Editora Unesp**.
- Campos, M. P. (2023). Política agrária e desdemocratização nos governos Temer e Bolsonaro. **Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado**, 13(31), 40–62.
<https://doi.org/10.32335/2238-0426.2023.13.31.10780>
- Canesqui, A. M. & Wanda, R. (2005). Antropologia e nutrição: um diálogo possível. In **BiblioBoard Library Catalog (Open Research Library)**.
<https://doi.org/10.7476/9788575413876>
- Cardoso, M. E. (2023). RESILIÊNCIA DOS SISTEMAS ALIMENTARES NO SEMIÁRIDO: CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS FRENTE À CRISE. **Emblemas**, 20(01).
<https://doi.org/10.5216/emb.v20i01.73578>
- Caregnato, R. C. A., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem**, 15(4), 679–684.
<https://doi.org/10.1590/s0104-07072006000400017>
- Castro, J. (1984). In Geografia da Fome (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO). **Antares**, (10).
- Cataño Hoyos, C. J., & D’Agostini, A. (2017). SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS/Food Security and Food

- Sovereignty: convergences and divergences. **REVISTA NERA**, 35, 174–198.
<https://doi.org/10.47946/rnera.v0i35.4855>
- Cattelan, R., Moraes, M. L. de, & Rossoni, R. A. (2020). A REFORMA AGRÁRIA NOS CICLOS POLÍTICOS DO BRASIL (1995 – 2019)/ Agrarian reform in political cycles of Brazil (1995 – 2019)/ Reforma agraria en los ciclos de Brasil (1995 – 2019). **REVISTA NERA**, 55, 138–164. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i55.6907>
- Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. (2024). Índice Integrado de Seca IIS6. Disponível em: < <https://mapasecas.cemaden.gov.br/#iis6>>
- Christoffoli, P., Fernandes, R., Christoffoli, G., & Presa, R. (2021). POLÍTICAS PÚBLICAS E A DISPUTA DE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO. O PAA E PNAE SOB ATAQUE DO AGRONEGÓCIO?. **Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária**.
- Claudino, L. S. D. (2020). IMPACTOS DOS PRIMEIROS MESES DE PANDEMIA DE COVID-19 PARA A AGRICULTURA FAMILIAR PARAENSE E COMO A AGROECOLOGIA PODE APOIAR A SUPERAÇÃO. **Ambiente: Gestão E Desenvolvimento**, 40–54. <https://doi.org/10.24979/ambiente.v1i1.832>
- Companhia Nacional de Abastecimento. (2023). Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em:
<https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>
- Companhia Nacional de Abastecimento (2017). A Conab. Disponível em
[https://www.conab.gov.br/institucional#:~:text=A%20Companhia%20foi%20criada%20por,Brasileira%20de%20Armazenamento%20\(Cibrazem\).](https://www.conab.gov.br/institucional#:~:text=A%20Companhia%20foi%20criada%20por,Brasileira%20de%20Armazenamento%20(Cibrazem).)
- Confederação Da Agricultura E Pecuária Do Brasil (CNA). Empreendedores Familiares Rurais. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/areas-de-atuacao/empreendedores-familiares-rurais#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20national%20dos%20Empreendedores>
- Coraggio, J. L. (2017). Economia Social e Solidária: os alcances do projeto e da política. In Economia solidária e os desafios globais do trabalho. **EDUFSCAR**.
- Costa, A. B. da , & Rodrigues, C. (2001). Estratégias de Sobrevivência de Famílias em Luanda e Maputo. **Estudos de Desenvolvimento**, 6, 69–81.
- Costa, M. S., Silva, C., & Matielo, E. (2023). Insegurança alimentar na pandemia da COVID-19. **Segurança Alimentar E Nutricional**, 30, e023029–e023029.
<https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8670933>
- Damasceno Nogueira, V. M. (2019). Uma síntese histórico jurídica da segurança alimentar e nutricional e do impacto ambiental dos agrotóxicos. **Revista Da Defensoria Pública Da União**, 12, 381–405. <https://doi.org/10.46901/revistadadpu.i12.p381-405>

- De Melo, Z. M., Brum, M. F., Da Silva, A. M. C. S., Meira, Dã. D., & Sales, M. D. C. (2017). MARCOS REFERENCIAIS NA TRAJETÓRIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: PANORAMA MUNDIAL E NACIONAL. **Pensar Acadêmico**, 15(1), 95–108. <https://doi.org/10.21576/rpa.2017v15i1.15>
- Dos Santos, M. L., & Fontão, P. A. B. (2022). TERRITÓRIO ALIMENTAR EM DISPUTA: A CONSTITUIÇÃO DE DESERTOS E PÂNTANOS ALIMENTARES A PARTIR DA LÓGICA DE DISTRIBUIÇÃO DE ULTRAPROCESSADOS. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica E Da Saúde**, 34–45. <https://doi.org/10.14393/hygeia64154>
- Duarte, L. C., Weber, C., Amorim, G. dos S., Spanevello, R. M., & Lago, A. (2020). Mercados para a agricultura familiar. **Brazilian Journal of Development**, 6(7), 44370–44384.
- Dutra, R. M. S., & Souza, M. M. O. de. (2017). CERRADO, REVOLUÇÃO VERDE E A EVOLUÇÃO NO CONSUMO DE AGROTÓXICOS. **Sociedade & Natureza**, 29(3), 469–484. <https://doi.org/10.14393/sn-v29n3-2017-8>
- Duval, H. C., Valencio, N. F. L. S., & Ferrante, V. L. S. B. (2009). Da Terra ao Prato: a Importância da Memória nas Estratégias de Segurança Alimentar de Famílias Assentadas. **Retratos De Assentamentos**, 12(1), 189-216. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2009.v12i1.53>
- Fernandes, L. M. C., et al. (2022). AGRICULTURA FAMILIAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO município de Itapecuru Mirim - MA no período de 2010 a 2020. **CIÊNCIAS AGRÁRIAS: O AVANÇO DA CIÊNCIA NO BRASIL - VOLUME 3**, 3(1), 173–189.
- Ferraz, L., Alves, J., & Ferretti, F. (2017). A vulnerabilidade ocupacional do idoso no meio rural. **Saúde & Transformação social/Health & Social change**, 8(1), 47–60. recuperado de <https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4165>
- Figueredo, C. (2019). A política de assentamento rurais executada pelo INCRA: os gargalos na implantação e acompanhamento dos projetos de assentamento. **UTFP**.
- FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA (2001). Declaración Final: Por el derecho de los Pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria. **Havana, Cuba**. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/declaracion-final-del-foro-mundial-sobre-soberania-alimentaria>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- Galizoni, F. M., Ribeiro, E. M., Lima, Isaias, S., & Chiodi, R. E. (2006). CONSUMO DE ÁGUA, ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E ESCASSEZ HÍDRICA: UM LEVANTAMENTO PRELIMINAR COM FAMÍLIAS RURAIS NO ALTO JEQUITINHONHA. **AgEcon Search**. <https://doi.org/10.22004/ag.econ.148164>

- Gomes, G. C., Moreira, R. da S., Maia, T. O., Santos, M. A. B. dos, & Silva, V. de L. (2021). Fatores associados à autonomia pessoal em idosos: revisão sistemática da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26(3), 1035–1046. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021263.08222019>
- Gonçalves, J. C., & Scopinho, R. A. (2010). Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: a Difícil Construção de um Assentamento Agroecológico em Ribeirão Preto-SP. **Retratos De Assentamentos**, 13(1), 239-262. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2010.v13i1.72>
- Grigol N., Molina, S., Gustavo, & Elisa, M. (2022). Produção para autoconsumo e segurança alimentar entre assentados rurais do Alto Xingu, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Economia E Sociologia Rural**, 60(2). <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.233195>
- Grisa, C., & Schneider, S. (2015). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. **Ed. da UFRGS**.
- Grisa, C., & Porto, S. I. (2023). Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **Revista de Economia E Sociologia Rural**, 61(3). <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.259390pt>
- Grisa C., & Schneider, S. (2008). “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. 46(2), 481–515. <https://doi.org/10.1590/s0103-20032008000200008>
- Gutierrez R. (2024). Seca persistente está esgotando água potável no Chile. **Agência Brasil**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-03/seca-persistente-esta-esgotando-agua-potavel-do-chile>>
- Henig, E. V. (2023). Do céu ao inferno: a trajetória do programa de aquisição de alimentos. **Revista Videre**, 15(32), 102–117.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Pesquisa de Orçamentos Familiares. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2013). Projeto de Assentamento. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>
- Izidoro, L. T., Botta Ferrante, V. L. S. ., Aly Junior, O. ., & Gomes Júnior, N. . (2020). O abastecimento alimentar de Araraquara/SP por meio das cadeias curtas de comercialização e sua relação com a agricultura familiar. **Retratos De Assentamentos**, 23(2), 97-130. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2020.v23i2.448>

- II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2016).
https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PLANSAN%202016-2019_revisado_completo.pdf
- Jacobo-Marín, D. (2022). Justicia hídrica y derechos comunitarios de agua: una revisión teórica. **Captura Críptica: Direito, política, atualidade**, 11(1), 61–82. Recuperado de <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/5761>
- Jodelet, D. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade E Estado**, 24(3), 679–712. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922009000300004>
- Jodelet, D. (2018). Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. **Sociedade E Estado**, 33(2), 423–442. <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183302007>
- Jodelet, D., & Loprete, L. (2015). Problemáticas psicossociais da abordagem da noção de sujeito. **Cadernos de Pesquisa**, 45(156), 314–327. <https://doi.org/10.1590/1980531432037>
- Konrad, A. Z., & Ferretti, F. (2023). CONCEPÇÕES DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E ATIVO DE IDOSOS MORADORES DO MEIO RURAL. **Estudos Interdisciplinares Sobre O Envelhecimento**, 28. <https://doi.org/10.22456/2316-2171.118390>
- Le Tourneau, F.-M., & Bursztyn, M. (2010). Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. *Ambiente & Sociedade*, 13(1), 111–130. <https://doi.org/10.1590/s1414-753x2010000100008>
- Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional, Lei n.º 11.346 (2016) (Brasil). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm
- Lerner, F., & Ferreira, M. I. P. (2016). Avaliação de escassez hídrica em comunidades rurais no entorno de unidades de conservação de proteção integral: índice de pobreza hídrica no assentamento João Batista Soares, Restinga de Jurubatiba, RJ, Brasil. **Boletim Do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, 10(2), 103. <https://doi.org/10.19180/2177-4560.v10n22016p103-118>
- Li, C., Jiang, S., & Zhang, X. (2019). Intergenerational relationship, family social support, and depression among Chinese elderly: A structural equation modeling analysis. **Journal of Affective Disorders**, 248, 73–80. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2019.01.032>
- Lima, W. M. da S. (2020). Do conflito à re-volta: O deslocamento campo-cidade-campo entre camponeses em Alagoas. **Repositório UFAL**. <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/7485>
- Lizarraga, P. (2024). Atlas dos Sistemas Alimentares. **Expressão popular**. ISBN:978-65-5891-124-1

- Louzada, M. L. da C., Canella, D. S., Jaime, P. C., & Monteiro, C. A. (2021). Alimentação e saúde. In www.livrosabertos.abcd.usp.br. **Portal de Livros Abertos da USP**. <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/339>
- Lucic, M. C., Quiroz L. (2011). La Crisis Del Agua em Chile: el futuro de Chile requiere una nueva política de agua. In Justicia Hídrica. Acumulación, conflicto y acción social. **Instituto de Estudios Peruanos**.
- Marafon, G. J. (2023). Paisagem rural e agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro. In Revisitando O Território Fluminense VII. **EdUERJ**.
- Marin-Leon, L., Francisco, P. M. S. B., Segall-Corrêa, A. M., & Panigassi, G. (2011). Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 14, 398–410.
- Marques, P. E. M. (2015). Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança Alimentar E Nutricional**, 17(2), 78. <https://doi.org/10.20396/san.v17i2.8634795>
- Melo, T. G. de, & Scopinho, R. A. (2018). Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade E Estado**, 33(1), 61–84. <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301003>
- Minayo, M. C. de S. (2002). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. **Editora Vozes**, 21a ed.
- Ministério da Agricultura e Pecuária. (2023). “Lei Nº 14.628/2023”. Portal Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2023/lei-14628-20-julho-2023-794455-norma-pl.html>
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2003). Programa de Aquisição de Alimentos. Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (2009). “Lei nº 11.947/2009”. Portal Câmara dos Deputados. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11947-16-junho-2009-588910-norma-pl.html>
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2006). “Decreto-Lei nº 11.346/2006”. Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/leis/lei-no-11-346-de-15-de-setembro-de-2006>
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2020). O Incra. Disponível em: <
<https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-incra>>
- Ministério de Minas e Energia. (2021) Programa Luz para Todos. Governo Federal. Disponível em: <<https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos>>

- Melo, T. G., & Scopinho, R. A. (2016). PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS: ESTUDO SOBRE OS SENTIDOS DO TRABALHO. *Psicologia Em Estudo*, 20(4), 529-541. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i4.25776>
- Moraes, V. D. de, Machado, C. V., & Magalhães, R. (2021). O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: dinâmica de atuação e agenda (2006-2016). *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(12), 6175–6187. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.33262020>
- Nakamura P. (2024). Com frutas e legumes, bancos de alimentos combatem a fome, mas alcance é insuficiente. **Brasil de Fato**. Disponível em: <
<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/18/com-frutas-e-legumes-bancos-de-alimentos-combatem-a-fome-mas-alcance-e-insuficiente>>
- Nogueira, K., & Grillo, M. D. (2020). Teoria das Representações Sociais: história, processos e abordagens. *Research, Society and Development*, 9(9), e146996756. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.6756>
- Oliveira, F. H. F. de. (2022). O envelhecimento do ser no espaço: memórias de idosos em contextos de luta e conquista da terra no Pontal do Paranapanema - São Paulo – Brasil. **Unesp**.
- Oliveira, F. H. F. de, & Feliciano, C. A. (2023). A espacialidade do envelhecimento em memória autobiográfica no Pontal do Paranapanema. **Retratos De Assentamentos**, 26(1), 22-35. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2023.v26i1.544>
- Oliveira, M. S. B. S. de. (2004). Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19, 180–186. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200014>
- Pereira, J. da S., Siqueira, N. da S., Alencastro, P. de O. R., Palma, K. A. X. A., Lampert, M. A., Ponte, A. S., & Delboni, M. C. C. (2020). Representações Sociais acerca do processo de Envelhecimento no meio rural. *Revista Kairós-Gerontologia*, 23(2), 457–475. <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2020v23i2p457-475>
- Pinheiro, A. R. de O. (2015). Reflexões sobre o processo histórico / político de construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar E Nutricional**, 15(2), 1–15. <https://doi.org/10.20396/san.v15i2.1813>
- Rego, D. A., Imbirussu, E., Oliveira, J., & Oliveira, G. (2021). SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR: CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATRIBUTOS. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, 2(49). <https://doi.org/10.21452/rde.v2i49.7210>
- Rezende. (2024). Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia. Ipea.gov.br. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2707>

- S. Maluf, R., A. Zimmermann, S., & Jomalinis, E. (2021). Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). **Estudos Sociedade E Agricultura**, 29(3). <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-2>
- Sabourin, E. (2011). Teoria da reciprocidade e sócio-antropológico desenvolvimento. **Sociologias**, 13, 24–51. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200003>
- Santos, G. T. dos, & Dias, J. M. de B. (2015). Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. **Artigo PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades Do Curso de Ciências Sociais Da UNIFAP**, 8(1), 173–187.
- São Carlos em Rede. (2023). Tarde quente: Câmara discute se derruba veto de Airton a projeto que proíbe pulverização aérea de agrotóxicos em São Carlos. Disponível em: <<https://saocarlosemrede.com.br/pulverizacao-aerea-de-agrotoxicos/>>
- Saravalle, C. Y., Lopes, P. R., Franceschini, G., Freire, L., & Esquerdo, V. F. de S. (2016). Projeto de desenvolvimento sustentável santa helena - São Carlos/SP: uma problematização das oportunidades, fraquezas, ameaças e fortalezas. **Retratos De Assentamentos**, 19(1), 99-115. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i1.201>
- Silva, M. Z. T. da. (2020). A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. **Configurações**, 25, 97–111. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.8626>
- Silva, M., & Bragança, R. (2020). A relação sócio-produtiva da água no Assentamento Volta à Terra no Recôncavo da Bahia. **Cadernos de Agroecologia**, 15(2). <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/4298>
- da Silva, K. B., Silva, C. J., de Siqueira, J. I. S., & Xavier Filho, J. L. J. (2023). A importância das políticas públicas no contexto da agricultura familiar em meio a pandemia no Brasil: uma revisão narrativa. **Revista De Gestão E Secretariado**, 14(8), 13336–13347. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i8.2472>
- Silva, Silva, Rozângela, F., & Beatryz, F. (2019). A escassez hídrica na zona rural: o consumo de água sob a perspectiva dos agricultores de um assentamento no município de Pombal-PB. **Research Society and Development**, 8(6), e36861038–e36861038. <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i6.1038>
- Schmitt, C. J. (2005). Aquisição de alimentos da agricultura familiar Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, 14(2), 78–88.
- Scopinho, R. A. (2009). Qualidade de vida versus condições de vida: um binômio dissociado. **Trabalho, Educação E Saúde**, 7(3), 599–607. <https://doi.org/10.1590/s1981-77462009000300013>

- Scopinho, R. A. (2010). Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(suppl 1), 1575–1584. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232010000700069>
- Scopinho, R. A., Gonçalves, J. C., & Melo, T. G. (2016). Entre os seres e as coisas do mundo: representações sociais de trabalhadores rurais assentados sobre agroecologia. **Retratos De Assentamentos**, 19(2), 167-187. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i2.242>
- Scopinho, R. A., & Granero de Melo, T. (2017). Ruralidades precárias, políticas públicas e trabalho em assentamentos rurais da região de Ribeirão Preto-SP. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, 37(1), 7–20. <https://doi.org/10.37370/raizes.2017.v37.47>
- Seminotti, J. J. (2021). O programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, 3(3), 110–127.
- Ribeiro, E. M., Galizoni, F. M., Cruz, G. C. da, & Silva, K. de A. (2024). Agricultura familiar e programas de abastecimento de água no gerais do Alto-Médio rio São Francisco, Minas Gerais. **Revista de Economia E Sociologia Rural**, 62, e274867. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.274867>
- Romanelli, G., & Bezerra, N. M. de A. (1999). Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, 9(16), 77–87. <https://doi.org/10.1590/s0103-863x1999000100008>
- Shiva, V. (2006). Guerras por água: Privatização, Poluição e Lucro (1st ed.). **Radical Livros**.
- Tafuri, D. M. (2019). Deus e o Diabo na terra da cerca: a educação como expressão da luta pela terra no Assentamento Santa Helena. **UFSCar**.
- Tecchio, A., Cazella, A. A., Sabourin, E. P., & Cortes, G. (2019). Estratégias Alimentares de Famílias Rurais Pobres na Região Oeste de Santa Catarina. **Redes**, 24(3), 217-240. <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14126>
- Tomé, A., & Formiga, N. (2021). Pensamentos e sentimentos sobre envelhecimento: um estudo das representações sociais em produtores rurais de Diamantino – MT. **Revista Psicologia, Diversidade E Saúde**, 10(1), 26-36. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v10i1.3294>
- Triches, R. M. (2015). Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil (pp. 181–201). **UFRGS editora**.
- Van der Berge, J. (2011). Acumulación y expropiación de los derechos de agua potable por parte de las empresas multinacionales. In Justicia Hídrica. Acumulación, conflicto y acción social. **Instituto de Estudios Peruanos**.

- Verano, T. C., & Medina, G. (2021). Feiras que promovem a inclusão de agricultores familiares em cadeias curtas de comercialização. **Estudos Sociedade E Agricultura**, 29(1), 197. <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-11>
- Vía Campesina (2008). Agricultura Campesina y Soberanía Alimentaria Frente a la Crisis Global. **Carta de Maputo: V Conferencia Internacional de La Vía Campesina**. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/carta-de-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-vcampesina/>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- Vinha, J. F. de S. C., & Schiavinatto, M. (2015). SOBERANIA ALIMENTAR E TERRITÓRIOS CAMPONESES: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) (Food sovereignty and peasants territories: an analysis of the Food Acquisition Program (FAP)). **REVISTA NERA**, 26, 183–203. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i26.3576>
- Woortmann, E. F. (2013). A Comida como Linguagem. **Revista Habitus - Revista Do Instituto Goiano De Pré-História E Antropologia**, 11(1), 5–17. <https://doi.org/10.18224/hab.v11.1.2013.5-17>
- Woortmann, E., & Cavignac, J. A. (2017). Ensaio sobre a Antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios. **EDUFRN - Ciências Humanas** <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22015>
- Woortmann, K. (1978). Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final (20th ed., p. 183)
- World Health Organization (2005). ENVELHECIMENTO ATIVO: UMA POLÍTICA DE SAÚDE.
- Zwarteveen, M., & Boelen, R. (2011). La investigación interdisciplinaria referente a la temática de justicia hídrica: unas aproximaciones conceptuales. In Justicia Hídrica. Acumulación, conflicto y acción social. **Instituto de Estudios Peruanos**.
- 2o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e SAN. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>.

ANEXOS

Anexo 1. Entrevista semiestruturada para os agricultores do PDS Santa Helena

1. DADOS PESSOAIS

Nome:

Idade:

Gênero/Sexo:

Raça:

Estado civil:

Quantas pessoas moram no lote?

Sabe ler ou escrever?

Você veio de outra região ou nasceu aqui? De onde você veio?

Como chegou ao Santa Helena?

2. TRABALHO E RENDA

O que você planta na sua propriedade?

Onde você comercializa esses produtos?

Qual o destino dos produtos que não forem vendidos?

A comercialização dos produtos é suficiente para geração de renda, na sua opinião?

Você sente ter liberdade para plantar o que deseja?

Quantas horas em média você trabalha na produção agrícola por dia?

Quantos dias por semana você trabalha na produção agrícola?

Você sente ter autonomia para aplicar as técnicas que você conhece sobre sua plantação?

Como você sente sua relação com o INCRA?

Você precisa adaptar sua plantação para se encaixar nas exigências do PAA e PNAE (caso utilize do PAA e o PNAE)?

3. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Como é sua alimentação no dia a dia? Se puder descrever uma rotina normal de alimentação, por favor.

O que você acha que pode melhorar na sua alimentação? Se houver.

Você já passou alguma situação que faltou/tivesse medo de faltar comida? Como fez para contornar essa situação?

Hoje em dia, você sente que falta alguma coisa na sua alimentação? O que?

Você já sentiu que a falta de dinheiro te priva de algum alimento que deseja? E hoje em dia? Como você contorna essa situação?

Durante a pandemia você sentiu faltar algum grupo alimentar no seu dia a dia? Como você contornou essa situação?

Fale algum contato para enviar uma cópia da entrevista, por favor.

Anexo 2. Questionário para os técnicos e pesquisadores entrevistados.

Como é o trabalho na cooperativa do Santa Helena? Quem participa? Associação Economia Solidária

Quais são os pontos que ocorrem feiras do assentamento? Como os agricultores se organizam para essas feiras?

Há algum trabalho de parceira dos agricultores com outros restaurantes pela cidade?

Durante a pandemia, como foi a comercialização de produtos pelos agricultores?

Na sua opinião, os trabalhos dos agricultores em feiras trazem uma boa renda para eles?

Como você descreveria a atuação das políticas alimentares de São Carlos?

Qual a aproximação de setores da sociedade urbana com o campo quando se trata em discussão de políticas alimentares?

Qual a importância de ter um conselho regional de segurança alimentar para elaboração e funcionalidade das políticas públicas?

Qual é o papel dos Assentamentos e da agricultura familiar da região nas políticas de segurança alimentar?

Você considera que a importância da agricultura familiar é devidamente veiculada para a sociedade urbana?

Você considera que os agricultores familiares da região têm acesso a tecnologias e recursos para uma soberania alimentar?

Atualmente, quais são as políticas públicas em funcionamento em São Carlos?

Você considera que essas políticas atingem de forma igualitária os agricultores familiares da região?

Anexo 3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

A Senhora/o senhor está sendo convidada(o) para participar da pesquisa “PERCEPÇÕES SOBRE A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO SANTA HELENA”.

O objetivo é investigar as percepções de segurança e soberania alimentar em famílias assentadas no PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Santa Helena. Espera-se conseguir uma entrevista com o senhor/a senhora chefe de família assentada no PDS Santa Helena. Ainda, peço a permissão para fazer observações e anotações sobre seu cotidiano no assentamento, tal como sua socialização, seus hábitos alimentares, suas ocupações dentro do assentamento e o trabalho no campo. Sua participação é livre e voluntária, portanto, a senhora/o senhor é livre para interromper as perguntas quando sentir a necessidade, bem como pedir para que a pesquisadora não faça mais anotações,

observações ou gravações. Se as respostas já tiverem sido coletadas, a senhora/o senhor pode entrar em contato com a pesquisadora por meio do e-mail (helenafrs@estudante.ufscar.br) para solicitar o apagamento de todos os dados coletados referente à sua participação na pesquisa.

A coleta de informações será feita por entrevistas qualitativas que vão investigar seu histórico e sua trajetória anterior à chegada do assentamento, como foi a construção do seu cotidiano no assentamento até o momento presente, questionar se a senhora/o senhor e/ou sua família tiveram alguma história de insegurança alimentar, assim como perguntar como o senhor/a senhora entende os conceitos de soberania e segurança alimentar. O tempo estimado da entrevista pode variar conforme as respostas dadas, mas terá uma média de 40 minutos.

As suas respostas, bem como as anotações serão tratadas de modo a preservar sua identidade, caso não queira se identificar, e somente as informações estritamente necessárias para a discussão da pesquisa serão colocadas na versão final do trabalho e será tratado diretamente com o senhor/a senhora sobre quais passagens poderão ser utilizadas, em qual contexto. O trabalho final será lido para o senhor/a senhora para a sua aprovação se as informações podem ser publicadas em artigos científicos posteriores.

A participação nas pesquisas e as observações não trarão riscos imediatos ou físicos. Porém, algumas perguntas poderão trazer uma sensação de desconforto, evocar lembranças ou sentimentos desagradáveis e apresentar um leve cansaço nas respostas da entrevista, portanto, se o senhor/a senhora se sentir impedido(a) de continuar o estudo, pode solicitar à pesquisadora que encerre a entrevista ou a observação e retornar quando possível. Se não se sentir confortável em continuar, as respostas gravadas serão estudadas, mas se não quiser que as respostas fiquem na pesquisa, a pesquisadora irá excluí-las.

Em caso de encerramento da entrevista por qualquer fator descrito acima, você poderá entrar em contato com a pesquisadora e a orientadora responsável, as quais realizarão um breve acolhimento (remoto ou presencial) e, caso haja necessidade, você será orientado e encaminhado para profissionais especialistas e serviços disponíveis, preparados para o acolhimento e breve intervenção, se necessário, visando o seu bem-estar.

Destaca-se que é da responsabilidade da pesquisadora o armazenamento adequado das informações, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou nuvem. Vale ressaltar a limitação da pesquisadora para assegurar total confidencialidade e potencial risco de violação dos dados, uma vez que estes serão armazenados em ambiente virtual. Ainda assim, serão tomados todos os procedimentos cabíveis para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa, não sendo divulgados dados que possam, de alguma maneira, identificar o participante. A plataforma Google Drive utilizada para a coleta de dados faz parte da política de privacidade da Google, onde pode ser acessada em língua portuguesa por meio do link: <https://policies.google.com/privacy#infosecurity>.

Também o(a) senhor/senhora não terá nenhum BENEFÍCIO DIRETO, se identificarmos uma situação de insegurança alimentar, poderemos entrar em contato e sugerir alguns programas de acolhimento para sua situação, conforme as diretrizes do **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) e a RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016**. Entretanto, sua participação será muito importante para contribuir na ampliação de conhecimento sobre a percepção dos produtores familiares acerca da soberania e segurança alimentar.

Você não terá nenhum custo ou compensação financeira ao participar do estudo. Entretanto, caso houver despesas comprovadamente advindas da participação da pesquisa, a(o) participante terá direito a ressarcimento. Você terá direito a indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Ressalta-se de que não é obrigatório a resposta de todas as perguntas da entrevista ou da realização de todas as etapas da pesquisa (entrevistas e observações etnográficas), entretanto, caso queira participar da pesquisa, é importante responder o maior número possível ou todas as questões e participar de todas as etapas para constar no banco de dados e contribuir para resultados mais confiáveis.

A senhora/o senhor RECEBERÁ POR E-MAIL OU IMPRESSO, CONFORME PREFERIR, UMA VIA ASSINADA desse documento com as informações de nome, telefone e endereço eletrônico ofertados pelo(a) senhor/senhora.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar, que, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP),

tem a responsabilidade de garantir e fiscalizar que todas as pesquisas científicas com seres humanos obedeçam às normas éticas do País, e que os participantes de pesquisa tenham todos os seus direitos respeitados. O CEP-UFSCar funciona na PróReitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís, km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Email: cephumanos@ufscar.br. Telefone (16) 3351-9685. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

Por fim, você poderá retirar seu consentimento acerca de sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo, mesmo após o término de suas participações em entrevistas e observações etnográficas. Para isso, você entrar em contato com a pesquisadora por e-mail (helenafrs@estudante.ufscar.br), informando no assunto “Pesquisa sobre Soberania e Segurança Alimentar” e no corpo do e-mail: “Gostaria de solicitar o apagamento dos meus dados da pesquisa de percepções sobre soberania e segurança alimentar no assentamento Santa Helena”. Caso deseje receber os resultados provenientes do estudo, basta mandar um e-mail com o assunto “Pesquisa sobre Soberania e Segurança Alimentar” e no corpo do e-mail: “Gostaria de solicitar os resultados finais da pesquisa de percepções sobre soberania e segurança alimentar no assentamento Santa Helena” que você será atendida(o) quando os resultados tiverem prontos ao final da pesquisa. Ressalta-se que **não serão disponibilizados dados pessoais de outras/outros participantes.**

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora Responsável: Helena de Freitas Rocha e Silva

Endereço: NUESTRA - Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade-
Departamento de Psicologia (DPsi), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Rod. Washington Luiz, km 235 - São Carlos - SP, Brasil

Contato telefônico: (34) 98424-8792 E-mail: helenafrs@estudante.ufscar.br.

Pesquisadora Responsável: Rosemeire Aparecida Scopinho

Endereço: NUESTRA - Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade-
Departamento de Psicologia (DPsi), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Rod. Washington Luiz, km 235 - São Carlos - SP, Brasil

Contato telefônico: (16) 33518460 E-mail: scopinho@ufscar.br.

Eu, _____, de idade ____, estou ciente em participar da pesquisa
“PERCEPÇÕES SOBRE A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM
FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO SANTA HELENA”.

Assinatura do participante

